



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDERSON GUIMARÃES MENDONÇA

***“PATRIOTAS ANGOLANOS”: Colonialismo, Repressão, Nacionalismo e
Guerra de Libertação (1933-1977)***

Recife, PE

2018

ANDERSON GUIMARÃES MENDONÇA

**“PATRIOTAS ANGOLANOS”: Colonialismo, Repressão, Nacionalismo e Guerra
de Libertação (1933-1977)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giselda Brito Silva

Área de concentração: Política, Instituições e Identidades.

Recife, PE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

M539p Mendonça, Anderson Guimarães
"Patriotas Angolanos": colonialismo, repressão, nacionalismo e
Guerra de Libertação (1933-1977) / Anderson Guimarães Mendonça.
– 2018.
178 f.: il.

Orientadora: Giselda Brito Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife,
BR-PE, 2018.
Inclui referências.

1. Angola – História – Séc. XX 2. Colonialismo 3. Perseguição
política 4. Nacionalismo - Angola I. Silva, Giselda Brito, orient.
II. Título

CDD 967.3



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“PATRIOTAS ANGOLANOS”: Colonialismo, Repressão, Nacionalismo e Guerra
de Libertação (1933-1977)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

ANDERSON GUIMARÃES MENDONÇA

APROVADA EM 16/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra Giselda Brito Silva
Orientadora – Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura
Examinador Interno – Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva
Examinador Externo – Programa Pós-Graduação em História – UFPE

AGRADECIMENTOS

Agradecer pode ser uma tarefa difícil e as vezes injusta, pois se pode correr o risco de esquecer alguma pessoa querida, ou ainda de desagradar alguém pela ordem da hierarquização que se faz neste momento. Muitas pessoas ajudaram pensar e consolidar esta obra, mesmo que ela não tenha seu fim decretado a disponibilização pelo programa. De grão em grão, a dissertação ganha seu espaço. Com estas pessoas abaixo tivemos momentos de felicidade, de tristeza, algumas perdas e muitos ganhos. São familiares, amigos(as) de longa data, outros(as) amizades mais recentes e até mesmo pessoas anônimas que nem imaginam estar nos agradecimentos desta dissertação.

Começo agradecendo a minha orientadora e estimada professora **Giselda Brito** que puxou minhas orelhas (sim as duas) quando necessário nas reuniões de orientação e nas conversas informais que iniciamos desde o quinto período de história da graduação. Sua paixão pela história é uma fonte inesgotável de estímulo para seus orientandos. Meu muito obrigado.

Agradeço a minha mãe e ao meu pai, **Glória Regina Oliveira Guimarães** e **Edinaldo Mendonça da Silva** que me incentivaram a fazer história e me deram condições de concluir o mestrado com apoio paternal. Ao meu irmão, **Arthur Guimarães Mendonça**, que com sua pureza e sua companhia pude me distrair nos momentos mais tensos do mestrado.

Agradeço também aos professores dos cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela dedicação irrestrita a formação de professores em história e historiadores do mais alto potencial e ao secretário **Rafael Cipriano** pela ajuda e paciência ao atender as demandas dos discentes.

Amplio os meus agradecimentos aos meus amigos e colegas que encontrei nesta jornada na UFRPE pelo incentivo e pela parceria em projetos no decorrer desta dissertação.

Agradeço a **Carlos André Silva de Moura**, professor que conheci durante o mestrado, que esteve presente em minha banca de defesa e que me ajudou a trilhar o caminho desta dissertação com suas pontuações precisas. Também ao professor **José Bento Rosa da Silva** que contribuiu de maneira indispensável para a realização deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a CAPES pelo financiamento da pesquisa durante os dois anos. Sem o apoio deste órgão de fomento esta dissertação não teria sido feita.

“Quando a Ditadura é um fato, a Revolução é um dever”.

Pascal Mercier – Trem Noturno para Lisboa

RESUMO

Esta dissertação estuda os conflitos e relações existentes entre Portugal e Angola na segunda metade do século XX, especialmente entre 1933 e 1977, no que se refere ao declínio do colonialismo tardio e a ascensão do nacionalismo africano. A partir da década de 1950, movimentos de libertação surgem com grande força em solo angolano na busca pela independência do colonizador português. Por estar ameaçado, Portugal de Salazar cria aparatos de vigilância e repressão a fim de mitigar as ações revolucionárias. No entanto, na década seguinte, Angola entraria em Guerra. Iniciada em 1961, a Guerra de Libertação buscava para além da liberdade política, a liberdade econômica e a liberdade social. Com isso, durante quatorze anos, Angola esteve em guerra contra o colonialismo português. Do outro lado, Portugal também sofreu problemas externos com as práticas adotadas dentro das “possessões”. Os movimentos usaram destas contestações para poder lutar e emancipar Angola. Como metodologia, esta dissertação trabalhará usando análise da documentação existente no arquivo policial da polícia política portuguesa (PIDE) localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Além disso, também trabalhamos com questões relacionadas a memória, a literatura e ao nacionalismo, haja visto que todos na Guerra de Libertação, revolucionários e colonizadores, buscavam a afirmação e a reafirmação de uma nação.

Palavras-chave: Angola; Colonialismo; Repressão; Século XX

ABSTRACT

This dissertation studies the conflicts and relations between Portugal and Angola in the second half of the 20th century, especially between 1933 and 1977, regarding the decline of late colonialism and the rise of African nationalism. Beginning in the 1950s, liberation movements came with great force on Angolan soil in the quest for the independence of the Portuguese colonizer. Being threatened, Salazar's Portugal creates surveillance and repression devices to mitigate revolutionary actions. However, in the following decade, Angola would enter War. Initiated in 1961, the War of Liberation sought beyond political freedom, economic freedom and social freedom. Thus, for fourteen years, Angola was at war against Portuguese colonialism. On the other side, Portugal also suffered external problems with the practices adopted within the "possessions". The movements used these challenges to fight and emancipate Angola. As a methodology, this dissertation will work using analysis of documentation in the police archive of the Portuguese political police (PIDE) located in the National Archive of Torre do Tombo. In addition, we also worked on issues related to memory, literature and nationalism, since everyone in the War of Liberation, revolutionaries and settlers, sought the affirmation and reaffirmation of a nation.

Keywords: Angola; Colonialism; Repression; 20th Century

LISTA DE SIGLAS

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
DGS – Direção-Geral de Segurança
EUA – Estados Unidos da América
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
GNP – Gabinete de Negócios Ultramarinos
MPLA – Movimento pela Libertação de Angola
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização da Unidade Africana
PCA – Partido Comunista Angolano
PCP – Partido Comunista Português
PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA – União das Populações de Angola
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS: da construção do império à crise do pós-segunda guerra (1933-1961).	27
1.1 – A Construção do Império Português no Estado Novo: O Ato Colonial.	27
1.2 – A educação e a religião no império: As missões católicas.....	39
1.3 – A função política e econômica das colônias na manutenção do império.....	45
1.4 – A África lusófona em destaque: Portugal perante as organizações internacionais.....	52
2. REPRESSÃO E SUBVERSÃO: A PIDE e os Comunistas no império português (1945-1961).	65
2.1 – Entra em cena a Repressão: Organização e formação das Polícias portuguesas na política colonial.	65
2.2 – A Repressão ao comunismo: A PIDE e o PCP	77
2.3 – A PIDE em Angola: Vigilância, espionagem e ação policial	82
3. NACIONALISMOS NA ÁFRICA: Movimentos de Libertação, Ideologia e Identidade (1954-1964).	99
3.1 – As identidades nacionais no século XIX e XX: debates teóricos.....	99
3.2 – Os movimentos de libertação em Angola.	107
3.3 O nacionalismo africano em Angola: ideologia e programa.	119
4. ENTRE A GUERRA E A LIBERTAÇÃO: História, memória e literatura (1961-1977).	132
4.1 – Guerra de Libertação: A memória dos combatentes.....	132
4.2 – Guerra de Libertação: Angola nas organizações internacionais.	140
4.3 – Guerra de Libertação: Entre a Guerra Fria e a África livre	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
FONTES	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170

INTRODUÇÃO

A dissertação *“Patriotas Angolanos”: Colonialismo, Repressão, Nacionalismo e Guerra de Libertação* analisa a história dos movimentos de libertação em Angola. Bem como sua luta contra o colonialismo de Portugal e a repressão do Estado Novo português pela polícia, utilizando-se de uma abordagem da história social e da história política no século XX. O presente trabalho, situado no início da segunda metade do século XX (1933) até a autodeterminação total em Angola (1977), sob o prisma dos sujeitos históricos situados em contextos sociopolíticos contemporâneos, mostra os dois lados dos embates coloniais: a polícia política (PIDE) e os movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA). Diante da nossa pesquisa, entendemos que a história,

Na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente. Teoricamente, cada geração copia e reproduz sua predecessora até onde seja possível, e se considera em falta para com ela na medida em que falha nesse intento. Claro que uma dominação total do passado excluiria todas as mudanças e inovações legítimas, e é improvável que exista alguma sociedade humana que não reconheça nenhuma delas. A inovação pode acontecer de dois modos. Primeiro, o que é definido oficialmente como “passado” é e deve ser claramente uma seleção particular da infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado.¹

O passado referido acima pelo historiador Eric Hobsbawn pode ser pensado da seguinte maneira à luz dessa dissertação: como experiência para o presente, pode ser entendido dentro da sociedade angolana também no tempo-presente? As reflexões de Hobsbawn nos auxiliam na compreensão de que no século XXI encontramos traços, resquícios, permanências de um passado que ainda vive no dia-a-dia dos povos colonizados por Portugal. No caso de Angola, esse passado que não passa é fruto de um colonialismo forte que mesmo após a independência, manteve-se no cotidiano. Muitos angolanos sentem isso, visto que lutam dia após dia em prol da extinção do racismo

¹ HOBSEBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.26

impregnado por Portugal em sua política colonial. Esse racismo foi fruto de leis e práticas segregacionistas responsáveis por ampliar as distinções sociais no início do século XX e que ainda se encontram presentes na realidade africana lusófona pós-colonial.

O cotidiano de repressão da polícia e as formas de resistência passam a ser o grande foco das novas produções do campo da história no tempo-presente. Não se busca, na nova produção historiográfica, a relação da causa e da consequência. Atualmente, a história está na busca por processos históricos e questionamentos metodológicos que não sejam estáticos. Hoje,

A questão não é mais estudar a origem ou a causa, nem a finalidade ou a consequência, mas *o que se passa entre*. Dessa maneira, a análise histórica tem como foco primordial as relações, os percursos, as práticas, porque através do seu estudo é que se poderão construir outras formas de compreensão que desnaturalizam a relação ou a representação que procurava associar de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra.²

No contexto de Angola, todas as práticas repressivas foram revidadas por práticas de resistência. Tanto do lado de Portugal quanto do lado dos nacionalistas angolanos, ideias coletivas foram afirmadas e, na tentativa de reafirmá-las, os confrontos aconteceram. Uma destas ideias, por exemplo, é a definição de “nação”, baseada em alguns projetos de futuro para Angola que surgiram no decorrer da Guerra de Libertação (1961-1975). Segundo o historiador Koselleck, o surgimento desses conceitos está no âmbito também de um devir coletivo, uma vez que as palavras vêm antes dos conceitos e estes surgem *a posteriori* das respectivas palavras. A carga conceitual da palavra “nação” vem daí. Um projeto que critica o passado e aponta um possível futuro, construindo, assim, uma relação temporal entre o espaço experiência e o horizonte de expectativa. Na definição histórica de Koselleck, podemos entender a nação da seguinte maneira:

Uma identidade de grupo pode ser articulada ou produzida, do ponto de vista exclusivamente linguístico, por meio do uso

² MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. 1º reimp. São Paulo: Contexto, 2016. p.31

enfático da palavra 'nós'. Conceitualmente, esse procedimento pode ser apreendido apenas quando a palavra 'nós' for usada em associação com os coletivos 'nação', 'classe', 'amizade', 'igreja' etc. A generalização do uso de 'nós' é concretizada pelas expressões citadas, mas no nível de uma generalização conceitual.³

Para além da “nação”, qualquer conceito requer que entendamos de onde ele veio, através de fatores sociais, e a qual objetivo se alcança ao se definir determinadas palavras sobre determinados contextos. Vale ressaltar que o conceito “nação” aqui, é particular dos fatores sociais e específico do momento histórico. Desta forma, se retrocedermos ou avançarmos diacronicamente, ou analisarmos sincronicamente, encontraremos conceitos diferentes de nação, assim como qualquer outra palavra empregada em seu tempo em uma análise semântica.

Assim, a concepção de história que abarca esse trabalho está no âmbito da crítica aos padrões coloniais que ainda cercam as mentalidades das sociedades ocidentais. Estudar o século XX é, para além de perceber as mudanças e permanências iniciadas no século XIX, entender o passado sendo mobilizado pelas forças políticas do presente. Estudar a história da África é compreender que a divisão clássica de tempo passado, presente e futuro se fazem de forma muito mais dinâmica do que se costuma pensar, pois a história se faz para a vida prática dos povos e civilizações.

A utilização política direta da “História”, que atingia um amplo público de ouvintes e leitores, só foi possível porque a História foi entendida não apenas como ciência do passado, mas sim como espaço de experiência e meio de reflexão da unidade de ação social e política que se tem em vista.⁴

Esta dissertação entra como uma contribuição nas reflexões históricas acerca da história da África contemporânea e se apresenta por meio de uma documentação recém-disponibilizada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo

³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.108

⁴ KOSELLECK, Reinhart et al. **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.190

(ANTT) em Lisboa, como os relatórios das polícias políticas de Portugal. No decorrer da pesquisa, nos deparamos também com alguns documentos das memórias de batalha de alguns combatentes encontradas na fundação Mario Soares, um importante ex-ministro português da chamada terceira república portuguesa que foi instaurada após a queda do Salazarismo, onde encontramos no sitio da Casa Comum um acervo organizado e robusto com registros da resistência.

Não é fácil escrever um trabalho cujas fontes encontram-se do outro lado do atlântico. Contudo, como a pesquisa do historiador visa discutir as mais diversas temáticas em que o homem se encontra, aceitamos o desafio desde a iniciação científica durante a graduação.

Esse trabalho, portanto, visa preencher uma lacuna da produção historiográfica no Brasil, onde pretendemos apresentar a África numa perspectiva internacional, não excluindo seus aspectos globais, nem sobrepondo o externo ao interno, por meio da polícia e das estruturas de policiamento. A narrativa e as análises encontradas neste trabalho servem para refletir um pouco sobre um momento peculiar da memória nacional de Angola e ao mesmo tempo estudar permanências da longa história africana, podendo traçar paralelos entre o Brasil e Angola.

Ademais, pretendemos olhar a história da África desnudando a vida social dos povos que habitavam o continente. Um olhar a contrapelo sobre esta documentação nos permite enxergar aquilo que não foi dito por ela. Tais narrativas se encontram dentre os recortes sociais e políticos no século XX que propõem ver a história por baixo, sem deixar que os vencedores ganhem mais espaço no hall dos personagens históricos⁵. Como diz o historiador Josep Fontana:

Uns e outros são cúmplices, com um grau parecido de culpabilidade, ainda que os europeus sejam mais cínicos, pois

⁵ Segundo o filósofo Walter Benjamin, uma das teses da história é dar voz aos excluídos e não silenciar os “derrotados na história”. É entender a sociedade observando de baixo e quebrar com a noção de progresso iluminista que atinge a todos os povos. É perceber que por trás de muita conquista tem-se muita luta e que esses combatentes não devem cair no esquecimento. Ver, BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: **Obras Escolhidas** Vol. 1. 3^o ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

usaram o argumento da escravidão para qualificar aos africanos de bárbaros e justificar sua conquista como uma exigência civilizadora. [...] interpretar a história dos povos não europeus à luz de nossas concepções significa arrancar deles sua própria história e dificultar a solução de seus problemas.⁶

De influência inglesa, o historiador fala que a “nova história social” se foca agora em dar voz aqueles que não falam. Observar os atores sociais é também deixar que eles falem nas entrelinhas dos documentos produzidos pelo Estado, instituições e locais de poder. A história deve ser vista de baixo com a finalidade de expor aquilo que na ponta do *iceberg* não está amostra, sem ignorarmos as demais os processos maiores.⁷

Assim, façamos uma breve apresentação da história da África para situar o leitor na dissertação.

Desde a antiguidade, o continente africano foi um espaço de confrontos e negociações entre os povos que habitavam o território. Com as navegações, a África e seus povos passaram a se relacionar com outras culturas e regimes políticos oriundos da Europa que, na longa duração, acabaram constituindo um sistema de escravização que durou mais de quatro séculos. Antes da chegada dos portugueses ao continente, os povos e as culturas se mantiveram e se consolidaram pelo aumento das estruturas sociais e políticas no interior da África Subsaariana. Entre os séculos XV e XIX, o espaço africano foi explorado e suas riquezas foram usurpadas pelos europeus que, por meio de inúmeras justificativas, subjugaram os povos para satisfazer as regalias das cortes na Europa.⁸

Durante mais de quatrocentos anos, Angola esteve sob o domínio português, passando por Reis, Déspotas, uma Monarquia constitucional, República e por fim, o Estado Novo Salazarista. Em todos estes sistemas, Angola era vista como uma colônia produtora e, ao longo dos séculos, Portugal

⁶ FONTANA, Josep. **A Europa diante do espelho**. Bauru, SP: Edusc, 2005. p.130

⁷ Ver, SHARPE, Jim. A história vista de baixo. BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

⁸ Ver, SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. 2^o ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

passou a depender cada vez mais dessas produções para equilibrar sua economia interna. A partir do século XIX, algumas mudanças passaram, no entanto, a aparecer no cenário internacional ultramarino, como o embargo inglês sobre o tráfico negreiro. Sabe-se que este embargo serviu mais para gerar um mercado para a Inglaterra do que propriamente numa missão humanitária para a África, pois, para o liberalismo, as estruturas escravistas atrapalhavam a circulação de produtos justamente por haver a presença do Estado nas relações comerciais.⁹

Angola (assim como outros territórios sob a administração de Portugal)¹⁰, a partir do século XIX, passou a ser “invadida” por empresas estrangeiras que viam naquele território português a possibilidade de prosperidade e, claro, de usurpar mais as suas riquezas. Com o fim da “monarquia constitucional”, em 1910, Portugal mudou algumas diretrizes do controle nas suas colônias, mas mesmo com preceitos “republicanos”, manteve estruturas coloniais como o trabalho análogo à escravidão, utilizando-se das “missões civilizadoras” católicas como ação militar para tentar “desafricanizar” os autóctones; e como forma de policiar os africanos e estrangeiros.¹¹

Também foi a partir do final do século XIX que começaram a surgir teorias que explicariam o império português na África, recorrendo a argumentos “míticos”. Entre eles, encontramos a alegação da presença da Igreja Católica como grande braço da colonização nos séculos que antecederam o fim do tráfico de escravos. Ao mesmo tempo, era construída a imagem das raízes heroicas portuguesas no que se refere ao ato tido como único dos portugueses em pacificar os nativos. Parte da intelectualidade portuguesa, então, passou décadas forjando estes argumentos antes da chegada dos traços fascistas e do estado corporativista.¹²

⁹ RATO, Maria Helena da Cunha. O colonialismo português, fator de subdesenvolvimento nacional. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 19, 1983. p.1123

¹⁰ As colônias portuguesas eram Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe na África e Timor e Macau na Ásia.

¹¹ THOMAZ, Fernanda Nascimento. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, 2012. p.322-323.

¹² Ver, JERÓNIMO, Miguel Bandeira. **A Diplomacia do Império: Política e Religião na partilha de África (1820-1890)**. Lisboa: Edições 70, 2012.

Com a ascensão do Salazarismo, em 1932, Portugal passou a dar maior importância à economia interna. Após a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, António de Oliveira Salazar, para conseguir reestabelecer a economia portuguesa, começou a explorar mais as riquezas naturais das colônias a fim de sustentar o modelo nacional-desenvolvimentista da metrópole. Assim, todas as suas colônias tornaram-se os sustentáculos da nação europeia. Durante as décadas seguintes, todavia, essas práticas coloniais mudaram.¹³

Em 1945, Portugal mudou o nome das colônias para “províncias ultramarinas” no intento de mudar cosmeticamente as relações coloniais ainda existentes no pós-segunda guerra a fim de contra argumentar as críticas feitas pelas organizações internacionais. Angola, então, passou a lutar pela libertação de seu território com apoio internacional. Com a bipolarização da Guerra Fria, movimentos revolucionários surgiram e erigiram bandeiras ideológicas, guiando-se também pelos extremos do cenário internacional. Do ponto de vista da história contemporânea, a África fez parte de um processo de mundialização, pois:

A ideia de que o continente africano evoluiu isolado dos grandes é enganosa. Desde o início dos tempos históricos, a metade norte e leste do continente mantiveram contatos regulares com a Ásia e a Europa. Por essa razão, qualquer estudo que deseje colocar o continente numa perspectiva global deve iniciar pelo conhecimento e pela análise de dimensão pré-colonial e das estruturas da história do continente.¹⁴

Dessa forma, na década de 1960 (conhecida como a década da África), os territórios africanos iniciaram guerras mais intensas. Angola se encontrava em uma guerra de libertação contra os colonizadores que estiveram a quase 500 anos influenciando, escravizando e explorando as etnias africanas. Até que, em 1975, acontece a Revolução Angolana e a libertação do povo do seu antigo algoz: Portugal. Entretanto, os problemas internos não acabaram.

¹³ Ver, PINTO, António Costa. As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 28, p. 575-613, 1992.

¹⁴ PEREIRA, Analúcia Danilevics. África pré-colonial: ambiente, povos e culturas. In: **História da África e dos Africanos**. 3^o ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.15

Essa dissertação, portanto, pretende estudar e analisar os conflitos armados que se deram no colonialismo português tomando como data inicial o ano 1933, ano da incorporação do Ato Colonial na constituição, perpassando pela formação dos movimentos de independência na década de 1950 até a consolidação do MPLA no poder em 1977 (Tendo no meio disso a Guerra de Libertação) com a descolonização tardia do território angolano. “*Patriotas Angolanos*” é composto por quatro capítulos: dois sob a ótica da história de Portugal e os outros dois pela ótica da história da África.

No primeiro capítulo, a dissertação analisa a formação e ressignificação do império colonial nas mãos do professor Antônio de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros. Antes da ascensão do fascismo português, as colônias na África tinham importância para a economia nacional, alocando os territórios a outras potências. Em Angola, havia empresas estrangeiras que passaram a utilizar a mão-de-obra africana para extração dos recursos e mineração, além de arrendamento de territórios com a extração de recursos naturais.¹⁵

Com o Estado Novo português, promoveu a nacionalização das empresas e impediu a presença internacional nas extrações. Com uma política protecionista, as colônias passaram a representar o sustentáculo de toda uma nação, de modo que esta apenas existiria se estivesse com suas colônias. Durante os anos que consolidaram o regime salazarista, as colônias foram alçadas ao nível de territórios indissociáveis ao governo português. Sem elas, Portugal não existia, e sem Portugal, elas não poderiam sobreviver. Até o final da Segunda Guerra Mundial, essa retórica foi aceita pela comunidade internacional europeia que também pensava em manter seus respectivos territórios sob o comando das nações europeias. Com o fim da Segunda Grande Guerra, no entanto, o cenário global forçou Salazar, pouco a pouco, a liberar seus territórios na África. Na Organização das Nações Unidas (ONU), várias nações, com motivos diferentes, foi pedido publicamente que Portugal descolonizasse a África. Portugal, porém, usou de várias táticas para protelar

¹⁵ Ver, WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **História de Angola**. 6º ed. Lisboa: Tinta de China, 2016.

ao máximo para evitar a independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Ainda no primeiro capítulo serão discutidos os efeitos do Ato colonial português que funcionaram como constituição portuguesa sobre os territórios africanos a partir da década de 1930. Nela, havia atribuições das colônias e permissibilidades dadas por Portugal à vida sob o olhar da metrópole. No Ato Colonial, ainda constavam as proibições de venda e comércio independente com outras nações e a permissão do envio de missões religiosas católicas para educar e, conseqüentemente, controlar e europeizar os nativos. As missões religiosas visavam também à conversão forçada dos nativos e uma imposição cultural “luso-católica” após 1940, a fim de manter a subjugação dos povos. As missões católicas tiveram que competir com as missões protestantes compostas por membros de outras religiões e que buscavam a evangelização dos povos, representando assim um espaço de luta religiosa. Esse embate fez com que Portugal reforçasse a segurança e com a criação da Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE) anos depois manteve o clima da ditadura que havia sido implantado na Europa, atividade recorrente nas possessões. Assim, o primeiro capítulo visa apresentar o império colonial português e seu colonialismo, a partir da retórica de que sem os territórios africanos, Portugal não era o grande país que havia se formado no século XVI.¹⁶

No segundo capítulo, apresentamos a formação do aparato policial português do pré-segunda guerra até o pós-segunda guerra e seu envio para a África. No início, sob influência das polícias italiana e alemã, a polícia política foi treinada e surgiu para reforçar a imagem perante a comunidade internacional que Portugal tinha entrado numa nova era. Essa era foi anunciada pela já dita mudança de políticas externas e econômicas frente ao “liberalismo decadente” do período após a Primeira Guerra Mundial. Até ser chamada oficialmente como PIDE, a polícia teve vários nomes, representando seus destacamentos. Com a unificação do aparato, o terror passou a existir no ultramar como um todo. Todos passaram a ser suspeitos até que se prove o

¹⁶ Idem

contrário, mas em especial os africanos. A partir de 1956, delegações foram criadas e elas tinham como atribuição vigiar e manter a ordem em solo africano.

Nos primeiros anos, a polícia política cuidava das fronteiras e das autorizações de entrada e saída tanto de Portugal quanto das colônias no trânsito interno e externo. Após a formação dos movimentos, Salazar e seu corpo de ministros decidiram enviar a PIDE para a África, adicionando ao aparato a atribuição de intervir diretamente quando interpretasse que havia alguma célula revolucionária se organizando em alguma parte do império colonial português. Dentro disso, a PIDE enviou vários relatórios à presidência do conselho de ministros sobre vários assuntos, inclusive de estudos antropológicos que mostravam o cotidiano da sociedade e dos povos africanos, suspeitando de todas as práticas, em busca de atos “subversivos”, mas esculpindo os grupos étnicos e populações angolanas. Muitos desses atos africanos não passavam apenas de práticas corriqueiras da vida dos autóctones. Contudo, se antes da Segunda Guerra o Estado Novo português via pelas missões tais práticas como incivilizadas, com o olhar da polícia, ela passou a ver essa dita “subversividade”.

Esse medo à “subversividade” se iniciou com a caça aos comunistas em solo português. A pressão em cima dos sindicatos e órgãos que tinham comunistas no período da Segunda Guerra mundial causou uma série de práticas de repressões que depois seriam utilizadas na África com a formação das delegacias de polícia em diversos locais de Angola (em especial de Luanda) onde eles repassavam informações de que o Partido Comunista Português (PCP) estava ajudando insurgentes na África portuguesa. De fato, isso estava acontecendo tanto que a base intelectual dos movimentos de libertação se iniciou com os treinamentos de combate do PCP nas fronteiras de Angola ou mesmo em Portugal.

No terceiro capítulo, trabalhamos a formação dos movimentos de libertação, observando a onda nacionalista global e suas declinações na África. Após as pressões internacionais e as insatisfações locais, vários movimentos foram formados com a finalidade de lutar pela independência e expulsar o

colonizador. Com apoio internacional, esses movimentos se juntaram e formaram frentes maiores que se tornaram uma ameaça ao regime salazarista. Surgiram, assim, três grandes movimentos: o MPLA, o FNLA e a UNITA. Cada movimento tinha uma inspiração e uma bandeira pela qual lutava, pensando assim, uma forma de nação. Dentro dos territórios de atuação de cada movimento, eles reuniram diferentes etnias e diferentes membros.

O Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), com ideologia leninista, entendia a luta armada que deveria ser iniciada nas colônias. As diretrizes da III Internacional Comunista incentivavam as insurgências nos territórios sob o imperialismo europeu. Na documentação analisada, fez-se discurso comum do movimento a ressalva de que o neocolonialismo é fruto do capitalismo internacional que expropriava os recursos naturais da África. As forças salazaristas, então, seriam frutos da repressão dignas do nazismo e das barbáries da não aceitação das diferenças. Logo, o fascismo se mantinha em Portugal.¹⁷

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), por sua vez, entendia a luta como uma reafirmação de identidade dos africanos. O lema desse movimento poderia ser resumido pela frase “a África para os africanos”. A Frente entendia, assim como o MPLA, que a África deveria ser descolonizada da presença europeia e, se fosse necessária a luta armada, o movimento não deveria se eximir. No entanto, diferente do MPLA, a FNLA não aceitava o apoio de influência branca nos seus quadros. Para o segundo movimento, os africanos deveriam ser os protagonistas da independência, e após a saída de Portugal, não deveria a nação angolana estar atrelada a nenhuma outra potência europeia. Os angolanos, portanto, deveriam se unir às outras nações africanas que também lutavam por suas independências em seus respectivos territórios contra as outras nações europeias imperialistas, pensando uma comunidade africana. Essa divergência fez com que os movimentos tivessem confrontos armados entre eles mesmos, o que ajudou, até certo ponto, na repressão portuguesa.¹⁸

¹⁷ Ver, VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. 192p.

¹⁸ Idem

O terceiro e último movimento foi a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Ela foi o último grande movimento a ser criado em Angola, já durante a Guerra Colonial. Tal movimento comungava da mesma vontade de liberdade do MPLA e da FNLA. No entanto, divergia quanto ao seu apoio e projeto pós-saída do colonizador. Sua luta armada se deu mais ao sul de Angola e teve ajuda da África do Sul dentro da própria África. Seu papel dentro da descolonização portuguesa teve menos destaque em comparação aos outros dois movimentos. A maior participação do movimento se deu na negociação de um governo provisório e no período conhecido como Guerra Civil, onde disputava com o MPLA a presidência do regime após a saída da administração portuguesa. De todo modo, a UNITA não representou um grupo forte durante as décadas da Guerra Colonial, nem mesmo para os demais grupos revolucionários. O movimento só entrou em cena na transição e Guerra Civil.¹⁹

No que se refere ao nacionalismo africano, encontramos duas principais vertentes de ideologia que guiaram os movimentos supracitados: uma de viés marxista-leninista e outra de viés pan-africano. Ambos buscavam a construção da identidade nacional fornecendo aos nativos a liberdade por meio das armas. Entretanto, eles se diferiam da forma e do inimigo que os angolanos deveriam enfrentar. Para o nacionalismo leninista, a importante era retirar da África os imperialistas e suas estruturas, enquanto que para o nacionalismo pan-africano, o que importava era expulsar os brancos, pois eles eram exemplo maior desse sistema de dominação ao qual os africanos estavam sendo submetidos há séculos.

Ainda no terceiro capítulo, estudamos um quarto movimento nacionalista em Angola de portugueses e descendentes de portugueses, conhecido como “nacionalismo branco”, com a reafirmação do Estado Novo português que dizia que desde o surgimento do Estado moderno português, colonizar não era sinônimo de dominar, e sim de civilizar. A ideia de nação portuguesa estava atrelada a um passado glorioso e expansionista que fazia de Angola, Moçambique e outras possessões, parte indispensável da ideia de nação

¹⁹ Idem

portuguesa. Ainda nisso, encontramos no discurso as influências fascistas que estiveram na base de formação do “nacional-catolicismo” lusitano na década de 1930, período dos nacionalismos pela Europa e exportadores de modelos sociopolíticos. Assim, foi construída uma noção nacional onde se buscava a independência de Angola, mas mantendo ligações “culturais” com Portugal, pois, seguindo esse raciocínio, a colonização teria sido “razoável” e todas as nações (inclusive o Brasil) deveriam fazer parte de uma comunidade lusófona, integrando os interesses mútuos.

Indo de encontro a esses pressupostos, os movimentos também hastearam suas bandeiras nacionais pensando como seria o “*day-after*” da Guerra de Libertação. Cada movimento lutava por uma causa e projeto de nação que estava vinculado também às aspirações internacionais ou regionais seguidas pelos movimentos.

No quarto capítulo, trabalhamos os eventos e aspectos da Guerra de Libertação angolana entre os principais movimentos de libertação e as tropas portuguesas dentro do contexto iminente de Guerra Fria. No decorrer de quatorze anos de guerra, Angola foi palco de confrontos, disputas e projetos de reafirmação das identidades. Por meio da memória coletiva, estudamos a repressão e a vigilância do Estado Novo. No início da guerra, o MPLA estava mais engajado e fortemente treinado para a batalha do que os outros movimentos. Por causa da pressão externa e pelos relatórios de espionagem da PIDE, o comunismo sempre foi a maior preocupação do regime português. Diante disso, as memórias acerca das práticas de vigilância compunham o dia-a-dia dos angolanos: Cerco aos estudantes, censura aos meios de comunicação, luta armada nas regiões urbanas e rurais de Angola, entre outros. No cotidiano, a memória se instaura como uma arma de formação coletiva assim como uma comunidade ao se identificar com os outros e assim se autodeterminar como Estado-nação.²⁰

Ainda neste quarto capítulo, analisamos a resistência às práticas repressivas. Tomando como foco o MPLA, principal movimento no cenário intra-africano, as alianças tomadas pelo movimento leninista aparecem com

²⁰ Ver, HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2^o ed. São Paulo: Centauro, 2008.

destaque, pois elas representaram, dentro do cenário local, o apoio mais próximo aos exilados e combatentes nas fronteiras de Angola. Além disso, outros movimentos já apresentados de mesma inspiração nacional criaram uma rede para fortalecer a luta anticolonial. Os membros trocavam experiências e discussões. Achar que todos os membros do MPLA eram leninistas representou, durante muito tempo, uma generalização do MPLA e de suas relações humanas. Pelo contrário, muitos apenas estavam na luta armada com a finalidade de retirar o colonizador de solo angolano. Nada mais. Isso é perceptível nos últimos anos da Guerra de Libertação ao encontrarmos um Portugal fragilizado pela morte de Oliveira Salazar, em 1969, e pelas sanções internacionais da ONU que de tal forma favoreceram as guerrilhas, mas que por problemas de cunho ideológico, fizeram com que os movimentos entre si e dentro de si discutissem os anos de combate armado.²¹

Na última parte do quarto capítulo, apresentaremos as últimas ações da luta armada que entregará Angola para um governo nas mãos do MPLA e os conflitos da transição entre estes três movimentos de libertação. Diante de um cenário sem Portugal, o partido leninista encontrou uma nação livre da Europa, mas ainda sem modelo de Estado e sem bases estruturais para pensar a independência para além das questões políticas. A luta nacional dos angolanos se dará 27 anos pós-Portugal. Portugal dava o último suspiro ao repetir para potências europeias e membros da ONU que, sem os territórios africanos, Portugal não era uma nação completa.

Se antes disso Angola estava em Guerra contra o colonialismo e o imperialismo, com o final da Guerra Colonial e as divergências ideológicas, a tempestade colonial se tornou outra longa batalha, e a busca de uma democracia africana se distanciou. Durante a tentativa de transição democrática (1975-1977), Angola tentou discutir uma forma de governo que todos pudessem ser representados. Infelizmente, com a Guerra Civil (1975-2002) isso não aconteceu.

²¹ Ver, MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Purga em Angola**. 10^o ed. Lisboa: Texto Editores, 2015b. p.62

Descolonizar era necessário. Os angolanos lutaram e deram suas vidas para conseguir a expulsão dos portugueses. Historicamente, a nação angolana tem proximidades com o Brasil: séculos sob a presença de Portugal; economia de base agrária e o tráfico de escravos pujante. Nos dois lados do Atlântico, o exemplo da luta de Angola deve servir de exemplo para que a luta pela liberdade seja eterna e conquistada um passo de cada vez.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS: da construção do império à crise do pós-segunda guerra (1933-1961).

A era imperialista caracteriza-se, assim, por essa dominação ao mesmo tempo político, cultural e econômica das potências ocidentais, que lhes permite dividir o mundo entre si e controlar, por meio da opressão, as populações autóctones. Essa dominação baseia-se numa doutrina política que a justifica e que chamamos de “colonialismo”.

Porém, para as sociedades subjugadas ininterruptamente do século XVI ao século XX – na Índia, em Angola, nas Antilhas -, os dois fenômenos (colonização propriamente dita e imperialismo) não poderiam ser dissociados: a dependência só terminou com a independência.²²

1.1 – A Construção do Império Português no Estado Novo: O Ato Colonial.

O Estado Novo português (1933-1974) difundiu uma concepção de nacionalidade segundo a qual a metrópole se encontrava intrinsecamente ligada a seus territórios ultramarinos. Após a ascensão de Antônio de Oliveira Salazar ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros (1932), foi promulgada em Portugal a constituição que legitimou o regime conhecido como Estado Novo português e proclamou a II República Portuguesa (1933). Durante a I República (1910-1926), Portugal criou o Ministério das Colônias e introduziu mudanças importantes na administração colonial com o objetivo de promover o desenvolvimento desses territórios.²³ Já a II República Portuguesa vinha para se contrapor a I República, essa que possuía um perfil mais liberal em alguns assuntos de interesse português e, em outros, um perfil mais conservador, nos mostrando que o autoritarismo não é algo exclusivo do período do salazarismo. Em matéria de política colonial, suas ações eram menos preocupadas com a

²² FERRO, Marc. **A Colonização Explicada a Todos**. São Paulo: Editora UNEPS, 2017. p.15

²³ RATO, Maria Helena da Cunha. **Op. Cit.** 1983. p.1127

presença internacional enquanto que a 2^o veio para reforçar a relação entre a metrópole e as colônias.²⁴

Com o advento da República, em 1910, elaborou-se a primeira lei orgânica sobre a administração civil das províncias do ultramar, a qual introduziu as duas categorias de *indígenas: os civilizados e não civilizados*, ficando esses últimos sob a autoridade direta da administração colonial. Outros diplomas definiriam posteriormente o estatuto dos “indígenas não civilizados”, nomeadamente os decretos de 23 de Outubro de 1926 e de 6 de Fevereiro de 1929 para a Guiné, Angola e Moçambique.²⁵

Do ponto de vista jurídico, o Estado Novo criou um código especial chamado de “Ato Colonial”, promulgado em 1930, pelo decreto nº 22.465 assumindo a função de um Texto Constitucional ao ser integrado com o *Título V da Constituição de 1933*. O ato visava a defesa dos espaços coloniais como parte da *nação*, diante do aparecimento de dois fatores: 1^o) a existência de “correntes internacionais” que agitavam “ideias” mais ou menos desfavoráveis aos dogmas tradicionais da soberania colonial da “metrópole”; 2^o) “a própria desorganização da administração pública”, que trouxera “situações anormais”, como uma dívida na balança comercial favorável decorrente da grande depressão de 1929 e do arrendamento dos territórios coloniais para empresas estrangeiras. Em meio a uma crise financeira, o novo código marcou uma nova era no relacionamento de Portugal com as colônias, visando estabelecer um novo sistema colonial que se pautava pelo equilíbrio de comércio e de pagamentos efetuados entre Portugal e as colônias. No que se refere a autonomia das administrações coloniais, o Ato diminui os poderes do antigo sistema colonial para que pudesse ser gerido a partir de Lisboa, centralizando nas mãos do regime salazarista toda administração das colônias. Esta estratégia, inicialmente tinha como finalidade criar um equilíbrio financeiro no seio do império e desenvolver Portugal com apoio das colônias, que assumiam funções econômicas e políticas fundamentais perante a comunidade

²⁴ VIEIRA, Patrícia L. “O império como fetiche no Estado Novo: Feitiço do império e o sortilégio colonial”. *Revista Portuguese cultural studies*, Georgetown Spring, 2010. p.126

²⁵ ANDRADE, Mario Pinto de. **Origens do Nacionalismo Africano**. 2^o ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote LTD, 1998. p.26

internacional.²⁶ Através dele, Portugal reforçava “a essência da Nação Portuguesa”, agora propagada como a continuidade de sua função histórica “em possuir e colonizar domínios ultramarinos e civilizar as populações “indígenas” que neles habitavam”. De acordo com o historiador Alexandre Valentim, o tema da “vocação colonial” tinha raízes antigas e profundas, enraizadas no pensamento político nacional. Na realidade, Portugal dependia da posse dos territórios ultramarinos para assegurar a sua própria sobrevivência perante outras na es imperialistas.²⁷

Neste novo momento histórico, contudo, o regime salazarista implantava através do Ato Colonial, por força de lei, mudanças significativas na doutrina colonial portuguesa, baseadas em modelos quase intactos de começos do século XIX, que levariam outras na es a questionar seu *modus operandi* colonialista, a exemplo da manuten o da força de trabalho imposta aos nativos nas colônias africanas. Para a comunidade internacional, contudo, se propagava o discurso da herança histórica. Em pleno momento da crise econômica de 1929, o Ato Colonial surgiu definindo os quadros jurídicos e institucionais das possessões ultramarinas, recorrendo aos ditos “direitos e voca es históricas” de Portugal, onde tratava de assuntos sobre os africanos e centralizava a política colonial sob a justificativa de que Portugal tinha em seu modelo de coloniza o uma solidariedade orgânica entre a metrópole e as províncias como uma só na o. Portanto, todos os domínios sob o controle português, mesmo estando longe da metrópole faziam parte do chamado “Império Colonial”.²⁸

Armindo Monteiro, Ministro das Col nias de 1931 a 1935, e talvez o principal ideólogo da doutrina “imperial” do Estado Novo, explicava a novidade do conceito. Para ele, Portugal poderia ser uma Na o que possui um império ou apenas colônias, o que significava dizer que sem os outros territórios, Portugal não seria muita coisa. Assim, compreendia-se que o sentido *imperial* promovia na sociedade portuguesa uma sensa o de extensão territorial,

²⁶ LAINS, Pedro. Causas do colonialismo português em África, 1822-1975. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 33, 1998. p.485.

²⁷ ALEXANDRE, Valentim. Ideologia, economia e política. **Revista Análise Social**, Lisboa. v. 28, 1993. p.1131-1135

²⁸ VIEIRA, Patrícia L. **Op. Cit.** 2010. p.128

através da qual se materializa o dogma indiscutível da ideia de nação portuguesa “pluricontinental” e “plurirracial”, una, indivisível e inalienável. Reafirmando uma primeira vocação, que seria a vocação imperial da nação, evocando o passado das grandes navegações portuguesas, o espírito desbravador e expansionista lusitano, ditas nas palavras do historiador inglês Charles R. Boxer: *O império marítimo português*.²⁹

Assim, as colônias, dentro da lógica do Estado novo, faziam parte de uma vertente saudosista e universalista dos ideólogos portugueses, permitindo ao regime a manutenção do sistema colonial por um lado, e por outro, o papel da fé cristã. O mito sebastianista e a nostalgia do “Antigo Regime” remetia a um tempo em que Portugal havia sido grandioso e moderno.³⁰ Ao analisar o fenômeno do fascismo, o filósofo Leandro Konder relaciona as justificativas nacionais formadores de um mito dos governos influenciados pela onda fascista, assim como Salazar fez ao evocar o seu passado, apresentando as similaridades nos discursos. Konder diz:

O recurso fascista ao *mito* da nação só pode ser eficaz porque, em sua evolução, o capitalismo havia ingressado em sua fase *imperialista*: nos países capitalistas mais adiantados, o capital bancário havia se fundido com o capital industrial, constituindo o *capital financeiro*; as condições criadas nesses países exigiram deles a *exportação sistemática* de capitais; acentou-se a *competição em torno da exploração colonialista*; e, no bojo da guerra interimperialista de 1914-1918, difundiram-se em alguns países acentuados *ressentimentos nacionais*, análogos, à primeira vista, às mágoas dos povos explorados.³¹

O Ato colonial foi um destes dispositivos de retorno a uma antiga modernidade. Estas intenções podem ser melhor percebidas nos Artigos 2º e 3º. do Ato Colonial, onde se lê:

Art. 2.º É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar

²⁹ Ver: BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁰ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **A Bem da Nação**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p.402

³¹ KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.39-40

domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

Art. 3.º Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colônias e constituem o Império Colonial Português.³²

Através dessas leis, o Estado Novo procurava legitimar e instituir os paradigmas e ideologias do regime de cunho imperialista. É neste sentido que através do Ato Colonial procura garantir o domínio dos espaços coloniais. O artigo 132º, VII “*Do Império Colonial Português*”; transformava o Ato Colonial num documento constitucional, com o qual passara a administrar as colônias até o ano 1951, quando se tem a revisão constitucional pela câmara corporativa e o texto ganha novas configurações em decorrência do final da segunda guerra e do aumento das lutas e manifestações que vão se disseminar com mais visibilidade nas colônias africanas, dando-se início às lutas de descolonizações.³³

No texto reformulado, os termos “*colônias*” e “*império colonial*” são substituídos por “*províncias ultramarinas*” e “*Estado português*”, respectivamente. Essa operação 'cosmética' fez-se à revelia da história com a clara intenção de camuflar a situação das colônias em face das críticas internacionais ao colonialismo tardio, e em face da nova realidade europeia do pós-segunda guerra.³⁴

Art. 133º. É da essência orgânica da Nação portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos Descobrimientos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua

³² Acto Colonial. ANTT: Cf. **Decreto-lei nº 22:465**. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf (Acesso: 03/12/2017)

³³ Num conjunto de 31 pareceres dedicados ao tema das Colônias dados pela Câmara Corporativa, é considerável, ao longo do período de 1935 à 1974, o número de textos que tratam da estruturação dos territórios coloniais de acordo com o regime político do Estado Novo. Estes pareceres acompanham e traduzem mudanças que o regime vai sofrendo, nomeadamente as impostas pela situação internacional. Merecem destaque os três pareceres relativos a inserção (1935) e alteração do Ato Colonial (1945 e 1951) na constituição portuguesa. FERREIRA, Nuno Estêvão; CARDOSO, José Luís. A Câmara Corporativa e o Estado Novo em Portugal. In: COSTA PINTO, Antônio. MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs). **A onda corporativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p.116

³⁴ CASTELO, Claudia. “Novos Brasis” em África. **Revista VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, 2015. p.514.

civilização, exercendo também a influência moral que é adstrita ao Padroado do Oriente.

Art. 134º. Os territórios ultramarinos de Portugal indicados nos nº 2,º à 5,º do artigo 1,º denominam-se genericamente «províncias» e tem organização político-administrativa adequada à situação geográfica e às condições do meio social.

Art. 135º. As províncias ultramarinas, como parte integrante do Estado Português, são solidárias entre si e com a metrópole.

Art. 136º. A solidariedade entre as províncias ultramarinas e a metrópole abrange especialmente a obrigação de contribuir por forma adequada para assegurar a integridade e defesa de toda a Nação e os fins da política nacional definidos no interesse comum pelos órgãos da soberania.³⁵

Nesse momento, com a ampliação do crescimento das lutas pela libertação das colônias, o regime salazarista também ampliou o controle e repressão das populações coloniais, reforçando a atuação da Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE) nas colônias, como veremos ao longo deste trabalho para o caso de Angola, e que vai desembocar nos confrontos da guerra de libertação. Segundo o historiador Luiz Henrique:

Seu texto impunha mudanças legais que buscavam ter efeitos dentro e fora dos domínios portugueses, de modo que pode ser entendido como primeira grande manobra do Estado para driblar as pressões internacionais no sentido do fim do colonialismo. A exemplo da revogação do Acto Colonial, que ocorreu de forma oficial, porém, na prática, seu texto estava inserido integralmente na Constituição Portuguesa, constando apenas modificações de nomenclatura que tiveram repercussões retóricas. Segundo Antônio Salazar, a inclusão do texto do Acto Colonial da legislação representou um ganho duplo de vantagens à Portugal: em primeiro lugar a legislação portuguesa estaria então completa com aquilo que faltava para constituir o diploma orgânico de um Estado com "tão larga e importante projeção ultramarina"; e em segundo ponto, estas medidas realçariam e definiriam melhor a unidade política da nação portuguesa, que o texto legal expressava juridicamente.³⁶

³⁵ Lei da Revisão Constitucional. Cf. "Lei nº 2.048 de 11 de Junho de 1951".

³⁶ BARROS, Luiz Henrique Assis de. **Gilberto Freyre e o lusotropicalismo no contexto do mundo atlântico (1933-1961)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. p.97

Durante todo o Estado Novo, Portugal tentou passar a imagem que toda a sua “vocação colonizadora” tinha deixado um território tão grande quanto todo o continente europeu. Angola, Moçambique e Guiné-Bissau representavam quase a totalidade das metrópoles europeias, o que significava a amplitude de Portugal frente às outras potências. Com isso, o dever do Estado Novo, segundo Galvão, era passar a ideia de que o Império, em uma consciência nacional, não era criação, mas sim renovação da ideologia de unidade que pertence à essência da “raça lusitana”, por tantos anos adormecidos. Henrique Galvão reiterava um nacionalismo colonialista e imperialista, com tons de misticismo de um povo eleito para empreender e explorar.³⁸

Do ponto de vista político, houve em Portugal o mito central da essência ontológica do regime, que de outra forma podemos chamar de “o mito do novo nacionalismo”. O Estado Novo não seria mais um regime na história política portuguesa. Ele seria o regime que retomaria o verdadeiro e genuíno curso da história portuguesa por uma revolução nacional, fazendo uma crítica ao chamado “obscuro desse século antinacional”: o liberalismo. O Estado Novo surgiu com “a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica”. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia, pois discuti-lo era discutir a nação. O famoso slogan “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” resume, em sua essência, esse mito nacional.³⁹

Dessa forma, despontado em Portugal quando varria a Europa uma onda de reação contra a democracia liberal e o desenvolvimento das organizações operárias, o salazarismo, igual a muitos outros regimes autoritários que na época surgiram no velho continente, implantou um nacionalismo antiliberal e um corporativismo anti-socialista.⁴⁰ Essa onda corporativista atingiu vários países da Europa e da América Latina, dentre eles Espanha (vizinho estratégico sobre questões imperiais na África) e o Brasil

³⁸ Idem

³⁹ ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 35, 2001. p. 1034

⁴⁰ CRUZ, Manuel Braga da. Notas para uma caracterização política do salazarismo. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 18, 1982. p.794

(parceiro internacional de Portugal desde a independência brasileira) que ganhou força as alianças com a chegada de Vargas ao poder em 1930.⁴¹

Além do que, numa crítica também ao totalitarismo, Salazar entendia-o como eticamente pagão e anticristão, não podendo o regime, em termos de filosofia moral como nacionalismo de inspiração católica, aceitar a divinização do Estado ou da Raça como fins últimos do poder ou como fontes da moral ou do direito.⁴²

Partindo deste ideal de nação pensado por parte da intelectualidade desde o fim do século XIX, o Estado Novo “modernizou” sua tradição histórica de civilizar. Henrique Galvão não foi o único a propagar a missão e herança histórica de Portugal com suas colônias. O regime salazarista contou com uma grande quantidade de doutrinadores do colonialismo português que difundiram a capacidade imperial de Portugal, todos tendo em comum o investimento na retórica da igualdade entre a metrópole e as colônias, e segundo a qual a colonização portuguesa teria equalizado o comportamento dos autóctones aos dos lusitanos, conforme também propagava Gilberto Freyre entre o Brasil e Portugal, bastante utilizado pelo regime a partir dos anos 1950. À igualdade entre as várias partes do complexo formado por Portugal (entendido como nação “pluricontinental”, da Europa à Ásia, passando pela África) corresponderia a uma paridade entre todos os portugueses no território onde habitassem e os nativos das colônias, depois de assimilados, conforme a lei do Indigenato.⁴³ Com isso, o regime salazarista negava a presença de racismo não só entre cidadãos portugueses, mas também em relação a quaisquer

⁴¹ Outras nações também tiveram experiências do corporativismo. São eles: França, Austria, Itália, na Europa e Argentina e Colômbia na América, cada um com grau e variações diferentes. Ver, COSTA PINTO, Antônio. MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs). **Op Cit.** 2016.

⁴² Idem, p.774

⁴³ A Lei do Indigenato, também conhecida como Estatuto do Indígena, foi uma lei estabelecida para as colônias portuguesas com a finalidade de definir os direitos, mas sobretudo os deveres dos “indígenas”. Com a nova lei ficavam estabelecidos três grupos populacionais: os indígenas, os assimilados e os brancos. Para a passagem era necessário demonstrar um conjunto de requisitos, como por exemplo, saber ler e escrever, professarem a mesma religião que os portugueses e ter os mesmos padrões de vida dos europeus. para alcançar o *status* de "assimilado" e poder usufruir de direitos que estavam vedados aos indígenas não assimilados.

habitantes das suas colônias.⁴⁴ Contudo como afirma o historiador Miguel Jerônimo:

As leis imperiais foram, no essencial, leis de relações raciais; isto é, a legislação incorporou no seu cerne as gramáticas de um racismo institucionalizado, como o regime do Indigenato foi demonstrando até à sua abolição em 1961. [...] A racialização do mundo imperial e colonial, baseada num corpus de representações sobre a “psicologia” e a “cultura” das comunidades nativas e do seu estado de desenvolvimento sociocultural, constituiu um poderoso instrumento de legitimação das políticas imperiais e coloniais, sobretudo as políticas indígenas.⁴⁵

Frantz Fanon, psicanalista francês, diz que não havia diferença entre o racismo e o anti-semitismo. Discussão comum no período pós-guerra, para Fanon, o racismo colonial não difere dos outros racismos.

Todas as formas de exploração se parecem. Todas elas procuram sua necessidade em algum decreto bíblico. Todas as formas de exploração são idênticas pois todas elas são aplicadas a um mesmo “objeto”: o homem. Ao considerar abstratamente a estrutura de uma ou outra exploração, mascara-se o problema capital, fundamental, que é repor o homem no seu lugar.⁴⁶

Diante das tensões e discussões nas primeiras décadas do século XX, Portugal resolve consagrar constitucionalmente a unicidade entre pátria e império, dogmatizando a colonização. O Estado Novo retornava o *élan* nacionalista da virada do século, associando a preservação da soberania de Portugal à sua existência como potência colonizadora. O “Destino” é retomado com grande vigor pelo Estado Novo e incorporado no espírito de sua legislação colonial para fundamentar outros dogmas do regime. Assim, havia uma missão

⁴⁴ VIEIRA, Patrícia L. **Op. Cit.** 2010. p.128

⁴⁵ JERÔNIMO, Miguel Bandeira. Colonialismo Moderno e Missão Civilizadora: in RIBEIRO, Margarida Calafate; ROSSA, Walter (orgs.). **Patrimônios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar**: Lisboa, Universidade de Coimbra, 2015. p.100.

⁴⁶ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p.87.

redentora da colonização e a unidade intrínseca do Império português, encontradas na identidade entre Pátria e império.⁴⁷

Sob a ótica de Henrique Galvão, através da construção de um império e, como num passe de mágica, uma nação pequena e periférica chamada Portugal se transmutaria, como que maravilhosamente, numa vasta potência europeia. Para ele, perder o império ultramarino seria perder o próprio país, ou seja, renunciar a uma determinada concepção de nação difundida pelo Estado Novo Português: a concepção colonial de que as colônias não são espaços no além-mar de pura extração de matéria-prima, mas sim território integrado a Portugal, ao grande império português.⁴⁸

O Estado Novo apostou na criação de uma “mística imperial”, mas manteve separadas as condições da metrópole às das colônias. Os portugueses eram mobilizados no sentido do orgulho e da defesa das colônias, mas sempre mantendo a metrópole numa condição de superioridade. Tais diferenças podem ser percebidas através dos programas escolares destinados à metrópole e às colônias, ainda que propagasse o sentido imperial pelos meios de comunicação social.⁴⁹

*A *intelligentia colonialista* embora marcada por relevantes diferenças ideológicas, políticas e socioprofissionais, partilha quase em absoluto esses valores característicos da “mentalidade da viragem do século”, entendendo-se assim tanto a aposta generalizada na educação colonial como a tese da complementaridade entre a “a educação colonial na metrópole” e a educação nas colónias.*⁵⁰

Essa propaganda do regime também se ampliava por outros meios. De um lado, encontramos os cadernos coloniais, pequenos livros escritos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, mas publicados entre 1936 e 1939, período de consolidação do Estado Novo português. Do outro

⁴⁷ CABAÇO, José Luis. **Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.99

⁴⁸ JERÔNIMO, Miguel Bandeira. **Op. Cit.** 2015. p.130-132

⁴⁹ CASTELO, Cláudia. **Op Cit.** 2014. p.510.

⁵⁰ OLIVEIRA MARQUES, A.H.; SERRÃO, Joel. **Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano (1890-1930)**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. p.35

lado, encontramos a “Exposição Colonial do Mundo Português” com a finalidade de apresentar aos lusitanos o ultramar. Se nos cadernos, além das aventuras e histórias de personagens tidos como importantes para a construção histórica da nação portuguesa (entre eles missionários, militares e viajantes), encontramos as definições de mística imperial e política colonial na(s) exposição(ões) e encontramos um pedaço do que seria o ultramar africano em solo português.

A função dos cadernos coloniais era passar a imagem de “grande colonizador” à comunidade internacional, tendo em vista o baixo índice de alfabetização dos portugueses naquela época, o que dificultava a simples leitura destes pequenos livros. Já na exposição, o objetivo era, *grosso modo*, apresentar de forma didática ao povo português a vastidão e diversidade de seus domínios. O Império deixava de ser uma coisa distante, contada por terceiros. A unidade do Império se consubstanciava num espaço físico limitado e perceptível, onde os representantes dos diferentes povos que nele habitavam, separados em suas especificidades, coexistiam numa dita paz portuguesa. Essa exposição se encontrava na Cidade do Porto, cidade conhecida por grande imigração ao longo dos séculos em Portugal.⁵¹ Assim,

O povo português devia se ver e tomar consciência da dimensão do Império, da obra monumental que realizava, de sua “superioridade” como “raça”, da “missão” que o destino lhe confiara. E ao inteirar-se disso, deveria assumir a “grandeza da nação”, não apenas na importância das realizações distantes, mas também na extensão física dos territórios.⁵²

Alguns dos elementos encontrados na exposição passaram ao longo dos anos seguintes para os livros didáticos em Portugal, também tentando consolidar as ideologias colonialistas do Estado Novo.

Construir um imaginário não apenas no âmbito das relações sociais e políticas, mas também no âmbito territorial era de extrema importância para os discursos do regime. Por assim dizer, entendemos essa construção como uma

⁵¹ CABAÇO, José Luis. **Op. Cit.** 2009. p.189

⁵² Idem, p.190

“geografia do imaginário”⁵³, onde o regime criava diariamente a ideia de que havia mais território do que pensavam os portugueses. Logo, essa geografia que circundava a África era mágica e ao mesmo tempo representante das “bestialidades” da terra, e por mais tenebrosas que pudessem ser, era dever deles assumir o papel histórico em torno disso. Entram em cena, então, as missões católicas.

1.2 – A educação e a religião no império: As missões católicas.

O modelo educacional ao longo da primeira metade do século XX era dividido, majoritariamente, em dois tipos: uma educação tradicional (para os colonos) e uma educação colonial (para os “indígenas”). Na metrópole, a instrução dos colonos, incluindo missionários e militares, revelou sempre enormes debilidades, tendo assentado, essencialmente, na disseminação de cursos sobre noções de higiene tropical, etnografia e psicologia dos africanos, sempre baseados em noções de “indolência”, “vadiagem”, “barbárie”, “bestialidade”⁵⁴, dentre outras formas de apresentar os racismos.⁵⁵ Segundo o filósofo Achille Mbembe, partindo da lógica dos regimes de exceção:

No mesmo contexto, as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes ou, novamente, “inimigo” e “criminoso”. Assim, é impossível firmar a paz com eles. [...] as colônias são o local por

⁵³ Ver a obra e o estudo realizado por, LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do purgatório**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017.

⁵⁴ As descrições e narrativas da “barbárie africana” e das “tribos selvagens” aparecem frequentemente, evidenciando características que se destinavam a comprovar a miséria moral e material, a indolência, os abusos cometidos pelos homens sobre as mulheres e as crianças, os costumes dissolutos, as credices funesas e primitivas e o caos das instituições. Neste quadro ressaltam contudo três marcas essenciais, modeladoras do imaginário português sobre África: a guerra, a escravatura e a antropofagia. Ver: OLIVEIRA MARQUES, A.H.; SERRÃO, Joel. **Op. Cit.** 2001. p.76

⁵⁵ JERÔNIMO, Miguel Bandeira. **Op. Cit.** 2015. p.104.

excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial pode ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”.⁵⁶

Contudo, essa exceção apresentada pelo Mbembe não tem início com o salazarismo. A partir da primeira metade do século XIX passou a existir uma nova fase do projeto missionário da Igreja Católica, principalmente com a ascensão do protestantismo no mundo e por causa das disputas internas entre as ordens religiosas. Essa ação foi chamada de “reação ultramontana”:

Convencionou-se chamar esta iniciativa da Igreja de “reação ultramontana”, movimento católico que provocou o êxodo de muitos missionários que deixaram o Velho Mundo e escolheram outros continentes para realizar trabalhos religiosos.⁵⁷

O caso português iniciou com os conflitos entre a monarquia pós-independência do Brasil. Com a retomada das ordens religiosas ao campo lusitano nas colônias na África e oriente, grupos tentavam fazer um acordo entre a Santa Sé (Propaganda Fide) e Portugal. Esta forma de missão “à moda portuguesa” começava a trazer a visão civilizadora para o mundo, apresentando traços do que chamam de iluminismo português. Segundo o historiador Miguel Jerônimo,

[...] Na medida em que, aparte da conservação de antigas e nobres tradições, a “missão católica na África” era tomado como o “principal meio de civilizar aquelas populações”. Mas para ser eficaz, esse meio carecia “de ser metódico, sendo regulado e assegurado o predomínio português religioso em toda a parte onde conserva ou adquire predomínio civil e comercial”. Era esta a “importante questão religiosa e social a regular” entre Portugal e a Santa Sé, na qual Portugal se afirmava como “o mais interessado promotor” do “desenvolvimento da missão católica” em África, mantendo “todos os direitos da Coroa portuguesa como Padroeiro”. Eram estes direitos que Portugal queria que fossem regulados, de acordo com o seu “grande interesse colonial e religioso”,

⁵⁶ MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018. p.34

⁵⁷ KARSBURG, Alexandre. Movimentos socioreligiosos rurais e violência de Estado. In: VENDRAME; Maíra Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA; Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Crime e Justiça**. São Leopoldo: Oikos; editora Unisinos, 2018. p.390

definindo os seus “limites” e estabelecendo as “condições do seu exercício”.⁵⁸

Contudo, até a última década do século XX, o comportamento na África passou a mudar de uma negação das missões católicas até o Estado português começar a usá-las como braço armado e forma de policiamento do território português. Naquele momento, o maior inimigo de Portugal na África eram os missionários ingleses, representando não apenas em seus aspectos religiosos, mas também no discurso do Estado, como maneira de adentrar no comércio, em especial de Angola.

Os verdadeiros inimigos eram os “enviados do protestantismo inglês” guiados por Livingstone, cujas “diligências” visavam estabelecer “o comércio e a influência ingleses” sob a capa da promoção de “missões protestantes”. A ameaça e o perigo de usurpação vinham de outras fontes, afectando as soberanias eclesiástica e política. Enquanto que a propaganda Fide se concentrava apenas em “interesses religiosos, interesses católicos”, os ingleses disputavam “o comércio, a possessão e o domínio”.⁵⁹

Com o ultimato inglês, as relações do império português se consolidam em meio à consolidação dos demais impérios europeus. Essa mudança e a perda na diplomacia do império fez com que o houvesse um marco na história de Portugal.

O ultimato apresentado pelo governo inglês ao governo português no Verão de 1890, obrigando-o a retirar do “mapa cor-de-rosa” confinado entre a costa angolana e a contra costa moçambicana, não fez apenas cair um governo. Afectou todo o sistema político, desde os partidos que se revezavam no governo, alternadamente, até ao poder moderador da coroa, passando pelo Parlamento e pelas forças armadas.⁶⁰

A constituição republicana de 1911 trouxe consigo a novidade da proclamação constitucional da neutralidade religiosa do Estado, ou seja, da

⁵⁸ JERÓNIMO, Miguel Bandeira. **Op. Cit.** 2012. p.112

⁵⁹ Idem, p.298

⁶⁰ CRUZ, Manuel Braga da. **Transições históricas e reformas políticas em Portugal.** Lisboa: Bizâncio, 1999. p.14

inviolabilidade da liberdade de crença e de consciência (art.º 3º, §4º) e da igualdade de cultos (art.º 3º, §5) que levaria à separação do Estado e das igrejas, promulgada pela famosa lei de 20 de Abril de 1911, e ao rompimento das relações diplomáticas com o Vaticano.⁶¹ Essa nova mudança, mais uma vez, fez com que as relações entre Santa Sé e Portugal esfriasse.

Só com o golpe de 1926 houve uma revisão da diplomacia entre as congregações, e só com a constituição e o Ato colonial (1930), inserido na constituição da II República.

O Ministro das Colónias João Belo aprovou o Estatuto das Missões Católicas, logo em 13 de Outubro de 1926, e o ministro dos Negócios Estrangeiros Bettencourt Rodrigues celebraria acordos com a Santa Sé relativos ao Padroado do Oriente, que o Vaticano considerara extinto com a Lei da Separação, salvando assim o direito de apresentação de alguns bispos. [...]

A constituição de 1933 viria a dar mais passos no sentido da melhoria das relações entre o Estado e a Igreja, assentes no regime de separação, expurgando-o porém dos aspectos mais lesivos da liberdade religiosa.⁶²

A conclusão desse processo diplomático se deu com o Acordo missionário assinado em 1940. A educação passou a ser permitida de maneira total pelo regime, desde que fosse “a bem da nação”. Logo, o acordo era mais um instrumento de presença portuguesa na África e mais uma estrutura de policiamento dos africanos que estavam sob a “tutela do colonizador”. O sociólogo Manuel Braga da Cruz diz que,

Quanto ao Acordo Missionário, Salazar lembrava que ele operava “a nacionalização da obra missionária, que se integra definitivamente na acção colonizadora portuguesa”, e que o Padroado do Estado português “em territórios estranhos à sua soberania” era o “público reconhecimento da nossa evangelização”.⁶³

⁶¹ Idem, p.61

⁶² Idem, p.63

⁶³ CRUZ, Manuel Braga da. As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 32, 1997. p.844

Assim, o comportamento missionário passou a ser mais uma vez de utilidade para o Estado português. A educação passou a ser vista duplamente entre o que era feito na metrópole e o que era feito nas colônias na África.

Na educação, resguardara o ensino público da hostilidade à religião, admitindo a possibilidade de o ensino particular vir a ser oficializado e subsidiado, dispondo-se ainda a orientar toda a acção pedagógica numa perspectiva cristã. No terreno colonial, traçara novas perspectivas à missionação, ao considerar as missões “instrumentos de civilização e influência nacional” e ao proteger e auxiliar os estabelecimentos de formação de missionários.⁶⁴

Do ponto de vista jurídico, nas colônias, a legislação salazarista decretava que todos os africanos, exceto os ditos “civilizados”, tinham a obrigação de trabalhar durante um tempo determinado ao ano, já que para ser “civilizado” dependiam de uma educação que visasse transformar o africano o mais próximo possível de um lusitano, alcançado no máximo o *status* de assimilado. A maneira encontrada para isso foi através da alfabetização e do ensino do português, com a prática persistente de ridicularizar as línguas nativas. Todo nativo, assim, que quisesse ascender na estratificação social do império português teria que se “aportuguesar”.

Os assimilados eram os que conseguiam ultrapassar o estatuto dos indígenas, e indígenas eram, segundo a lei “todos os indivíduos de raça negra ou descendentes que, pela sua ilustração e costumes, não se distinguem do comum daquela raça”. Para atingirem o estatuto de assimilados tinham de saber falar português correctamente, de ter adquirido hábitos como comer com talheres e à mesa, ter bom comportamento e – muito importante – receber um salário.⁶⁵

Fanon apresenta essa relação linguística com o racismo velado existente no colonialismo português, mas que também encontramos no colonialismo português, tendo em vista que a base iluminista da colonização e

⁶⁴ Idem, p.821

⁶⁵ HENRIQUES, Joana Gorjão. **Racismo em Português: O Lado esquecido do colonialismo.** Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2017. p.24

civilização inspirou ideologicamente a mentalidade colonial lusitana. Nas palavras dele⁶⁶,

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio no qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua origem originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.⁶⁷

Na África lusófona, apesar dos discursos, as alterações das leis no período do Estado Novo referiam-se à aplicação de uma legislação segregacionista aos colonizados, por meio de leis que visavam a separação dos habitantes da colônia em europeus metropolitanos e nativos africanos, os ditos “indígenas”.⁶⁸ Além disso, a educação pelo trabalho foi outra questão central de possível ascensão. Esse instrumento foi utilizado por Portugal também para “civilizar” as populações nativas, para que estas entrassem no grupo destinado a sair da dita e propagada “barbárie” e perder os vícios advindos da ociosidade.⁶⁹

Diante de um cenário como esse, o trabalho do dito “indígena” foi usado como forma de adequar os nativos a colonização com a finalidade de construir um programa civilizador principalmente em matéria linguística como apresentado acima. O trabalho, entretanto, também serviu para suprir as necessidades econômicas do Estado Novo. A política de trabalho forçado fez-se necessária não apenas para manter a segregação racial entre os europeus “civilizados” e os africanos “bárbaros”. Ela foi necessária para a garantia de mão-de-obra para as empresas exploradoras nas colônias, cuja política salazarista havia restringido, mas não proibido.

Às *escolas missionárias* era confiada a educação dos indígenas ou pelo menos da bastante limitada parcela da população nativa que podia frequentar o sistema de ensino

⁶⁶ Retornaremos a trabalhar com Fanon no terceiro capítulo, quando formos apresentar os movimentos de libertação e falar sobre os nacionalismos na África.

⁶⁷ FANON, Frantz. **Op. Cit.** 2008. p.34.

⁶⁸ SILVA, Giselda Brito. A Educação Colonial do Império Português em África (1850-1950). **Revista Cadernos do Tempo Presente**, n. 21, 2015. p.79

⁶⁹ SILVA, José Bento Rosa da. “**Voluntários Forçados**”. Recife: Editora UFPE, 2017. p.98

colonial. O encargo de defender ideologicamente o sistema colonial português em seus territórios africanos foi concedido às missões católicas e, por isso, estas representavam a única possibilidade de instrução para os indígenas. Para o pensamento colonial da época, a educação dos indígenas deveria ser direcionada sobretudo ao essencial propósito de *ensinar a sujeição*.⁷⁰

Com estes dados iniciais, vamos percebendo a importância das colônias para o império. Em suma, o sistema de colonização visava sempre converter o africano em um português. O ensino era em português e só a língua oficial. A religião e a moral eram cristãs e, tanto quanto possível, católicas. Os costumes, as tradições e o modo de vida deveriam ligar à Pátria portuguesa e não ao passado africano. As culturas negras eram apenas vista para fins estritamente científico ou como fonte provisória de comunicação entre brancos e pretos.⁷¹

Educação e trabalho nesta época também estavam no âmbito da produtividade. A seguir, aprofundaremos mais sua função econômica.

1.3 – A função política e econômica das colônias na manutenção do império.

Paralelamente à construção de uma imagem espacial imperialista, Portugal tentava passar a imagem de que a colonização portuguesa nas possessões africanas foi harmoniosa e representou a ida do “progresso” e “civilidade” para os povos da África. O Estado Novo queria mostrar como o império colonial português era maior do que sua extensão na Europa dizendo que o papel das colônias era recíproco, conforme já destacamos anteriormente, reafirmando sempre que “sem o grande território [colonial], não haveria Portugal, mas sem Portugal, os povos estariam fadados a ‘barbárie’”.⁷² Esse

⁷⁰ VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.63

⁷¹ MARQUES, A.H. de Oliveira. **Brevíssima História de Portugal**. Rio de Janeiro: Tinta da China Brasil, 2018. p.171

⁷² SILVA, José Bento da. **Insurgências em Angola**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2012. p.90

pensamento representou o cerne das ideias lusotropicalistas que serão desenvolvidas por Gilberto Freyre a partir da década de 1950.⁷³ O historiador Carlos André destaca que,

O Brasil serviu como principal exemplo da obra colonizadora e civilizadora dos portugueses, principalmente durante o período do Estado Novo salazarista, que trabalhava para a construção de uma unidade territorial e espiritual da metrópole com as suas colônias. O discurso tomava como base a capacidade da formação de uma sociedade multirracial, construída com o “amor” entre o colonizador e o colonizado, sem obstáculos econômicos e de cor da pele.⁷⁴

Além do sentido de poderio político que as colônias representavam para a constituição do império português, havia também sua função econômica. Para Portugal, valia a lógica de que, no início do século XX, o grande projeto econômico colonial era o do império “barato”, ou seja, que as colônias custassem nada ou quase nada à metrópole e produzissem recursos em profusão e um exército de mão-de-obra sem custos.⁷⁵ Nesse sentido, os administradores coloniais julgavam que quanto menos a ordem social local fosse abalada, mais ativa seria a cooperação para o trabalho dos povos africanos. Se de um lado Portugal propagava a função de extensão nacional das colônias, do outro, ele manteve os velhos hábitos da exploração colonial. Ao longo do regime salazarista, as colônias serviram de imagem de extensão territorial, mas principalmente atenderam às determinações de servir como

⁷³ Contudo, é um erro achar que tenha sido o intelectual brasileiro o formulador de tais ideias ou até mesmo o regime salazarista. Gilberto Freyre formulou essas teses devido as viagens que ele fez pelas colônias portuguesas, compartilhando de parte do pensamento da intelectualidade portuguesa no final do século XIX e início do XX. Sobre o pensamento que antecedeu o lusotropicalismo, Ver: VALENTIM, Alexandre. Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins. In: **Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)**. Lisboa: Edições Afrontamentos. 2000.

⁷⁴ MOURA, Carlos André Silva de. A missão cultural dos portugueses e a visita do patriarca Dom Maniel Gonçalves Cerejeira ao Brasil em 1934. **Revista Lusitania Sacra**, Lisboa, n. 35, 2017. p.43

⁷⁵ Um trabalho que analisa as relações de trabalho e de poder na colônia de Moçambique é o livro, fruto de sua tese, *De escravo a cozinheiro* do historiador Valdemir Zamparoni. No estudo realizado pelo autor, ele destaca o mundo de trabalho e sua relação com o trabalho forçado e, ainda, escravo que foi criado a partir de 1890 (após o *ultimatum* inglês) até o Ato colonial. Ver, ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique**. 2^o ed. Salvador: Edufba, 2012.

fonte de matéria-prima e de mão-de-obra, além de mercado consumidor, administrada para dar lucros, não despesas, invertendo esse quadro no período da Guerra Colonial (1961-1975).⁷⁶

No âmbito econômico, e para fazer face à crise gerada pela Grande Depressão assegurando o equilíbrio orçamental do país, Salazar rompeu com a política colonial da I República, descentralizadora em termos administrativos e financeiros, e apostou no fomento econômico, sobretudo de Angola.⁷⁷ Desde a I República, a situação econômica e social de Portugal era catastrófica. Com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, as colônias portuguesas ganharam mais relevância no entendimento português quanto à sustentação econômica do seu grande império no ultramar se comparados ao século XIX.⁷⁸ Em discursos pronunciados em conferências internacionais, Salazar afirmava que os territórios africanos faziam parte do território e do imenso mundo que os portugueses criaram, passando-as à função principal de equilibrar a economia portuguesa⁷⁹ e ainda alimentar o imaginário de um país em expansão.⁸⁰

Mesmo frente à crise de sustentação das colônias e de seus objetivos de fazê-las dar lucros, o regime fez de tudo para manter suas possessões coloniais. Entre as décadas de 1920 e 1930, Portugal fez uso do capital estrangeiro na esperança de que os investidores fizessem pressão em seus respectivos países para que apoiassem a soberania portuguesa na África, frente às constantes contestações externas. As colônias, juntamente com a Metrópole, passaram a compor o espaço econômico português, assumindo a

⁷⁶ LAINS, Pedro. **Op. Cit.** 1998. p. 489.

⁷⁷ ALEXANDRE, Valentim. **Op. Cit.** 1993. p.1118.

⁷⁸ Um estudo sobre a economia do Século XIX foi feito pelo historiador Pedro Lains. Em suas análises ele ignora a visão “pobre” do império. Ver, LAINS, Pedro. **A economia portuguesa no Século XIX**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.

⁷⁹ Em Angola, O contraste entre riqueza natural, diversidade de povos e domínio colonial foi o principal fator de análise da história de pouco mais de cinco séculos. As colônias africanas abarcavam (e ainda abarcam) o antigo território de diversos reinos africanos que foram paulatinamente entrando em contato com os colonizadores europeus a partir do século XV. Cerca de dez grupos populacionais distintos habitam as terras de Angola: ovimbundos, mbundos, bacongos, chokwe, nganguela, nhaneca-humbe, herero, ambo, xindonga e khoisan, todos pertencentes ao conjunto de povos de língua banto. Ver, PARADA, Maurício; MEIHY, Murilo Sebe Bom; MATTOS, Pablo de Oliveira de. **História da África Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. PUC RIO: Pallas, 2013. p.154

⁸⁰ ROSAS, Fernando. **Op. Cit.** 2001. p.1035.

classificação de nação “internacional”. Contudo, procurava restringir algumas práticas político-econômicas do modelo liberal, criticadas pelos ideólogos do regime como uma ameaça à soberania portuguesa, a exemplo das restrições de usos da mão-de-obra local para as formas de trabalho feitas pelas empresas estrangeiras, já que nas colônias mantinham-se as práticas de exploração do trabalho forçado para atender às necessidades de administração e exploração colonial portuguesa, ainda que se procurasse negar, conforme se pode observar pelo Ato Colonial:

Art. 19.º São proibidos:

1.º Todos os regimes pelos quais o Estado se obrigue a fornecer trabalhadores indígenas a quaisquer empresas de exploração econômica;

2.º Todos os regimes pelos quais os indígenas existentes em qualquer circunscrição territorial sejam obrigados a prestar trabalho às mesmas, por qualquer título.

Art. 20.º O Estado somente pode compelir os indígenas ao trabalho em obras públicas de interesse geral da colectividade, em ocupações cujos resultados lhe pertençam, em execução de decisões judiciais de carácter penal, ou para cumprimento de obrigações fiscais.⁸¹

A partir de 1926, a pressão internacional havia se acentuado, acusando Portugal de manter trabalho escravo, negando o trabalho remunerado, conforme as demais nações colonizadoras já implementavam em suas colônias.⁸² As atenções começaram novamente a voltar-se para a questão do trabalho forçado, em forma de denúncia, como prática recorrente nas colônias portuguesas, onde as autoridades intervinham abertamente no recrutamento compulsório de mão de obra tanto para fins públicos como particulares, ainda que negasse tais práticas as demais nações europeias, conforme aponta o historiador José Bento:

Uma das características dos discursos lusos da defensiva contra a acusação de trabalho escravo em suas colônias era o da vitimização, qual seja, eram vítimas da inveja das demais metrópoles que queriam “denegrir” a imagem dos precursores

⁸¹ Acto Colonial. Cf. “Decreto-lei nº 22:465”. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf (Acesso: 03/12/2017)

⁸² ALEXANDRE, Valentim. **Op. Cit.** 1993 p.1118.

da colonização em África; por ser um país pequeno e de uma imprensa que não possuía o alcance das demais potências.⁸³

Logo:

Tratava-se, portanto, de litígios territoriais advindos da “Era dos Impérios” – para usar o título de uma obra clássica da história contemporânea – que mostra as disputas entre as metrópoles europeias por territórios além-mar no século XIX. [...] Se havia conflito entre os portugueses e os indígenas, eram em decorrência das intrigas provocadas pelos “estrangeiros” europeus, sejam britânicos, belgas ou alemães.⁸⁴

Dessa forma, na ótica dos dirigentes do Estado Novo, as colônias tinham uma dupla função do ponto de vista econômico: por um lado, forneciam à indústria nacional matérias-primas e mão-de-obra baratas e por outro, comercializavam o excedente de produção da Metrópole, especialmente o vinho e os “tecidos pintados pelos indígenas”.⁸⁵ Isso durou até os anos 60, quando esse tipo de recrutamento passou a atrapalhar o próprio desenvolvimento autônomo das colônias portuguesas, prejudicando o envio de matéria-prima para Portugal que passava por uma carestia de alimentos.⁸⁶

Antes, porém, no pós-guerra, as pressões nas colônias, particularmente em Angola (considerada a mais lucrativa), foi bastante intensa nas primeiras décadas do regime salazarista e sua meta de legitimação do império português. Neste período também foi criado um sistema de impostos que incidia sobre os africanos do sexo masculino. Tal sistema visava obrigar os africanos a participar das atividades econômicas, ampliando o crescimento da economia com seu trabalho quando não podiam pagar os impostos. O sistema de taxaço contribuiu para o aumento da exploração e do controle sobre as populações coloniais. Não tendo apenas que ter seu território explorado, o

⁸³ SILVA, José Bento Rosa da. **Op. Cit.** 2017. p.51

⁸⁴ Idem, p.89-90

⁸⁵ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. O 4 de Fevereiro. In: **Guerra colonial: causas e consequências**. 4^o ed. Lisboa: Texto Editores, Lda. 2015a. p.29

⁸⁶ Idem, p.210

africano ainda tinha que pagar um imposto, maximizando assim a eficiência econômica do sistema colonial português.⁸⁷

Com o fim da 2ª Segunda Guerra Mundial, a situação se agravou, devido à crise econômica da Europa. De acordo com o pedagogo Ngangula Miguel de Sousa,

Nos anos que se seguiram, após o final da guerra, Portugal, Inglaterra e França não podiam dar muita atenção às suas colônias na África, pois precisavam resolver questões de seus países e do seu continente. A crise financeira tomou conta da Europa e ficava muito difícil manter cem por cento as colônias. Assim, nesse período pós-guerra, enquanto as potências europeias não davam muita atenção à África, os países africanos que eram colônias intensificaram suas reuniões e organizaram-se para alcançar suas independências, inclusive Angola.⁸⁸

Além da crise econômica, Portugal teve que enfrentar a influência das ideias libertárias que chegavam às colônias. O pós-guerra, particularmente em 1948, é o momento de Declaração Universal dos Direitos do Homem e a autodeterminação dos povos, gerando novas pressões sobre as nações que mantinham o domínio de colônias, a exemplo de Portugal. Na sequência, temos a Guerra Fria, ampliando o clima de lutas pela independência nas colônias. Neste momento, Angola e as demais nações ficam entre a ideologia capitalista norte-americana e o socialismo da União Soviética, introduzindo as ideologias tidas como subversivas nas colônias. Atrelado a isso, surge no cenário europeu o medo do comunismo, o que dará mais argumentos para o nacionalismo. Essas pressões levaram o regime a promover algumas modificações nas políticas coloniais, reforçando o controle e a repressão.

O seu anticomunismo sistemático, em ligação com um também sistemático antiliberalismo e antidemocratismo, e a imagem da “originalidade” de Portugal, tendo em conta a sua ação própria de civilizador de vastas regiões, em particular da África. A

⁸⁷ PARADA, Maurício; MEIHY, Murilo Sebe Bom; MATTOS, Pablo de Oliveira de. **Op. Cit.** 2013. p.50

⁸⁸ SOUSA, Ngangula Miguel de. **Ensino superior em Angola: uma perspectiva histórica.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

Europa só conseguirá refazer os seus valores se mantiver a sua posição civilizadora na África, se se opuser terminantemente ao comunismo soviético e se conseguir, assim, fazer reviver o seu espírito secular.⁸⁹

Em suma, podemos entender a ideologia do colonialismo utilizando a definição do historiador Nelson Werneck Sodré, como:

O conjunto de idéias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominava direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. [...] Sumariamente, nos fins do século XIX, tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização. Sob o clima tropical não seria possível forma adiantada de organização social, econômica ou política; a raça negra seria inferior e, como tal, destinada apenas ao trabalho, influenciando negativamente nos cruzamentos em que concorresse, como, de resto, seriam por si mesmos negativos os cruzamentos; as técnicas avançadas de organização política, como de produção, não poderiam ser adaptáveis a povos coloniais, onerados pelo clima e pela raça – tais foram, entre outras menos importantes, formas muito difundidas de uma ideologia que, no fundo, pretendia apenas coonestar e justificar a exploração colonial.⁹⁰

Além da pressão interna, fomentado pelo avanço das ideias nacionalistas nas colônias, Portugal também passou a enfrentar o aumento de pressão internacional na luta contra o trabalho forçado.

⁸⁹ TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo: Salazarismo, Fascismo e Europa. In: TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. 2º Ed. São Paulo: Unesp, 2001. p.405-406.

⁹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do Colonialismo**. 3º ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1984. p.98-99.

1.4 – A África lusófona em destaque: Portugal perante as organizações internacionais.

Nas metrópoles europeias e nos territórios coloniais africanos, durante a primeira metade do século XX teriam aparecido alguns “problemas” recorrentes com o trabalho, quando se procurava responder à necessidade de um contingente suficiente de mão-de-obra para empreendimentos públicos e privados, ou o dito problema da organização espacial e da mobilidade das populações africanas. Nada mais do que retórica dentro das potências europeias. No caso português em específico, os dirigentes estavam convencidos de que já se tinha ultrapassado a fase de “conquista” e que pós-segunda-guerra mundial, deveria entrar em curso a fase de colonização e exploração. Tanto dentro como fora de Portugal, várias pessoas propuseram, em diversas matérias, formas de enquadramento e ordenamento das populações mais ou menos “modernas” visando uma maior ou menor intervenção do Estado.⁹¹

Contudo, após a segunda grande guerra, vários órgãos e entidades internacionais começaram a rebater diversos argumentos e justificativas usadas pelas potências europeias para continuar intervindo na África. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), na sua 26^o Conferência em 1944, recomendava a valorização da ideia de que o desenvolvimento econômico se devia subordinar àquilo que era entendido como o bem-estar das populações nativas. Nesse ano, o regime português ainda mantinha suspensa a sua participação na OIT. Só em Paris, em 1945, uma delegação portuguesa voltou a participar nos trabalhos de conferências. Dois anos depois, em 1947, o conjunto de instrumentos internacionais destinados a regular não só as relações de trabalho, como outros aspectos mais vastos da vida social nas

⁹¹ DIREITO, Bárbara. Terra e africanos no pensamento colonial. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 49, 2014. p.770

colônias, havia sido aprovado com a adesão da maioria dos governos imperiais.⁹²

A OIT defendia explicitamente a formulação de políticas sociais mais abrangentes, que incluíam, entre outras coisas, a ratificação das convenções da década de 1930 e criação de mecanismos de participação dos trabalhadores africanos. Em resposta, o ministério das colônias de Portugal afirmava de forma clara a tutela paternalista do Estado Português sobre os indígenas. Esses eram “protegidos” de abusos, da alienação de terras e da lei geral, devendo obediência aos seus “usos e costumes”, desde que esses não fossem “incompatíveis com a moral e com os ditames da humanidade” ou “estranhos às instituições de caráter europeu”. Ao ímpeto uniformizador e “universalizador” da OIT, as autoridades portuguesas respondiam com a reiteração da necessidade do “indigenato”.⁹³

A participação das populações africanas nos processos de resolução de disputas laborais era evitada por força de sonegação do direito de associação às populações indígenas e enquadradas pelo Estatuto do Indígena, que consagrava o papel tutelar das autoridades. Como tal, só a tutela civilizadora, aplicada de forma cautelosa, poderia regular as relações de trabalho nas colônias.⁹⁴

Na década de 1950, Roy Garrison, correspondente do jornal *American Federation of Labour*, escreveu que nos territórios portugueses existia “trabalho escravo no cais” e que “o trabalho escravo não recebia qualquer tipo de remuneração”. Os africanos eram “forçados a deixar os seus *habitats* selvagens e semisselvagens para vir trabalhar por nada e em condições verdadeiramente miseráveis”.⁹⁵

⁹² BANDEIRA, Miguel; PINTO, António Costa. As dimensões internacionais e o fim de Império colonial português. In: **Portugal e o Fim do Colonialismo**. Dimensões internacionais. Lisboa: Edições 70, LDA, 2014. p. 24

⁹³ Idem, p.31

⁹⁴ Idem, p.35

⁹⁵ Idem

Na convenção de 1957, relativa ao trabalho escravo, a OIT reiterou todos os pontos anteriormente ditos destacando cinco pontos de abolição do trabalho forçado:

Art 1º Todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho que ratificar esta Convenção compromete-se a abolir toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso:

- a) Como medida de coerção ou educação política ou como punição por ter ou expressar opiniões políticas ou pontos de vista ideologicamente opostos ao sistema político, social e econômico vigente;
- b) Como método de mobilização e de utilização de mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico;
- c) Como meio de disciplinar a mão-de-obra;
- d) Como punição por participação em greve;
- e) Como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.⁹⁶

No que se refere a ONU, a Entrada de Portugal foi atrasada devido a problemas e divergências peculiares da Guerra Fria. Enquanto o governo brasileiro ajudava Portugal na admissão na ONU, a URSS vetou a adesão portuguesa de 1946 até Dezembro de 1955, quando Portugal conseguiu se tornar um membro da ONU. Dentre os questionamentos que fizessem com que Portugal demorasse a aderir às Nações Unidas estavam as críticas internacionais feitas à colonização ainda existente na África e sob o controle português. Desde 1959, o governo português começou a prever que haveria uma maior pressão na ONU para que novos Estados fossem organizados sem a presença colonizadora dos países europeus. De fato, os anos 1959 e 1960 foram cruciais para a política colonial e a política externa portuguesa. Em resumo, a adesão de Portugal à ONU (1955) abriu caminho ao cerco internacional ao colonialismo português, já antes cercado pelos questionamentos da OIT.⁹⁷

Na ONU, Portugal também sofreu a pressão dos EUA. Washington manteve uma disputa paralela contra seus aliados europeus, em plena vigência

⁹⁶ Anexo B – Convenção nº 105 da OIT sobre a Abolição do Trabalho Forçado e Direitos Trabalhistas. Disponível em https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235195/lang-pt/index.htm (Acesso 30/09/2018).

⁹⁷ CASTELO, Cláudia. **Op. Cit.** p.514.

da Guerra Fria. Como base jurídica internacional, a “ideologia” anticolonial, oficializada numa Carta das Nações Unidas, tornava essa política ética-moral, constituindo em um instrumento permanente de apoio ao processo de descolonização. Mas tal prática internacional apenas se deu porque o país norte-americano,

Necessitava exportar manufaturados e investir seu excedente de capital, bem como fomentar a expansão de suas empresas com capacidade de implantação e ação transnacional, tornando vital a abolição de qualquer forma de protecionismo que entravasse a livre circulação.⁹⁸

Outras nações também pressionavam para a descolonização. O conjunto de reformas da *política indígena* levadas a cabo pela administração belga no Congo também residia nas crescentes pressões internacionais.⁹⁹ Assim, a descolonização na África estava se tornando quase irreversível. Haviam dissipado as últimas resistências na Bélgica, França e Espanha. Apenas o governo português se manteve intransigente.¹⁰⁰ No regime salazarista, alguns defendiam, de fato, uma maior integração do império português no regime normativo internacional. Outros, como José D’Almada e Salazar, preferiam sublinhar os perigos que daí eram provenientes e manter o colonialismo.

Na ONU, o *comitê dos seis*¹⁰¹ elaborou um relatório determinando quais eram os territórios não autônomos existentes e os termos em que um território não autônomo deixava de ser. Na descrição feita pelo relatório, eram considerados “não autônomos” os territórios que estivessem geograficamente separados e fossem étnica ou culturalmente distintos do país que os administrava. Segundo esse relatório, foram considerados territórios “não

⁹⁸ VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevics. **Op. Cit.** 2014. p.101

⁹⁹ BANDEIRA, Miguel; PINTO, Antônio Costa. **Op. Cit.** 2014. p. 37

¹⁰⁰ SILVA, A. E. Duarte. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 30, 1995. p.7

¹⁰¹ O Comitê dos Seis era composto por Holanda, Reino Unido, EUA, Marrocos, México e Índia.

autônomos” nove possessões portuguesas presentes na Ásia e na África, dentre elas Angola (incluindo o enclave de Cabinda¹⁰²) e Moçambique.

A guerra nas colônias portuguesas (luta pela libertação nacional na designação dos nacionalistas, ou terrorismo na designação oficial do regime português) começou em Angola no dia 4 de Fevereiro de 1961 e por causa desses conflitos, nos primeiros anos da década de 1960, mais questionamentos foram feitos a Portugal e a Salazar sobre o caráter ainda colonial em relação às “províncias ultramarinas” em relatórios feitos pela ONU. Em 1961, a ONU assentiu um relatório que reprovava a repressão e ação armada desencadeada contra o povo angolano em violação dos seus direitos e liberdades fundamentais, e reafirmava o seu direito à autodeterminação e independência. No mesmo ano, na resolução Nº 1819, a Assembleia apreciava novamente o inalienável direito do povo de Angola à autodeterminação e à independência, condenando a guerra colonial conduzida por Portugal e insistindo para que terminassem as ações armadas e repressivas e que fossem libertados os presos políticos. Neste contexto, a URSS preconizou sanções econômicas contra Portugal, a sua exclusão da ONU e a ruptura das relações diplomáticas.

Portugal serviu de testa de ferro aos interesses econômicos transnacionais. Ele se recusou a dar a autonomia ou a independência de suas possessões (onde havia colonos europeus), ou mesmo a conceder direitos políticos aos nativos. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os países imperialistas já concediam ao menos mais direitos aos colonos. Apesar disso, para dar uma resposta às pressões internacionais, o conceito de Províncias

¹⁰² Historicamente, o enclave de Cabinda representou um espaço de difícil controle para os portugueses, principalmente por estar geograficamente envolta de outro país. A região de cabinda trouxe dificuldades para consolidação total. Desde o século XVI, Lisboa e a Santa Sé tentaram mandar tropas militares e religiosas para construir no território uma gerência mais central com o resto de Angola. Mesmo após a Guerra de Libertação, a região continuou estando a parte da então administração angolana, formando grupos separatistas que não serão estudados nesta dissertação, mas que fazem parte dos movimentos nacionalistas iniciados da década de 1950 e que serão estudados no capítulo três deste trabalho.

Ultramarinas também serviu como forma de mascarar os vínculos coloniais, o que claramente não foi reconhecido pela Comunidade Internacional.¹⁰³

Um mês após os incidentes da Baixa de Cassange terem iniciado um período de insurgência que marcou o início da guerra colonial em Angola, logo seguidos pelos assaltos às cadeias de Luanda, o governo português se viu diante de um novo desafio. Esse momento constituiu um acontecimento importante dentro da longa cadeia de eventos de escrutínio internacional do *modus operandi* do império português, nomeadamente no que tange à questão da utilização da mão de obra africana. Não é estranho que as autoridades portuguesas tenham encarado esse processo, desde o início, como sendo fruto de uma conjuntura internacional contra Portugal, conjuntura essa entre Moscou e novos Estados independentes como a Libéria, que no mesmo mês havia Solicitar insistentemente ao Conselho de Segurança da ONU a discussão sobre a situação em Angola, no que Ribeiro da Cunha apelidava de um “perigosíssimo precedente” que tenderia a politizar a OIT.¹⁰⁴

A importância das colônias na economia portuguesa foi sendo reduzida a partir do início dos anos 60, quando Portugal aumentou as suas ligações comerciais de investimento e de emigração com a Europa industrial, fazendo com que as colônias ficassem cada vez mais dependentes das importações das matérias-primas industriais e de capitais de países estrangeiros. Ao mesmo tempo em que a contribuição das colônias enquanto fonte de financiamento externo da economia portuguesa diminuiu de 1960 em diante, as despesas de Portugal com as guerras coloniais aumentaram significativamente.

Com a resolução Nº 5380 em 1960, a ONU rejeitava o conceito português das “províncias ultramarinas”, concluindo que a situação nesses territórios perturbava seriamente a paz e a segurança na África; apelava Portugal para reconhecer o direito à autodeterminação e independência; e

¹⁰³ VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevics. **Op. Cit.** 2014. p.127

¹⁰⁴ BANDEIRA, Miguel; PINTO, António Costa. **Op. Cit.** 2014. p. 42-43

solicitava que nenhum Estado facilitasse a repressão ou a ação militar portuguesa naqueles territórios.¹⁰⁵

Salazar respondeu a ONU, em 1963, dizendo que o conceito de nação era, no caso português, inseparável da noção de “missão civilizadora”, visto que em função da história de Portugal, também era, além de todos os demais títulos, “uma nação africana”. Também afirmou que os países africanos não teriam forças para impor as suas autodeterminações se não fossem apoiados pela influência externa dos governos comunistas que pretendiam destruir o Ocidente e o legado português. O salazarismo apresentava o império no ultramar como complemento indissociável da metrópole num esforço para camuflar a forma como conduzia as relações entre Portugal e África.¹⁰⁶ Logo, foi desenvolvida pelo regime uma retórica de igualdade, segundo a qual não existiriam distinções entre a metrópole e as colônias. Ou seja, era destacado o elemento diferenciador do grau de “civilização” das populações, tentativa de demonstrar que também no caso português a diferenciação resultava de noções de civilização e não de raça.¹⁰⁷

Assim, toda a campanha antiportuguesa era provocada pelo fato de o continente africano ser o grande espaço de competição das duas mais poderosas nações, os Estados Unidos e a URSS, além da China comunista que fez uma das suas primeiras aparições lá.

Sobre esse litígio na ONU e a retórica apresentada aos demais países, o historiador inglês Perry Anderson diz que:

Portugal, em si uma ditadura que remontava aos tempos fascistas, cuja identidade como uma potência europeia era inseparável de seu império africano, não tinha nenhuma intenção de renunciar às suas colônias e, com uma presença que superava em mais de uma década a da França e Grã-Bretanha no continente, criou as condições para um anti-imperialismo radical que buscou ajuda e inspiração na URSS.¹⁰⁸

¹⁰⁵ SILVA, A. E. Duarte. **Op. Cit.** 1995. p.17

¹⁰⁶ VIEIRA, Patrícia L. **Op. Cit.** 2010. p.129

¹⁰⁷ BANDEIRA, Miguel; PINTO, Antônio Costa. **Op. Cit.** 2014. p.45

¹⁰⁸ ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos.** São Paulo: Boitempo, 2015. p.92

Nesse embate entre Portugal e a ONU, Salazar levantou algumas diferenças entre as concepções americana e portuguesa de autodeterminação. A autodeterminação portuguesa, apresentada pelo ditador, era, no máximo, o acordo e o consentimento da população africana a certa estrutura política, a certo tipo de Estado e a certa organização administrativa, acrescentando que esta modalidade de independência já estava realizada nos territórios portugueses. Acrescentava, também, a importância de levar os Estados Unidos a admitir a doutrina salazarista sobre esse ponto.¹⁰⁹ Havia a ideia de que a Europa deveria retomar ao seu lugar como centro do Ocidente, o que passava pelo reforço da sua ligação à África. A Península Ibérica era, na concepção salazarista, a preocupação prioritária, encarada como o verdadeiro baluarte da Europa católica e conservadora contra ameaças externas.¹¹⁰ Todas essas argumentações tinham como objetivo justificar o colonialismo português perante os países membros da ONU.

Nos comitês da ONU, os Estados africanos recém-libertados¹¹¹ (com exceção da África do Sul) foram unânimes na condenação da política colonial portuguesa e propuseram a completa, total e imediata autodeterminação e independência dos territórios, recomendando, inclusive, medidas cada vez mais radicais contra Portugal. Sem qualquer exceção, os Estados comunistas apoiaram os Estados africanos com as suas intervenções e votações em todas as organizações do sistema da ONU.

O Brasil, tanto pelas relações especiais com Portugal, quanto pelo alinhamento com o bloco ocidental, apoiou quase que fielmente e em todos os aspectos a posição portuguesa. No governo de Vargas (1950-1954) e com a mediação de Gilberto Freyre, o Brasil negociou Tratados de Amizade com Portugal. Em um destes tratados, os dois governos concordaram em se consultar sobre questões internacionais. Além disso:

¹⁰⁹ SILVA, A. E. Duarte. **Op. Cit.** 1995. p.21

¹¹⁰ TELO, António José. Portugal e a NATO: dos Pirenéus a Angola. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 30, 1995. p.949

¹¹¹ Tornaram-se Estados Africanos independentes na década de 1960: Camarões, Togo, Congo-Léopoldville (atual República Democrática do Congo), Congo-Brazzaville (atual República do Congo), Gabão, Tchad, República Centra-africana, Somália, Costa do Marfim, Dahomé, Alto Volta, Niger, Mali, Nigéria, Mauritânia e Serra Leoa.

O tratado era uma garantia para uma série de acordos no decorrer dos vinte anos seguintes, estendendo privilégios econômicos e político aos imigrantes portugueses no Brasil, reduzindo as barreiras para a exígua quantidade de comércio que existia entre os dois países e excluindo qualquer conexão entre o Brasil e as colônias portuguesas.¹¹²

Os presidentes Café Filho (1954-1955) e Juscelino Kubitschek (1956-1960) mantiveram a aproximação com Portugal iniciada por Getúlio Vargas. Um exemplo disso foi a reivindicação portuguesa sobre uma série de entraves na costa indiana, principalmente Goa. Ambos reagiram em seus governos apoiando os portugueses dizendo que estavam ao lado deles em qualquer parte do mundo.

A situação modificou-se com a eleição de Jânio Quadros em Outubro de 1960. Esse pregava uma política externa independente do Brasil, cuja política foi mantida por João Goulart até 1964. Em ambos os governos, o Brasil se distanciou de seu alinhamento automático com os Estados Unidos e com Portugal, aproximando-se dos Estados afro-asiáticos, o que resultou no voto na ONU pela autodeterminação e independência das colônias portuguesas. Jânio Quadros definia o Brasil como líder mundial em desenvolvimento, e não como seguidor dos EUA. A imagem transmitida era a de uma potência mundial emergente e a África seria, então, o palco para a expansão da influência do Brasil.¹¹³

Após o golpe civil-militar brasileiro, houve uma nova mudança de rumo. O presidente Castelo Branco sublinhou que a “revolução de 1964” se defrontava com o problema dos laços afetivos e políticos que o unia a Portugal. Assim, o Brasil abria “uma exceção ao colonialismo português” para a criação de uma comunidade afro-luso-brasileira antes mesmo (ou sem condição) da independência das colônias. A política externa independente adotada pelos presidentes antecessores acabou quando houve o golpe civil-militar. Durante o

¹¹² DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950-1980.** São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 40

¹¹³ Idem, p.49

regime militar (1964-1985) houve uma clara mudança. Nas palavras do historiador americano Jerry D'Avila:

O regime militar virou as costas para a África e intensificou as relações com Portugal justamente no momento em que as guerras contra o domínio português em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau passavam a ser uma das preocupações que unia os países africanos independentes.¹¹⁴

Enquanto o Brasil apoiou o colonialismo português desde 1957, os países europeus já não o aceitavam mais. Portugal se afastou cada vez mais da Inglaterra e dos EUA e se aproximou da França e da República Federal da Alemanha (RFA), que se tornaram os seus principais apoios político, militar e econômico, em termos de guerras na África.¹¹⁵ O Reino Unido, apesar de ainda ser uma potência colonial, havia iniciado sua descolonização alguns anos antes e já tinha reconhecido o direito à autodeterminação de algumas colônias. A posição da França foi de apoio “sem escrúpulos” a Portugal. A República Federal da Alemanha foi, nos anos 60, um dos mais importantes parceiros comerciais portugueses, com estreitas relações diplomáticas e militares em rápido desenvolvimento. A Espanha nunca teve posições claras e precisas. Nos anos 50, parecia ter uma posição idêntica à portuguesa e depois de hesitações, em 1961, passou a cooperar e a preparar a concessão de autonomia aos seus territórios ultramarinos.¹¹⁶

No início de 1958, a preocupação de Portugal foi a de aumentar, na medida do possível, o esforço da defesa das suas “possessões ultramarinas”. Em Angola e em Moçambique, a ameaça vista pelo governo salazarista foi de revoltas “indígenas” de caráter “subversivo”, alimentadas pelo exterior.¹¹⁷ Em 1963, o guineense Amílcar Cabral denunciou igualmente a política de Lisboa e a ajuda militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ele preconizou a luta armada contra o colonialismo, solicitou o apoio efetivo da ONU e das organizações especializadas e convidou a Comissão de

¹¹⁴ Idem, p.112

¹¹⁵ TELO, António José. **Op. Cit.** 1995. p.954

¹¹⁶ SILVA, A. E. Duarte. **Op. Cit.** 1995. p.27

¹¹⁷ TELO, António José. **Op. Cit.** 1995. p.957

Descolonização da ONU para visitar as regiões libertadas da Guiné portuguesa (atualmente Guiné-Bissau). Três anos depois, esta Comissão da ONU se deslocou até a África, recebeu petições escritas e ouviu dois membros do Movimento pela libertação de Angola (MPLA), um da Frente Nacional e Libertação Angola (FNLA), e ainda Amílcar Cabral da Guiné-Bissau.

Os movimentos pela libertação, durante o encontro da Comissão Consultiva Africana da OIT, enviaram um representante a Genebra em 1965, com o objetivo de convencer os delegados à Conferência Internacional do Trabalho a lançarem uma campanha contra o sistema de trabalho em Angola, segundo relatavam as autoridades portuguesas. A OIT expressava também a sua oposição ao colonialismo português e exigia a descolonização, alinhando-se com as resoluções da ONU.¹¹⁸

Após a visita, a ONU reafirmava o direito das populações dos territórios africanos administrados por Portugal à liberdade e à independência e reconhecia a legitimidade da luta que os movimentos de libertação travavam em suas nações, em resolução. Também condenava a política do governo português e pedia imediatamente aos demais Estados presentes nas nações unidas para que tomassem certas medidas, concretamente indicadas, destinadas a isolar Portugal.¹¹⁹

Outro ponto da escalada internacional de Portugal se deu logo após o fim da Segunda Guerra. Terminado o confronto mundial, em 1945, com Hitler e Mussolini derrotados, Salazar pôs-se imediatamente a manobrar no sentido de assegurar a sobrevivência de seu respectivo regime, aproveitando-se do fato de não ter se envolvido na guerra. Salazar rebatizou seu “Estado Novo” como “democracia orgânica”, dispôs-se a encenar a farsa das eleições políticas no seu país e conseguiu, em 1949, ingressar na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), recebendo ajuda estadunidense de mais de 50 milhões de dólares, então, através do plano Marshall.¹²⁰

¹¹⁸ BANDEIRA, Miguel; PINTO, Antônio Costa. **Op. Cit.** 2014. p. 49

¹¹⁹ SILVA, A. E. Duarte. **Op Cit.** 1995. p.30

¹²⁰ KONDER, Leandro. **Op. Cit.** 2009. p.131

Além da diplomacia com a ONU, outra relação que modificaria algumas dinâmicas internas portuguesas e que levariam, na década de 1970, ao fim do Estado Novo foi conhecida como aliança do atlântico liderada pelos EUA na OTAN.¹²¹ Isso começou quando os EUA convidaram Portugal para fazer parte da aliança. Portugal viu tal convite com desconfiança, mas os militares portugueses convenceram Salazar de que seria importante para modernizar o país. Sob a presidência de John F. Kennedy (1961-1963), os EUA adotaram uma atitude compreensiva para com o Terceiro Mundo e uma política ativista na África (em particular, em Angola). Ocupando um lugar dominante na política externa portuguesa, a posição do governo norte-americano era, em 1961, de total hostilidade ao colonialismo.¹²²

A independência do Congo-Léopoldville, por causa do caos instalado, abriu uma nova frente na Guerra Fria, junto com a intervenção da ONU: Houve uma triangulação entre as duas principais potências: os EUA, a URSS e o tabuleiro político da ONU. A primeira intervenção em grande escala no continente africano pela ONU foi realizada no Congo-Léopoldville, com tropas, de julho de 1960 a julho de 1964. Os principais objetivos dos Estados Unidos eram manter os soviéticos fora do continente, embora se possa dizer que a influência comunista na África fosse bastante reduzida no início dos anos 60.¹²³

Os EUA temeram um pedido de retirada da ONU por receio de que os soviéticos, comunistas, nacionalistas ou radicais, ganhassem terreno no Congo. Sob a presidência de Kennedy, tudo mudaria, visto que, ao contrário de Dwight Eisenhower (1953-1961), a estratégia do novo presidente iria centrar-se nos novos Estados africanos. Quando chegou à Casa Branca em 1961, Kennedy ordenou uma revisão completa da política americana para o Congo.¹²⁴

Os EUA desejavam controlar o mundo em termos econômicos e políticos, utilizando, para isso, a ONU como seu instrumento de domínio. Nesse

¹²¹ TELO, António José. **Op. Cit.** 1995. p.951

¹²² SILVA, A. E. Duarte. **Op. Cit.** 1995. p.25

¹²³ FONSECA, Bruno Leal Correia da. **O Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, o Congo-Léopoldville e Angola (1960-1965)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Minho, Lisboa, 2013. p.35

¹²⁴ Idem, p.46

sentido, havia a “necessidade de retomar pela ONU o controle do bloco ocidental e de controlar a URSS, no que tange aos povos que acabam de ter acesso à independência”. Os norte-americanos procuravam com a sua política dominar os mercados de matérias-primas mundiais, eliminar a concorrência europeia que pudesse existir nesses mercados e, finalmente, controlar as relações entre a URSS e os novos Estados independentes que iam surgindo em África e na Ásia.¹²⁵

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a função de poder no ocidente passou a ser desempenhada pelos EUA (e conseqüentemente com a OTAN). A grande vantagem vista, no início, por Portugal, estava na relação muito especial que mantinha com esse poder e essa era proveniente principalmente do papel único do espaço atlântico português. Só esse fato permite explicar igualmente que o império português na África tenha sido o último a desaparecer, mais de dez anos depois de poderes como a França terem sido derrotados nas guerras em que tentaram contrariar as tendências da história.

As colônias serviam como fetiche que permitia manter a ilusão do país como sendo uma grande potência europeia no século XX. Perder o império ultramarino seria perder o próprio país, ou seja, renunciar a uma determinada concepção de nação difundida pelo Estado Novo. Portugal seguia resistindo às pressões e reforçou a luta pela preservação de suas colônias até a década de 1970.¹²⁶ No próximo capítulo, apresentaremos o braço policial do império colonial português. Com sua longa história, a polícia política salazarista fez parte dos instrumentos utilizados por Portugal para manter suas colônias e o colonialismo europeu. Antes disso, o policiamento era por meio de terceiros. Com o pós-guerra, os instrumentos de violência na África passaram a ser diretamente ligados ao regime com a criação de um aparato repressor.

¹²⁵ Idem

¹²⁶ VIEIRA, Patrícia L. **Op. Cit.** 1995. p.129

SEGUNDO CAPÍTULO

2. REPRESSÃO E SUBVERSÃO: A PIDE e os Comunistas no império português (1945-1961).

A primeira consequência da exportação do poder foi esta: os instrumentos de violência do Estado, a polícia e o Exército — que na estrutura da nação, existindo ao lado das demais instituições nacionais, eram controlados por elas —, foram delas separados e promovidos à posição de representantes nacionais em países fracos ou não civilizados.¹²⁷

2.1 – Entra em cena a Repressão: Organização e formação das Polícias portuguesas na política colonial.

Na retórica do regime, para justificar o seu Estado Novo, Salazar repudiava o termo ditadura, justamente por esse termo significar o contrário do Estado de Direito. Ele entendia que aquele momento era um estágio de transição de uma democracia frágil e vulnerável para um Estado mais forte e corporativista. Para ele, com a Constituição de 1933, acabaria qualquer dúvida de que o regime salazarista era uma ditadura, pois passava a ser visto dentro da “constitucionalidade”. Ainda para manter o Estado Novo português e seu sistema colonial, Salazar precisou implantar um “Estado-polícia” nos primórdios de implantação do regime, que serviria para a vigilância de tudo e todos, com medo que houvesse “abusos de liberdade” por parte de alguns. Usando a polícia política, os cidadãos passaram a ser desiguais perante a lei. Por causa desse aparato policial, reinou o terror e a submissão dos adversários mais resistentes. Por fim, com a censura, o regime prendia a seu bel-prazer a informação, impondo às vezes, o silêncio a toda a nação.¹²⁸ Isto posto, estudaremos o aparato numa abordagem a contrapelo, buscando extrair aquilo

¹²⁷ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.204.

¹²⁸ RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. **A polícia política no Estado Novo: 1926-1945**. Lisboa: Estampa, 2000. p.14-16

que não foi dito, mas que está presente intrinsecamente na documentação tida como “oficial”. Apresentemos um rápido histórico da polícia.

As polícias políticas portuguesas existiram desde o golpe militar (1926) que derrubou a I República. Esse tipo de polícia caracterizada pela repressão social e ideológica adveio de modelos externos que compactuavam com a luta internacional contra os “subversivos” como em outros países na Europa e América, aproximando-se de políticas nacionalistas, comum na primeira metade do século XX. A exemplo do Brasil, com o Departamento de Ordem e Polícia Social (DOPS) criado na década de 1930, na Alemanha sob a mesma conjuntura internacional criado a Gestapo (*Gehaime-Statens Polizei*), em Portugal a polícia política criada foi a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).¹²⁹

A influência da Gestapo trouxe muitas informações de como uma polícia política deveria agir e, dentro da Segunda Guerra Mundial, tais práticas se intensificaram, criando aparatos institucionalizados que, a todo custo, deveriam retirar a “ameaça vermelha” do dia a dia de Portugal. Embora o objeto de estudo deste capítulo seja a constituição e atuação da PIDE/DGS na África durante a década de 50, é importante, para a construção deste trabalho, apresentar o histórico do aparato policial português que precedeu e deu origem ao modelo mais sofisticado do regime.

A primeira polícia política do regime salazarista foi a PVDE (1933-1945). Ela pode ser subdividida em três fases de atuação, o que pode representar

¹²⁹ O Estado salazarista por possuir influência religiosa pregava a moral, os bons costumes e a pátria (nacionalismo), lema e atitudes muito parecidas com o que se teve no Brasil no Estado Novo de Getúlio Vargas. Inclusive seu caráter Paternalista é denominador comum entre Vargas e Salazar. Isso não era nenhum pouco anormal na época. Durante as primeiras décadas do século XX houve a disseminação da ideologia nazi-fascista que forjou vários governos nacionalistas no século XX, revelando ditadores por todo o mundo com características semelhantes. No Brasil, a historiadora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, em seu livro *a construção da verdade autoritária*, compara o comportamento de Getúlio Vargas ao de Oliveira Salazar. Inclusive, ela afirma que o caráter paternalista de Vargas se enquadra mais no perfil estadista de Salazar do que propriamente no de Hitler ou de Mussolini. Esta semelhança está presente em algumas pesquisas que visam mostrar que as relações entre Brasil e Portugal não se encerraram após a proclamação da República no Brasil, mas que trocas de influências e de informações aconteceram também durante o século XX. Ver: ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Humanitas, 2001.

muito sobre o que será a PIDE anos depois. De 1933 a 1936 se tem a primeira fase da PVDE, tendo como características um quadro pouco numeroso de pessoas, muitas delas despreparadas além de uma débil rede nacional de informações. Com a Guerra Civil espanhola, o discurso ideológico mudou. Durante esse período, houve a incorporação de outras polícias portuguesas a esta.

De 1936 a 1939 (mesmo período da Guerra Civil espanhola) justamente por causa do “perigo vermelho” ascendente na Europa, a prática da polícia política entrou em sua segunda fase e sua orientação repressiva passou a ser mais intensiva, pondo o comunismo como inimigo por excelência do regime salazarista em Portugal. Além disso, também na década de 30, devido a Guerra Civil, a PVDE teve contato com a Polícia Secreta da Alemanha (Gestapo) justamente por ela ter ficado alojado em Portugal, durante os conflitos na Espanha, apoiando os militares que lutavam contra o anarquismo. Pode-se dizer que ela foi “*Gestapizada*” durante os quatro anos em que esteve em Portugal, a PVDE adquiriu um caráter secreto e de espionagem, aprendendo novas táticas de vigilância tanto para os habitantes em Portugal e quanto futuramente para os povos nas colônias africanas.¹³⁰

Segundo Hannah Arendt, uma polícia de regime totalitário (a exemplo do que aconteceu no Terceiro *Reich*) se inicia com as bases de qualquer outra ditadura, despotismo ou tirania. Do ponto de vista estritamente teórico, o salazarismo não se enquadra perfeitamente no modelo proposto por Hannah, pois Salazar não fez uso das massas, nem de uma sociedade que visasse a inexistência das classes, assim como a filósofa descreve e que justificariam a existência da Polícia. Tais características apenas apareceram na Alemanha Nazista e na União Soviética bolchevista, especialmente na década de 1940. A teoria, porém, no que concerne a construção dos aparatos, é válida para caracterizar o caso lusitano, haja vista que pela influência já supracitada da Gestapo, a polícia tinha similaridades com o modelo descrito por Arendt. Dessa forma,

¹³⁰ RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. **Op. Cit.** 2000. p.79

Nos primeiros estágios do regime totalitário, porém, a polícia secreta e as formações de elite do partido ainda desempenham um papel semelhante àquele que as caracteriza em outras formas de ditadura e nos antigos regimes de terror; e a excessiva crueldade dos seus métodos não tem paralelos na história dos países ocidentais modernos.¹³¹

Com essa troca de experiências entre as polícias portuguesa e alemã, a PVDE entrou numa última fase antes de se tornar a PIDE. A terceira fase, de 1939 a 1945, corresponde à conjuntura da Segunda Guerra Mundial; e pelo aumento da rede de informações, ela passou a operar com ainda mais força nas possessões africanas. Pelo contato com outros serviços de inteligência pelo mundo afora, a PVDE passou a fazer parte de uma rede internacional, o que propriamente faltava à polícia para se tornar, em meados de 1945, a Polícia Internacional do Estado Novo português.¹³²

A PVDE representou um dos pilares do fascismo português e da sua permanência enquanto regime ditatorial. Além da “ajuda” da polícia alemã, nos anos de 1937 e 1938, a PVDE teve ajuda de instrutores italianos, postos a disposição de Salazar por Benito Mussolini, os quais foram os instrutores de vários outros sistemas de tortura.¹³³ A Polícia, mesmo antes da vinda dos agentes fascistas italianos, técnicos em torturas, já espancava os presos a torto e a direito, como é do domínio público, o que levou Salazar a pretender justificar essas selvagerias.¹³⁴

Segundo a historiadora Irene Pimentel, a PVDE foi responsável pelo controle e registro das entradas nos imigrantes no período da Segunda Guerra. Essa catalogação servia para construir mapas nas cidades portuguesas de onde poderiam estar os ditos subversivos quando eclodiu o holocausto, principalmente entre os judeus. Toda essa construção se deu de modo eficaz até que, segundo a autora, embaixadores e dirigentes dos mais altos cargos

¹³¹ ARENDT, Hannah. **Op. Cit.** 2012. p.562.

¹³² RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. **Op. Cit.** 2000. p.80-81

¹³³ Idem, p.82

¹³⁴ QUEIROGA, Fernando. O Terror como Sistema de Governo. In: **Portugal Oprimido**. Lisboa: Editorial o Século, 1974. p.37-40

dos ministérios interviam nas ações, nas rusgas policiais.¹³⁵ No entanto, embora a PVDE tenha sofrido influências do nazismo e do fascismo, no início, ela se aproximou mais das influências do franquismo e da sua polícia política, a DGS espanhola (*Dirección General de Seguridad*), do que propriamente das polícias mais notórias.¹³⁶

Depois do término da Grande Guerra, obedecendo a instruções de Salazar, a agora PIDE (1945-1969) modificou a forma de tratamento aos presos políticos, não comunistas ou anarquistas, reservando, no entanto, para estes todos os maus-tratos e insultos. Existiam brigadas especializadas em investigações de casos de células comunistas e grupos anarquistas compostas por uma dita “*velha guarda*”.¹³⁷ Também após o fim da Segunda Guerra, a Polícia Salazarista acrescentou o foco e as atenções principais às ameaças “subversivas” em Angola, Moçambique, Guiné (Atual Guiné-Bissau) e Cabo Verde, temendo que em tais territórios as insurgências iniciadas na década de 1920 se ampliassem.

Embora utilizemos o conceito de polícia secreta da filósofa Arendt, cabe fazer algumas distinções da polícia portuguesa em comparação com a descrição policial nazista e stalinista. Um delas é quanto ao “inimigo” do Estado. Enquanto que nos regimes totalitários (Alemanha e URSS), o inimigo se tornou o “objetivo”, nas ditaduras e nos despotismos (Ditadura portuguesa) o inimigo procurado não era um “bode-expiatório”. Na verdade, na ditadura salazarista, o inimigo era aquele entendido pelo estado como potencial destruidor do regime, passando assim todo o regime então a caçar aquele inimigo. Nas experiências do século XX, criou-se na Alemanha a caça aos judeus e na Rússia, a caça aos burgueses, ambas como discurso legitimador do Estado totalitário sem de fato representar uma desestabilidade ao regime imposto em ambos os países. No caso português, a perseguição se deu aos indivíduos que pudessem ter tido contato com o bolchevismo ou literatura de

¹³⁵ Para entender mais o processo de imigração judia em Portugal durante a segunda guerra mundial e participação policial nisso, Ver, PIMENTEL, Irene Flunser. **Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial**. 4º ed. Lisboa: ed. a esfera dos livros, 2015. 436p.

¹³⁶ Ver, RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. **Op. Cit.** 2000.

¹³⁷ QUEIROGA, Fernando. **Op. Cit.** 1974. p.40

cunho marxista, tanto em solo europeu quanto em solo africano ou por pessoas que o Estado entendesse com o potencial inimigo da nação.

A PIDE, como um aparato de repressão e opressão, como já dito, teve a reformulação feita pelo regime salazarista em cima da sua antecessora após a Segunda Guerra a fim de expurgar qualquer traço de influência comunista e também evitar a perda dos seus territórios, que demonstravam grande relevância para Portugal na economia e ainda um caráter formativo da identidade “civilizatória” única dos lusitanos em todos os continentes onde Portugal estivesse. Dentro de Portugal o medo ao comunismo cresceu as justificativas das práticas repressivas. Já nas possessões, tais atribuições foram além do anticomunismo. Para isso, Salazar usou a retórica, como anteriormente explicado, de um passado glorioso, uma boa ascendência, principalmente no que se refere aos preceitos religiosos e civilizatórios. Um destes argumentos girou em torno das teses lusotropicalistas sistematizadas por Gilberto Freyre, que argumentavam sobre a história da colonização portuguesa tanto no Brasil, quanto na África, dizendo que o mundo criado pelo português fazia parte de uma obra civilizadora e que o processo de colonização se deu de forma harmônica entre colonizador e colonizado, conforme apresentado no capítulo anterior. Reafirmando essa ideia, o historiador Ruy Llera Blanes define a PIDE como uma “instituição que enquadrava um projeto ideológico, político e pragmático de controlo autoritário sobre a vida pública e privada dos cidadãos”.¹³⁸ Em resumo, a polícia política salazarista representou um dos alicerces de um Estado nacionalista, fascista e imperialista num período um pouco distante da Alemanha Nazista e da Rússia Soviética, aparecendo para uma comunidade internacional como um símbolo de combate ao comunismo. Mais adiante, discutiremos a presença comunista no império colonial e a vigilância sobre estes grupos.

A PIDE conservou da sua antecessora a instrução preparatória dos processos respeitantes a esses delitos, cabendo-lhe ainda a colaborar com a

¹³⁸ BLANES, Ruy Llera. “Da confusão à ironia. Expectativas e legados da PIDE em Angola”. *Revista Análise Social*, Lisboa, v. 48, 2013. p.36

Polícia Judiciária (PJ) e as polícias estrangeiras na perseguição de prevaricadores internacionais.¹³⁹

No terceiro período da vida da polícia política portuguesa, encontramos a Direção Geral de Segurança (DGS) que correspondente ao período em que, após a morte de Salazar, em 1968, Marcelo Caetano foi presidente do Conselho de Ministros até o fim do regime salazarista, em 1974. Em 1972, a DGS sofreu uma reorganização, mas continuou com os mesmos poderes da sua antecessora, a PIDE.¹⁴⁰ No entanto, o prazo da prisão preventiva passou a ser mais curto, ficando a polícia política com três meses para instruir os processos, um tempo que era largamente suficiente para continuar a torturar os presos.¹⁴¹

A PIDE/DGS foi o último fator desses meios de intimidação, desmobilização e repressão. Reprimia e neutralizava seletivamente os poucos que lutavam contra o Estado Novo e espalhava o medo, com a ameaça do que podia acontecer aos que entravam em dissidência. Difundiu também, com alguma eficácia, a ideia de que era onipotente e onipresente, que via e ouvia tudo, através de uma enorme rede de informantes e uma cultura de denúncia.¹⁴²

Quanto à detenção preventiva, que era sem prazo, até 1945, a lei que criou e reorganizou a PVDE para a PIDE “limitou” a prisão a três meses, passíveis de prorrogação de dois períodos de 45 dias cada, sob proposta da própria polícia política e confirmada pelo Ministério do Interior. Era nesse período de instrução do processo que a PIDE torturava os presos.¹⁴³

A história da polícia política portuguesa foi marcada pelo endurecimento e aumento dos seus poderes. Em 1954, foi criado um quadro na polícia nas colônias portuguesas (em especial em Angola e Moçambique) e atribuídas

¹³⁹ PIMENTEL, Irene F. “A Polícia Política do Estado Novo – PIDE/DGS”: História, justiça e memória. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, 2011, p.140

¹⁴⁰ Idem, p.147

¹⁴¹ Foi extinta em 1974 após a Revolução dos Cravos em Portugal que retirou do poder Marcello Caetano criador da polícia em sua última fase como uma das primeiras medidas a fim de expurgar qualquer resquício fascista em Portugal.

¹⁴² PIMENTEL, Irene F. **Op. Cit.** 2011, p. 148.

¹⁴³ Idem, p. 140.

funções de juiz aos elementos dessa polícia, desde o diretor até o chefe de brigada. Por outro lado, ela deixou de ter qualquer relação funcional com o Ministério Público, dependendo apenas dos Ministérios do Interior e do Ultramar. Foi também prolongado o tempo da prisão preventiva, de 180 para 360 dias. Em teoria, o aparato policial podia prender sem julgamento e controle judicial, até um ano e seis meses.¹⁴⁴

Nas colônias, contudo, a imagem de inferioridade passou para uma perspectiva racial, de modo que os brancos passariam a representar os “civilizados” enquanto os autóctones seriam considerados os “bárbaros”. Durante as décadas de poder, Salazar espalhou pela África discursos que legitimavam a colonização dos angolanos, moçambicanos e guineenses para manter o controle social destes povos, argumentando que iriam levar a “boa” civilização portuguesa à África. A PIDE/DGS foi um dos instrumentos do processo civilizador. A polícia levaria a ordem à dita “barbárie” da cultura africana.



Fonte: “Símbolo da PIDE” No meio, podemos ver a bandeira de Portugal - Disponível em: <http://www.historiadeportugal.info/pide/> (Acesso em 15/01/2018)

A PIDE executava suas funções em todo o território nacional e era tomada como uma das corporações mais eficientes do Estado. Ela foi

¹⁴⁴ Idem, p. 142.

institucionalmente criada pelo Decreto-Lei n.º 35 046, no qual continha as atribuições da Polícia.

Art. 2.º A polícia internacional e de segurança tem funções administrativas e funções de repressão e de prevenção criminal.

Art. 3.º Em matéria administrativa competem a polícia internacional e de segurança do Estado os serviços relativos:

1.º À emigração, compreendendo o licenciamento das agências de passagens e passaportes;

2.º À passagem das fronteiras terrestres e marítimas;

3.º Ao regime de permanência e trânsito de estrangeiros.¹⁴⁵

Ainda no decreto de criação da Polícia Internacional, em seu artigo 4º, é dito quais seriam as atribuições no que concerne a questões criminais.

Art. 4.º Em matéria de repressão criminal compete à polícia internacional e de segurança do Estado a instrução preparatória dos processos respeitantes:

1.º Às infracções praticadas por estrangeiros que se relacionem com a sua entrada ou com o regime legal da sua permanência em território nacional;

2.º Às infracções relativas ao regime da passagem nas fronteiras terrestres e marítimas do continente e das ilhas adjacentes;

3.º Aos crimes de emigração clandestina e aliciamento ilícito de emigrantes;

4.º Aos crimes contra a segurança exterior e interior do Estado.¹⁴⁶

No campo da vigilância, a PIDE estava encarregada de fiscalizar a documentação e clandestinidade em território africano.

Art. 7.º À polícia internacional e de segurança do Estado cabe organizar os processos relativos à extradição dos criminosos e colaborar com a polícia judiciária e com as polícias estrangeiras na perseguição dos criminosos internacionais.

Art. 8.º Em matéria de prevenção criminal compete à polícia internacional e de segurança do Estado:

1.º Vigiar as fronteiras terrestres e marítimas, impedindo a passagem de indivíduos indocumentados, assim como a entrada de estrangeiros indesejáveis;

¹⁴⁵ Lei de Criação da Política Internacional de Defesa do Estado (PIDE) de 1945. Cf. “**Decreto-lei n.º 35 046**”: Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3889767> (Acesso em 16/01/2018)

¹⁴⁶ Idem

- 2.º Vigiar os estrangeiros e fiscalizar as suas actividades, promovendo a expulsão dos indocumentados ou indesejáveis e bem assim dos que tiverem sido condenados por tribunais portugueses, desde que tenham cumprido as condenações;
- 3.º Fiscalizar as agências de emigração e de passagens e passaportes;
- 4.º Vigiar os terroristas, os suspeitos de actividade contra a segurança exterior e interior do Estado e as associações, organizações ou bandos destinados à prática de crimes cuja instrução preparatória é da sua competência [...]¹⁴⁷

Nas colônias, a Polícia recorreu a vários métodos para atingir seus objetivos de reprimir qualquer contestação anticolonial. Vigiam suspeitos, violavam correspondências, revistavam pessoas, caluniavam e tomavam proveito de vulnerabilidades, provocações e rusgas. Por causa destas perseguições a vítimas durante o regime salazarista, as pessoas deixavam de falar à vontade nos espaços públicos. Para conseguir arrancar confissões dos nacionalistas presos pelo regime, a PIDE usou a tortura como principal método. Para evitar as manifestações e tentar desarticular os grupos, eram introduzidos informantes que, fazendo-se passar por nacionalistas, delatavam os verdadeiros integrantes e denunciavam suas ações. As perseguições eram sentidas por toda a parte, em todos os locais.¹⁴⁸ Assim entra em ação a lógica da suspeição, raciocínio norteador da ação policial pelo qual o perigo poderia estar em qualquer lugar e indivíduo.¹⁴⁹

A PIDE também tinha atividades dentro das prisões e no cotidiano em busca de espionar a vida privada e pública das pessoas. Ela trabalhava com uma tripla lógica: prevenção/dissuasão, vigilância/investigação e punição/repressão. Além dessas práticas repressivas, a polícia política também

¹⁴⁷ Idem

¹⁴⁸ CUNHA, Anabela. “Processo dos 50”: memórias da luta clandestina pela independência de Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, v.8, 2011. p.91

¹⁴⁹ A historiadora Giselda Brito estudou a lógica da suspeição em seu livro *Ideologia e Estado Novo* fruto da sua tese de doutorado. Segundo a autora, as policiais agiam com a constante sensação de que a qualquer momento um inimigo “estrangeiro” poderia se insurgir. No estudo que fez, ela estudou a perseguição ao integralismo brasileiro durante o regime do Estado Novo brasileiro, tomando como olhar principal a polícia. A mesma lógica pode ser aplicada as polícias políticas do Estado Novo português durante o Século XX, principalmente no que se refere ao medo do comunismo sobre o qual falaremos mais adiante. Ver, SILVA, Giselda Brito. **Integralismo e Estado Novo**: Diálogos e Confrontos. Recife: EDUFRPE, 2017.

apresentava um caráter proativo, tentando evitar atitudes que pudessem causar a instabilidade no governo Salazarista, ou seja, a desordem interna. Nas palavras de Ribeiro:

O discurso legitimador do regime sobre a polícia política radicou sempre a ideia da defesa da ordem, que a sua propaganda glosou infindavelmente como *leit-motif* fundamental. Uma ordem concebida não apenas como pacificação política – implicando a conversão, se necessário coerciva, dos adversários declarados do regime –, mas também como conciliação de todos os interesses econômicos e sociais, cujas contradições se volveriam numa beatífica harmonia sob o signo da *áurea mediocritas*.¹⁵⁰

No campo da prevenção/dissuasão, encontrava-se a fiscalização da estrutura corporativista, ajudando os patrões em seus interesses e controlando os movimentos operários e possíveis sublevações da ameaça comunista. Uma das táticas encontradas no governo foi a da constituição de sindicatos únicos, pelegos ao governo estadonovista. Esses sindicatos deveriam atenuar os conflitos existentes entre os patrões e operários, ao invés de lutar por mais direitos. Em alguns casos, após demissões em massa, os sindicatos apenas consolavam os trabalhadores e não recorriam para conseguir seus empregos de volta ou outro emprego para aquele trabalhador. Os sindicatos nacionais criados pelo Estado Novo tinham muito pouco de organismos representativos, autodirigidos e autênticos. Nem por isso deixaram de adquirir, ao longo de décadas, meios de ação e resistência, bem como uma certa rotina no tratamento de problemas dos trabalhadores, na “condução” (ou simulação) da negociação coletiva.¹⁵¹

No campo da vigilância/investigação, a PIDE agia para cuidar da segurança e da consolidação do regime, além de garantir a fidelidade dos cidadãos aos princípios definidos pelo Estado Novo. Por meio de um grupo de empresas e sindicatos controlados pelo governo, a polícia tinha também como função evitar a explosão de contradições econômicas e sociais para tentar fazer com que o povo interiorizasse no corpo social a aceitação passiva,

¹⁵⁰ RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. **Op. Cit.** 2000. p.196

¹⁵¹ BARRETO, José. Comunistas, Católicos e os Sindicatos sob Salazar. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 29, 1994. p.291

colaborando com a censura, a Igreja, a Legião portuguesa¹⁵² e a Mocidade portuguesa¹⁵³, a escola, as autoridades locais e demais políticas, para que a intervenção direta apenas fosse necessária caso todas estas opções fossem esgotadas. Por isso, a propaganda contra os comunistas seria mais eficaz do que a repressão direta aos grupos, fazendo com que se criasse um Estado em que todos se vigiarão e todos seriam colocados numa exceção jurídica. Essas práticas nos fazem citar novamente as teses de Hannah Arendt sobre a sociedade totalitária. Embora pareça ser a mesma coisa, Portugal e especialmente Salazar criticavam tais “excessos” de modelos febris de aclamação e controle social.¹⁵⁴ A polícia política funcionava, assim, simultaneamente, como serviço de informações, fiscalizadora da implantação da nova ordem corporativa, polícia de investigação criminal e órgão de fronteiras e como órgão repressivo.¹⁵⁵

Por fim, no campo punição/repressão como práticas de intervenção direta, a PIDE podia desde penalizar os suspeitos com detenção mínima e regida por lei, ou até mesmo ampliar de forma arbitrária as penas dos detentos sem explicar o motivo, chegando ao extremo, quando usava a tortura como tática de delação. As práticas de uso da dor como forma de desarmar o indivíduo, muitas vezes desmoralizando-o perante algumas pessoas, eram usadas desde os séculos XI pela inquisição medieval e continuaram a ser reproduzidas pela inquisição moderna portuguesa até a instauração do Estado ditatorial no século XX. Dessa forma, os instrumentos de tortura usados pela PIDE também podem ser encontrados no DOPS do Estado Novo de Vargas até a Ditadura civil/militar brasileira. Inclusive a ocultação das torturas foi algo recorrente dos regimes ditatoriais pelo mundo. Um dos objetivos da tortura era desarmar e fazer com que os torturados confessassem crimes ou entregassem outros nomes que pertenceriam ao grupo de “forças da desordem” de Portugal.

¹⁵² A Legião Portuguesa foi uma organização nacional, integrando uma milícia, que funcionou durante o período do Estado Novo em Portugal.

¹⁵³ A Organização Nacional Mocidade Portuguesa foi uma organização juvenil do Estado Novo em Portugal. Junto com a Legião Portuguesa e a Doutrina Social Católica, representaram formas populares de apoio ao regime salazarista nos seus primórdios.

¹⁵⁴ CRUZ, Manuel Braga da. Notas para uma caracterização política do salazarismo. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 18, 1982. p.792

¹⁵⁵ RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. **Op. Cit.** 2000. p.202

Caso o detento confessasse e colaborasse com a polícia, poderia ter sua pena diminuída, mas nunca zerada perante o Estado.

Em Portugal, além dos espancamentos, foi, sobretudo, utilizada a partir de 1945, a tortura “científica” da privação, em parte aprendida com a CIA: a privação de movimento, ou “estátua”; a privação de dormir, ou tortura do “sono”, e a privação de contatos com o exterior, ou isolamento.¹⁵⁶

2.2 – A Repressão ao comunismo: A PIDE e o PCP

Os comunistas começaram a se tornar os principais alvos da PIDE. Entre 1945 e 1949, o aparecimento de organizações de frente, entre as quais o Movimento de Unidade Democrática (MUD) e o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ), com elementos do Partido Comunista Português (PCP), mas também outros opositores não comunistas.¹⁵⁷

O Comunismo era, para a propaganda do regime, ao mesmo tempo um “perigo real” e uma “ameaça exterior”. Para isso, era visto como uma ameaça não europeia, sendo entendido como um fenômeno oriental, estranho às tradições da civilização ocidental.¹⁵⁸

Dessa forma, faremos uma rápida apresentação do partido em Portugal, pois ele foi, durante as décadas de 1950 e 1960, a principal ajuda dos autóctones em solo português. Nos primórdios de sua criação, o Partido Comunista Português, o PCP, tinha problemas constantes com o regime do Estado Novo. Seguindo as diretrizes internacionais, os comunistas acreditavam na possibilidade de utilização e de transformação do aparelho sindical corporativista português (entende-se também salazarista) para o prosseguimento de outros fins, como a luta pelos “verdadeiros interesses” dos trabalhadores e pela luta contra o regime. O objetivo era a infiltração de

¹⁵⁶ PIMENTEL, Irene Flunser. **Op. Cit.** 2011, p.145

¹⁵⁷ Idem, p. 143.

¹⁵⁸ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **Op. Cit.** 2002. p.49

militantes comunistas nos sindicatos para que conseguissem, ao menor tempo possível, o apoio da massa trabalhadora para que eles elegeassem dirigentes de oposição ao regime e de confiança dos comunistas. Para o Partido Comunista Português, o essencial era fazer com que o maior número de trabalhadores participasse da vida do sindicato, levando-os a frequentar a Sede e participar das reuniões.¹⁵⁹ No entanto, os responsáveis pelo regime e a polícia política nunca deixaram de vigiar as diretivas do PCP no que se referia ao trabalho sindical.

A diretriz de uma política sindical pós-1935 estava alinhada ao que propunha a Terceira Internacional Comunista (Comintern) lançada em Moscou, em 1919, que tentava criar um grande partido único de esquerda para então se construir a “revolução global”. Segundo Hobsbawn, no mundo, foram criados Partidos Comunistas (PCs) a fim de que todos eles, incluindo o português, adotassem o mesmo modelo estrutural e ideológico sob o controle de Moscou. Desde a década de 1960, os grupos anticoloniais marxistas também passaram a receber o mesmo auxílio, sendo cobrada fidelidade a URSS. Do surgimento dessa política internacional, Hobsbawn afirma que,

A determinação dos revolucionários de outros países em adotar o modelo de organização bolchevista, em se subordinarem à internacional bolchevista (isto é, eventualmente ao PCUs e a Stalin), deu-se não apenas pelo entusiasmo natural, mas também pelo fracasso evidente de todas as outras formas alternativas de organização estratégia e tática. (...) Parecia sensato adotar a fórmula do sucesso.¹⁶⁰

Assim, para os revolucionários e para a oposição do regime,

A lealdade a Moscou deixou de depender da aceitação da sua, tornando-se, porém, uma necessidade operativa. O fato de a maioria dos comunistas ter tentado racionalizar isto, provando para si mesmos que Moscou sempre estava com a razão, é outra questão, embora seja relevante para o tema porque confirmava a convicção da minoria esclarecida de que jamais seriam capazes de liderar seus partidos contra Moscou.¹⁶¹

¹⁵⁹ BARRETO, José. **Op. Cit.** 1994. p.293

¹⁶⁰ HOBBSAWN, Eric. **Revolucionários**: Ensaios Contemporâneos. 5º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p.15-16

¹⁶¹ Idem, p.17

Os sindicatos nacionais se tornaram, de fato, amplas organizações de massas. Com a grande presença delas, uma das aspirações dos comunistas estava se realizando. No início, os comunistas adotaram uma posição de repúdio total ao sindicalismo instituído nos primórdios do governo de Salazar, mas mudaram radicalmente. A nova atitude da direção do Partido Comunista Português (PCP) representava uma mudança de rumo decidida na sequência do VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1935. A política sindical dos comunistas portugueses, até 1935, foi rejeitada e acusada de ter se afastado do ensinamento Leninista. Isto é, na concepção marxista-leninista, o PCP deveria trabalhar onde estivessem as massas trabalhadoras.¹⁶²

Após a prisão e morte de Bento Gonçalves, importante dirigente comunista, no campo de concentração de Tarrafal, em 1942, Álvaro Cunhal destacou-se como a figura mais importante no processo de reorganização comunista. Além dos comunistas que procuravam influenciar as ações operárias e camponesas de forma mais direta, assistimos também, na década de 1940, a um processo lento de reorganização de uma oposição não comunista ao salazarismo.¹⁶³

A oposição revolucionária residia no Partido Comunista Português, estreitamente vinculado à III Internacional. O PCP, ilegalizado pelo Estado Novo, que nos últimos anos da República chegara a preconizar a venda das colônias para desenvolver a economia de Portugal, assumiu como objetivo secundário, a partir dos anos 1930, “ajudar” os povos das colônias a se libertarem. No espírito do “socialismo num só país” (característico da Comintern), a estratégia do PCP passou a incluir a extensão da sua atividade às colônias, decidindo a formação de núcleos partidários com o fim de além de organizar e mobilizar os portugueses residentes, organizar os povos “indígenas” e sua movimentação da defesa dos interesses dos nativos.¹⁶⁴

¹⁶² BARRETO, José. **Op. Cit.** 1994. p.290

¹⁶³ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **Op. Cit.** 2002. p.277

¹⁶⁴ CABAÇO, José Luis. **Op. Cit.** 2009. p.163-164

Com medo do que poderia representar a reestruturação do sindicalismo e da presença, o regime tratou de infiltrar alguns agentes da polícia política nas reuniões do partido. Por meio de um grupo de empresas e sindicatos controlados pelo governo, a polícia tinha também como função evitar a explosão de contradições econômicas e sociais para tentar fazer com que o povo interiorizasse no corpo social a aceitação passiva, colaborando com a censura a Igreja, a Legião e a Mocidade portuguesas, a escola, as autoridades locais e demais polícias, para a que a intervenção direta apenas fosse necessária caso todas as opções fossem esgotadas. Por isso, a propaganda contra os comunistas seria mais eficaz do que a repressão direta aos grupos, fazendo com que se criasse um Estado em que todos se vigiarão e todos seriam colocados num estado de exceção permanente.¹⁶⁵

Dentro da propaganda do regime, podemos encontrar nos já citados cadernos coloniais uma história onde a sublevação “indígena” poderia representar aspirações “vermelhas”, justamente por essa revolta ter sido no ano da Revolução Bolchevique. O exemplo trazido pelo historiador José Bento de uma revolta que aconteceu na região de Camaxilo, em Angola, encontra-se no caderno colonial intitulado como “A punição do Soba Vermelho”.¹⁶⁶ Vejamos uma breve descrição do historiador Bento.

O cenário dos acontecimentos foi nos idos anos de 1917, coincidentemente o mesmo ano da Revolução Russa. Talvez tenha sido por este motivo que escolheu como título: “A punição do Soba Vermelho”, sugerindo que o soba estivesse motivado pelo movimento do leste europeu. É compreensivo se a inspiração tenha se originado desta pretensa relação, pois a obra foi escrita na década de quarenta, no início da Guerra Fria, e publicada na década seguinte, quando dos movimentos de emancipação das colônias da África. Desta forma, buscar

¹⁶⁵ O Jurista e filósofo Giorgio Agamben vai estudar a formação e a identificação dos Estados de Exceção no século XX. De acordo com o pensador, Estado de exceção seriam tudo aquilo que desse poder a um soberano para fazer cumprir seus desejos sem que houvesse nada e ninguém para limita-lo. Dessa forma, ele conclui que o Estado de Direito da Democracia também pode virar um Estado de exceção desde que este passe para as mãos de um ditador que utilize dos mecanismos do próprio sistema a fim de dar poder ilimitado. Ver: AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

¹⁶⁶ Nome dado aos chefes das aldeias em Angola, desde o tempo pré-colonial até hoje. O soba toma decisões, organiza eventos especiais, desempenha o papel de juiz e age de forma a prevenir o aparecimento de problemas externos à comunidade.

exemplos do passado poderia muito bem ser uma forma de advertir os possíveis revoltosos do presente.¹⁶⁷

O regime salazarista e seus ideólogos, com esse caderno, buscavam imputar nos nativos a pecha de baderneiros, e de serem sempre influenciados pela ideologia comunista, tanto em 1917, quanto nas décadas do pós-segunda guerra, quando tem início a formação dos movimentos de libertação na década de 1950. Os ideólogos do regime descritos pelos cadernos coloniais consideravam-se pertencentes a uma “raça” superior, de civilização avançada e missionária nos seus valores, lutando como antídoto contra a “barbárie” africana no século XX, agora influenciado pelos “subversivos”.¹⁶⁸

Diante desse cenário, a PIDE continuou a manter a sua habitual vigilância sobre elementos tidos como comunistas, e conseguiu desmembrar uma tentativa de conspiração militar, graças a denúncias e à infiltração de um informante no início da década de cinquenta. Em relação a judeus e imigrantes no período pós-guerra, a historiadora Irene Pimentel diz que,

Apesar de o governo português ter estado inicialmente “equidistante” face à espionagem dos dois campos beligerantes e ter desmantelado tanto redes ingleses como redes alemãs, o regime salazarista e a PVDE foram considerados “quintas colunas” do nacional-socialismo alemão, pelo Partido Comunista Português (PCP). Este partido, que era alvo principal da sanha repressora da PVDE, sendo obrigado a actuar na clandestinidade, vivia um período de reorganização nos primeiros anos da guerra. Talvez por isso não parece que tenha actuado junto a refugiados, aos quais, aliás, raramente se referiu.¹⁶⁹

Os fatos trazidos ao longo das últimas páginas foram reveladores, pois, apesar de tudo, o PCP, por meio dos seus métodos clandestinos, era quem conseguia ter alguma eficácia na luta contra o regime e a sua polícia política.¹⁷⁰ Esses métodos foram utilizados para a criação de uma rede internacional de informações entre Portugal, a União Soviética e as colônias lusófonas. Ao

¹⁶⁷ SILVA, José Bento da. **Op. Cit.** 2012. p.78

¹⁶⁸ Idem, p.91

¹⁶⁹ PIMENTEL, Irene Flunser. **Op. Cit.** 2015. p.312.

¹⁷⁰ PIMENTEL, Irene Flunser. **Op. Cit.** 2011, p.143.

longo da década de 1950, o PCP se alinhara a alguns grupos em Angola com a finalidade de “revolucionar” o cenário português.

Diante da formação de movimentos de libertação e de escalada do “comunismo” internacional, Portugal enviou a polícia política, no final da década de 1950, tendo como finalidade vigiar os possíveis “subversivos”; espionar, a mando de Portugal, os exilados políticos estrangeiros e portugueses e agir, quando necessário, na desarticulação de organizações que pudessem ser entendidas como desestabilizadores do regime e seu império colonial.

2.3 – A PIDE em Angola: Vigilância, espionagem e ação policial

Nos territórios africanos, a PIDE vigiava os povos étnicos de Angola e principalmente, a partir da década de 1950, os estudantes africanos que estudavam e circulavam entre a Europa e as colônias na busca de alguma ação que pudesse incitar uma possível revolução e conseqüentemente ao descontrole português sobre suas possessões africanas. Para o controle mais eficaz, Portugal resolveu criar seções e delegacias em solo africano. Nesta pesquisa, em especial, vamos trazer as da Angola.

Em 1954, foi criada a primeira Delegação de Angola, com sede em Luanda. Embora date de 1956 a constituição do quadro especial do pessoal da PIDE em serviço no ultramar, os serviços da Delegação de Angola só começaram a funcionar em 1957 nos Postos de Fronteira instalados no aeroporto e no porto de Luanda. Nesse mesmo ano foi efetuada a transferência de pessoal do corpo de Polícia de Segurança Pública de Angola para o quadro especial do ultramar. Do ponto de vista orgânico, a seção angolana da PIDE tinha uma estrutura hierárquica constituída pela Delegação e por vários Subdelegações e postos. A Delegação era o órgão central, o elo que mantinha ligações com a sede em Lisboa e as demais Subdelegações.

A Delegação de Angola exercia funções administrativas, de prevenção criminal e de repressão idênticas às exercidas pelos serviços congêneres da

metrópole. Durante a Guerra de Libertação, a maioria das informações desta delegação era mandada para Lisboa e para os ministros a serviço de Salazar. A Delegação de Angola exercia funções administrativas, de prevenção criminal e de repressão idênticas às exercidas na metrópole. A criação das Subdelegações visava à eficácia da pesquisa, da recolha, da compilação e da exploração das informações. Dispondo de autonomia, dinamizavam e acionavam os Postos sob a sua jurisdição, possibilitando um regime de intercâmbio de informação, centralizado na Delegação.¹⁷¹ Por quatorze anos, as ações da PIDE eram reportadas ao Ministério do Interior e diretamente para Oliveira Salazar. A partir de 1959, o Gabinete de Negócios Políticos (GNP) passou a intermediar as informações no ultramar. Tendo sido criado no final de 1959, o GNP era uma espécie de Ministério dos Negócios Estrangeiros, pois dependia diretamente do ministro.¹⁷²

O GNP produzia resenhas de informação de política internacional, de informação da situação interna das províncias ultramarinas, de imprensa ultramarina, assim como resenhas da imprensa e rádio estrangeira. Essas resenhas eram enviadas a outros órgãos do Estado, como por exemplo, à Presidência da República; à Presidência do Conselho; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna); ao Estado-Maior da Armada (Instituto Superior Naval da Guerra); à PIDE e aos governos-gerais das províncias ultramarinas.¹⁷³ E dentro do GNP, a Repartição de Negócios Internacionais fiscalizava os assuntos relativos à política das relações entre as províncias e os territórios ultramarinos, sobretudo, no acompanhamento da evolução do direito internacional e no seu reflexo nos interesses nacionais ultramarinos.¹⁷⁴ Por sugestão do GNP, todos os relatórios das inspeções efetuadas pela administração ultramarina e por inspetores administrativos deveriam ser enviados para o próprio GNP, para serem fichados e aproveitados ao máximo como forma de poder contribuir para a luta colonial que era travada entre

¹⁷¹ Documento de Criação das delegações da PIDE em Angola. AATT: Cf. “**Delegação de Angola**”. Disponível em: <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1458> (Acesso em 15/01/2018)

¹⁷² Ver: FONSECA, Bruno Leal Correia da. **Op. Cit.** 2013.

¹⁷³ FONSECA, Bruno Leal Correia da. **Op. Cit.** 2013. p.16

¹⁷⁴ Idem

Portugal e os movimentos de libertação. No final do Salazarismo, o GNP passou a operar com certa autonomia.¹⁷⁵ A PIDE também teve que se comunicar com o Gabinete para enviar e receber relatórios. Sem ele, a rede interna de informação não teria existido e a PIDE necessitava de uma central de informações que conectasse o cotidiano colonial aos embates internacionais.

Começamos pela influência do comunismo. O medo dos mesmos e também dos ideólogos do regime era a influência externa tanto do lado liberal, quanto do lado socialista. A PIDE acreditava que esse era o objetivo da URSS em solo angolano, que estava suscetível a uma possível revolução. E, de fato, era. Em 1960, chegavam a Angola alguns panfletos, cartilhas e manifestos da Terceira Internacional Comunista, iniciada em 1919, após a Revolução Russa. Com esses documentos, iniciou-se a circulação da chamada propaganda “subversiva” nas etnias em solo Angolano. Do ponto de vista da URSS, na pauta bolchevique havia a busca por países que apresentassem condições favoráveis para uma revolução, explicado anteriormente. A URSS gostaria que seu alinhamento geopolítico aumentasse e o campo inédito encontrado para isso foi a América Latina, a África subsaariana e também a Ásia. Um exemplo desse alinhamento foi Cuba em 1959, que inicialmente não concordou com as políticas soviéticas. No entanto, com o isolamento do país, Cuba acabou indo em direção ao apoio Russo, o que permitiu que a URSS estivesse uma “sucursal” bem próxima aos Estados Unidos, “em seu quintal”. Dessa forma, a URSS encontrou na África territórios sobre o controle do neocolonialismo, fruto do imperialismo europeu anterior da Primeira Guerra Mundial.

À época do imperialismo é a época do capitalismo moribundo. A guerra mundial de 1914-1918, e a crise geral do capitalismo desencadeada por ela, que foram por sua vez o resultado imediato da contradição aguda entre o crescimento das forças produtivas da economia mundial e as suas barreiras [sic] nacionais puzeram [sic] a claro e demonstraram que no seio do capitalismo, os elementos materiais do socialismo se encontram já sazoados, que o envolvimento [sic] intolerável para o desenvolvimento da humanidade e que a história coloca na

¹⁷⁵ Idem, p.15

ordem do dia o aniquilamento revolucionário do jugo capitalista.¹⁷⁶

Em um panfleto/manifesto lançado em Angola no ano de 1961, certas práticas da polícia política foram denunciadas por membros do movimento “Socorro Vermelho Internacional”. No documento intitulado “Contra a Ditadura Fascista”, os “camaradas portugueses” comunicavam que todas as ações apresentadas pela polícia política acerca dos presos eram mentira. Segundo o documento, a tortura era a principal arma usada pela polícia para se conseguir informações de outros membros da organização ou de atividades que visassem implantar o comunismo em Angola. Vários setores políticos assinaram o documento: republicanos, comunistas, anarquistas e sindicalistas. Além deles, pessoas que participaram da Segunda Guerra Mundial – prestando, assim, ao serviço patriótico – assinaram o documento.

A Ditadura fascista [...] só tem um fim: servir os grandes potentados. E, para atingir êsse [sic] fim adata todos os miseráveis processos; como manter os presos 56 horas em posição de sentido, dezenas de dias no segredo [sic] do aljube e nas esquadras , espancamentos, tortura na água, da sêde [sic] e da não satisfação das necessidades fisiológicas, algemas e capacetes electricos, pauladas, réguas nos pés, fome, comida salgada como preparação da tortura da sêde [sic], etc, etc. Apesar de vivermos em pseudo-normalidade, tudo isto faz ainda hoje. Os presos continuam a ser torturados e na penitenciária sofrem prisão celular.¹⁷⁷

O teor dos documentos servia para estimular uma revolução, colocando em contraposição o sistema capitalista que trazia crises e desigualdades sociais. No documento ainda dizia que era necessária a insurreição para se chegar a “ditadura do proletariado” e acabar com os problemas do capitalismo ao longo dos séculos XIX e XX. Neles ainda continham informações sobre as

¹⁷⁶ Panfleto confiscado pela PIDE. ANTT: Cf. “**Avante:** A Internacional Comunista”. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4481837> (Acesso em 16/01/2018)

¹⁷⁷ Panfleto confiscado pela PIDE. ANTT: Cf. “**Contra a repressão**”. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4384791> (Acesso em 16/01/2018)

internacionais anteriores e sobre a filosofia de Karl Marx e Friedrich Engels¹⁷⁸ no campo social e econômico.

A internacional Comunista, ao mesmo tempo que defende e propaga o materialismo dialética de Marx e Engels, aplicando-o como método revolucionário de conhecimento da realidade com a mira de transformar revolucionariamente, luta activamente contra todas as manifestações da ideologia burguesa e contra todos os aspectos práticos do oportunismo. Colocada no terreno da luta de classes do proletariado, subordinado os interesses temporais, particulares, corporativos e nacionais desde aos seus interesses permanentes, gerais e internacionais, a Internacional Comunista desmascara sem piedade a teoria que a burquezia [sic] emprestou aos reformistas da “conciliação de classes” em todas as suas formas.¹⁷⁹

Esse e outros documentos, que circulavam em Angola, eram apreendidos pela PIDE e enviados para o Ministério do Interior de Portugal. Esse pensamento comunista foi o grande medo da PIDE, para que houvesse uma rebelião e assim perdesse o controle de Angola, ficando sem esse território na África, parte do império colonial português.

Embora a PIDE tenha tentado censurar estes documentos, houve algumas pessoas que estiveram em contato com essa literatura de cunho marxista dentro e também fora de Angola. Isso também se deu para as espionagens e assassinatos, aqui representados no romance “*Trem Noturno Para Lisboa*”.

Em fevereiro, Humberto Delgado, o antigo candidato da oposição centro-esquerda nas eleições presidenciais de 1958, tinha sido assassinado ao tentar atravessar a fronteira com a Espanha, voltando do exílio argelino. A responsabilidade pelo assassinato foi atribuída às policias espanhola e portuguesa, mas todos estavam convencidos de que o crime fora obra da “Secreta”, a Polícia Internacional de Defesa do Estado, a PIDE, que controlava tudo, desde que a senilidade de Antônio de Oliveira Salazar se tornou manifesta. Folhetos impressos clandestinamente que circulavam em Lisboa atribuíram a

¹⁷⁸ Ver: MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

¹⁷⁹ Panfleto confiscado pela PIDE. ANTT: Cf. “**Avante**: A Internacional Comunista”. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4481837> (Acesso em 16/01/2018)

responsabilidade pelo ato sangrento a Rui Luís Mendes, em temido oficial da polícia secreta.¹⁸⁰

Elementos da realidade se misturam com a ficção de modo a construir uma narrativa histórica. Contudo, há um equívoco costumeiramente cometido por muitos historiadores e por outros pesquisadores no que se refere à circulação de manifestos, imprensa e literatura. Esse é o erro das interpretações sobre a circularidade do conhecimento apresentando pelo historiador americano Robert Darnton, pois, ao ler tais documentos, deduz-se que, por ter havido a circularidade de documentos, o mesmo teria ocorrido com a leitura. Não podemos, porém, pensar de tal maneira. Darnton nos alerta que ao estudar a circularidade documental, encontramos a opinião pública como espaço de informações, mas também como espaço de possibilidade de leitura. Na obra *Poesia e Polícia*, o autor nos atenta para isso usando como exemplo a polícia francesa, na busca de saber quais pessoas teriam lido o manifesto contra o Antigo Regime. Nesse caso, e fazendo alusão à propaganda dita subversiva na África lusófona, a polícia entendeu que a circularidade do panfleto era sinônimo de leitura e, devido aos textos, poderia se formar uma opinião pública contra o Rei francês. Tal pressuposição vem da lógica da PIDE, quando essa passou a entender qualquer documento como possível de leitura por grande parte dos africanos. Na verdade, é difícil saber até que ponto houve acesso desses materiais ditos “subversivos”, tendo em vista que muitos dos africanos não sabiam ler nem falar português, salvo nas capitais das colônias onde havia uma presença portuguesa muito grande desde o final do século XIX.¹⁸¹

¹⁸⁰ MERCIER, Pascal. **Trem Noturno para Lisboa**. 3^o ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017. p.175.

¹⁸¹ Ver, DARNTON, Robert. **Poesia e Polícia**: Redes de comunicação na Paris do Século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Outro pesquisador que traz contribuição sobre a circularidade de impressos é o Carlo Ginzburg, historiador italiano. Contudo, o autor se foca, ao estudar numa escala reduzida, a leitura de inquisidores sobre um personagem tido como controverso: O Moleiro Menochio. Não existe em Ginzburg uma tentativa de rastrear a circularidade dos possíveis livros lidos pelo Moleiro, mas há a utilização de uma categoria de análise importante para a pesquisa histórica conhecida como interpretação, onde o autor não pode afirmar, mas construir hipóteses por meio de indícios e da redução de escala em uma

Os estudantes universitários angolanos que estavam na metrópole e nos países europeus tiveram contato com a literatura revolucionária. Devido à rede de informações que a PIDE tinha, costumavam fazer as suas reuniões secretamente e, dentro das possibilidades, enviavam as seus territórios o material: informações para Angola e para os demais estudantes que estivessem nos movimentos de libertação. A PIDE e sua grande rede internacional tentavam evitar essas reuniões e sempre que tinha conhecimento delas, prendia todos, mandando os líderes para Portugal ou diretamente para Tarrafal.¹⁸² Em um relatório do ano de 1959 a PIDE descreve que a União dos Estudantes de Angola e Moçambique também marcava reuniões em outros países da Europa, como um que aconteceu em Zurique, na Suíça. Nessa reunião, os angolanos tiveram um encontro com outros estudantes de toda a Europa e de outras regiões da África para conseguir interligar numa grande rede pelo mundo (assim como a polícia política já fazia), pois, como já se sabe, algumas informações eram impedidas ou controladas de circular em seus países, mesmo naqueles que se encontravam em mudança de regime, a exemplo dos territórios ingleses e franceses na África. No relatório, constava que a reunião visava marcar um ato terrorista numa fábrica em Angola.

Fui procurado há dias pelo bolsheiro do M.P.L.A. JOÃO GABRIEL MARQUES que me confidenciou conhecer alguns detalhes dum plano de sabotagem a ser realizado pelos terroristas em Angola, em alguns empreendimentos industriais daquela Província. [...]

Uma das companhias visadas pelos terroristas é um[a] fábrica de combustíveis de Lobito, nomeadamente um tal INÁCIO, que é serralheiro da companhia e empregado de confiança da Direcção. Também estão implicados nessa acção dois angolanos que neste momento frequentam uma escola de sabotagem em Ghana.¹⁸³

microanálise. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 256p.

¹⁸² A **Colônia Penal do Tarrafal**, situada no lugar de Chão Bom do conselho do Tarrafal, na ilha de Santiago (Cabo Verde), foi criada pelo Governo português do Estado Novo em 1936. O Estado Novo, sob o argumento da reorganização dos estabelecimentos prisionais, ao criar o campo de Tarrafal, pretendia atingir dois objetivos ligados entre si: afastar da metrópole presos problemáticos e, através das deliberadas más condições de encarceramento, enviar um sinal de que a repressão dos opositores seria levada ao extremo. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1936/04/09400/04450447.pdf> (Acesso em 25/01/2018)

¹⁸³ Relatório da PIDE enviado ao Ministério do Ultramar. ANTT: Cf. "**União dos Estudantes Moçambicanos**". Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4491653> (Acesso em 16/01/2018)

Pelo Ministério de Negócios Estrangeiros, através de alguns delatores, o governo vigiava as ações dos líderes estudantis de Angola, Moçambique e do Comitê Americano sobre a África. Essas informações também vinham de agentes secretos que enviavam relatórios, a fim de investigar os africanos e coloca-los como suspeitos, para caso alguma atividade insurgente acontecesse. Uma das formas de acusar estes estudantes ou estrangeiros, para além das já relatadas anteriormente, era colocá-los na condição de terroristas perturbadores da paz social e coletiva. Tais práticas da PIDE representaram uma onda de polícias políticas por todo o mundo, incluindo o Brasil (A Ditadura Vargasista e a Ditadura Civil-Militar).¹⁸⁴

Com essas e outras práticas, os colonos passaram a questionar a situação social e policial no final de 1950, fazendo com que muitos angolanos repensassem a situação em que se encontravam. Para a PIDE, um dos motivos desse desfecho ao Estado se deu pelo fato de Portugal não ter evitado o envio de “brancos lusitanos” às regiões negras da África desde a colonização no século XVIII. De acordo com o relatório de 24 de Outubro de 1960, a PIDE fazia comparação com as demais colônias, o oposto do que foi feito na França e na Inglaterra. Os “brancos”, dessa forma, trouxeram alguns questionamentos para os “negros”. Ainda segundo a PIDE, essas nações teriam se utilizado de todas as precauções que tinham para evitar o povoamento branco e os possíveis questionamentos vindos de pessoas da metrópole para com o imperialismo.¹⁸⁵

Um dos debates foi acerca do fato de Luanda (Capital da Angola) ainda estar sob domínio português, e o porquê de Angola servir e ser administrada

¹⁸⁴ Assim como as ditaduras europeias, as ditaduras brasileiras também fizeram parte do cenário internacional político e econômico da primeira metade do século XX. A perseguição de estudantes por seus ideais e suas ideologias aconteceram em todos continentes sob a influência fascista. O simples portar de um livro cuja capa fosse da cor vermelho já era sinal, interpretado pela a vigilância, de “comunização” da juventude. Desta forma, no Brasil, leis foram criadas e censuras foram impostas as publicações de vários livros. Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Ideias Malditas:** O Deops e as Minorias Silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.

¹⁸⁵ Manifesto confiscado pela PIDE. ANTT: Cf. “**Independência de Angola.**” Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3895959> (Acesso em 16/01/2018)

por Portugal. Essa constatação da PIDE foi a percepção de que a população não estava satisfeita com o colonizador, movimento este iniciado logo após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, a imagem que queriam passar para a metrópole é que Angola ainda era muito portuguesa.

A opinião corrente é que em Angola não há problemas e que não poderiam haver. Angola não é uma colônia, mas uma província de Portugal. Todos os habitantes são portugueses, sejam eles brancos ou negros, e têm os mesmos direitos. É terra portuguesa há 4 séculos e continuará a sê-lo. Este credo é recitado por todos os portugueses com convicção.

Com efeito, aquele que desembarca em Luana não tem a impressão de se encontrar em África, mas em Lisboa. No aeroporto todos os serviços são europeus e o motorista de taxi é português. No Hotel Continental todo o pessoal é branco, desde o groom que abre a porta até ao Maitre-d'hotel e ao porteiro, passando pelos bagageiros, serventes, criados de quarto, com excepção talvez de alguns auxiliares invisíveis. O hotel pertence ao mesmo grupo que possui o Hotel Eduardo VII em Lisboa e é quase como se o Eduardo VII tivesse sido transportado para África. A qualidade do serviço é impecável e superior à de muitos palácios europeus.¹⁸⁶

Outro fator de insatisfação e que fez com que a população repensasse a situação imperialista que se encontrava, está na experiência da Independência do Congo-Brazzaville. A independência do Congo representou, junto com outras independências, uma data simbólica para os angolanos e para África, por ter sido no ano de 1960. A independência do Congo, que era território da Bélgica, fez discutir ações semelhantes nas terras angolanas. Um relator da policia em Angola compara a autonomia angolana como tendência para se separar de Portugal e se tornar uma espécie de Brasil na África e no século XX.¹⁸⁷ Tais preocupações relatadas pela polícia devem-se ao crescimento econômico de Angola, em especial da capital Luanda, o que permitiria, no entendimento policial, uma independência sem problemas econômicos, por causa das belas praias e insumos que poderiam ser retirados dos solos angolanos, para que essa servisse como capital pelo seu turismo e sua exportação de matérias-primas, não tendo que depender da metrópole portuguesa. O carro chefe do País na economia, de acordo com o relatório, era

¹⁸⁶ Idem

¹⁸⁷ Idem, p.4

o Café. Sobre a arquitetura da capital angolana, ela era representada nos relatórios como uma “cidade opulenta, moderna, bem desenhada, admiravelmente construída”.

Há petróleo, ferro e manganês. Mas os recursos mais importantes são os agrícolas. O café representava só por si 70% das exportações antes da crise que fez cair as cotações a um preço pouco remunerador. Crise também na indústria piscatória, que era de grande actividade.

A estas dificuldades económicas juntam-se outras. Vários processos políticos estão em curso ou tiveram lugar. São a expressão de um mal-estar, embora limitado. Mas o regime, fortemente estruturado e que não permite a qualquer posição, seja qual for, exprimir-se ou materializar-se, assemelha-se a todos os governos africanos dominados pela mesma tendência protectora.¹⁸⁸

Por fim, sobre o colonato – pelo fato de Angola ter muitos brancos vindos da Europa há mais de quatro séculos –, os portugueses consideravam os produtos muito semelhantes a alguns produtos europeus. Consideravam que Angola era uma África do Sul sem Apartheid.¹⁸⁹ Na visão também dos investigadores da PIDE, explicitada por relatórios, Angola não era uma colônia de Portugal, mas sim uma província. Ao chegar a Luanda, os estrangeiros tinham a sensação que estavam chegando a Lisboa, pois sua colonização começou no século XV e até os negros tinham “sangue português”, tendo também tinham direitos, na metrópole. Com isso e entre outros fatores, Angola já se tornava uma preocupação, pois poderia, com os pensamentos comunistas vindos de Moscou, causar uma revolução e se tornar independente de Portugal.¹⁹⁰ Essa interpretação de Angola como extensão de Portugal faz parte da ideia lusotropical de que o sucesso do Brasil como ex-colônia portuguesa poderia ser replicado em Angola e que o império português era compreendido também pelos territórios da África e Ásia, reforçando a imagem imperial lusitana às vésperas da Guerra de Libertação.

¹⁸⁸ Manifesto confiscado pela PIDE. ANTT: Cf. “**Independência de Angola.**” Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3895959> (Acesso em 16/01/2018)

¹⁸⁹ Idem

¹⁹⁰ Idem, p. 5

O recrutamento militar foi uma tática utilizada pelo regime português para intensificar a presença e colonização contemporânea na África. A maioria dos soldados na África era composta por nativos. Para o regime, a formação do aparato deveria ser feita pelos próprios nativos, sendo assim mais fácil a incorporação do regime pela população local e naturalização da presença e autoridade portuguesa.¹⁹¹

A Polícia Salazarista, no entanto, também teve problemas quanto aos militares que compunham o aparato. Nas décadas de 1950 e 1960, houve várias deserções de policiais no território de Angola. Muitos dos policiais eram nativos e trabalhavam para o serviço como membros da polícia local. Parte das deserções dos soldados “indígenas” se deu com a independência do Congo-Brazzaville em junho de 1960. Esses soldados viam na independência do país vizinho uma possibilidade de liberdade. Ao perceberem, então, a condição em que se encontravam em Angola, resolveram fugir para um país independente. Para compor os cargos vagos depois das deserções dos soldados portugueses – chamados de soldados “brancos” pelos nativos –, a PIDE solicitava o envio de mais soldados para Angola. Além disso, a rede de informações da polícia se expandia sempre que necessário para vigiar a todos.

Segundo meu interlocutor, e não tenho motivos para duvidar da sua sinceridade, tem-se verificado numerosas deserções das fileiras das tropas negras dos postos angolanos.

Os oficiais europeus, insistiram fortemente para obter um aumento de tropas brancas, a fim de evitar um dia uma revolta semelhante à da força pública do Congo. Os desertores passaram-se para o Congo. Por outro lado, muitas aldeias fronteiriças encontram-se desprovidas da sua população masculina que partiu igualmente para o novo estado independente. Em Nóqui, um funcionário negro da alfândega partiu também para o Congo.

Esta situação parece preocupar enormemente a população branca da fronteira onde são constatemente [sic] distribuídos panfletos. O meu interlocutor trazia alias, um grande sobrescrito de documentação a este respeito para a P.I.D.E. Muitos comerciantes portugueses são para a P.I.D.E. colaboradores preciosos pelo facto de no seu negócio estarem em constante contacto com o indígena.¹⁹²

¹⁹¹ Idem

¹⁹² Relatório da Polícia enviada ao Ministério do Ultramar falando sobre as deserções. 1960. ANTT: Cf. **“Deserção de soldados em Angola”**. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3895966> (Acesso em 16/01/2018)

Em um olhar a contrapelo, podemos entender que o medo da PIDE (e também do regime salazarista) era de que os soldados fossem para o *Congo-Brazzaville*¹⁹³ para se alistarem em um “possível” treinamento comunista.¹⁹⁴ Tal receio fez com que um grupo de soldados vindos de Portugal protegesse as fronteiras angolanas e fosse atrás de informação sobre possíveis atividades comunistas. Além disso, o serviço secreto português achava que os russos iriam descarregar suprimentos, como armas e munições, para um “possível” recrutamento autóctone e de refugiados vindos de toda a África para o Congo recém-livre.¹⁹⁵



Fonte: “Mapa do atual República do Congo, às vezes sendo chamado de Congo-Brazzaville ainda hoje, nome este utilizado até a década de 1960. Disponível em: <https://goo.gl/eVYqHp> (Acesso em 19/05/2018)

¹⁹³ Nas imagens a seguir trazemos a localização geográfica dos territórios de Congo-Brazzaville e do Congo-Leopoldville. Esses dois territórios serviram de base para os movimentos e limite territorial para as ações dos aparatos policiais.

¹⁹⁴ Relatório da Polícia enviada ao Ministério do Ultramar falando sobre as deserções. 1960. ANTT: Cf. “**Deserção de soldados em Angola**”. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3895966> (Acesso em 16/01/2018)

¹⁹⁵ Idem, p. 5



Fonte: “Mapa da atual República Democrática do Congo. Na década de 1950 se chamava Congo-Leopoldville e depois na década seguinte de Zaire.” Disponível em: <https://goo.gl/fjj8RD> (Acessado no dia 18/05/2018)

Quanto à deserção dos próprios portugueses, ela se deu principalmente pela baixa remuneração dos soldados e cabos. Embora tenham menor relevância para as deserções, a baixa remuneração contribuiu para uma insatisfação dos praças, pois os soldados indígenas recebiam salários iguais aos deles. Do ponto de vista dos soldados europeus, nos relatórios, o que se entende é que eles gostariam de ter os vencimentos maiores que os nativos. A explicação dada para o aumento do vencimento se deve por causa dos custos de vida crescentes em solo angolano como alimentação, limpeza e lavagem das roupas.

Que é evidentemente impossível compreender no regime do serviço militar obrigatório a existência de cabos ganhando 1.233\$56 e soldados com vencimento de 1.100\$33, quando se pode pagar 175\$60 e 157\$58 em melhores condições para o serviço nas colônias. Se se atender a que na Metrópole em Alferes tem de vencimento mensal 1.100\$00 e que não é possível, sob o ponto de vista financeiro, organizar um sistema eficiente de defesa com pessoal pago [ilegível] a conclusão segura a tirar será a de que o sistema está errado. O que parece realmente infeliz [ilegível] é que tal estado das coisas perdure por tanto tempo.¹⁹⁶

¹⁹⁶ Relatórios da PIDE do ano 1960. Cf. “**Vencimentos do serviço militar nas Colônias.**” Disponível em: Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3896986> (Acesso em 16/01/2018)

Outro fator de reclamação por parte dos soldados estava no quão burocrático era o sistema interno da PIDE. Essa burocracia e a falta de verba atrapalhavam as missões, desanimavam os praças e faziam perder tempo com relatórios e prestações de contas que muitas vezes eram feitas sem nem ter recebido alguma parcela da verba durante uma missão. Esses problemas da polícia na Angola fizeram com que determinadas ações da PIDE sofressem problemas na execução e na repressão.

[...] A terrível burocracia que se levanta perante o investigador, como a barreira mais difícil de transpor, apesar de todas as aparentes boas-vontades, faz perder imenso tempo, invalida esforços e desanima bastante. Uma missão, que normalmente é constituída por cientistas sem preparação contabilística [sic], é obrigada a gastar metade do tempo a fazer contas e a pensar em recibos, a fazer descontos e a pensar em operações bancarias.¹⁹⁷

A polícia também vigiava outras formas de movimentação, além das possíveis aspirações comunistas no continente africano explícitas de combate. Ainda dentro do contexto da Guerra Fria e da bipolarização global, a PIDE costumava olhar de forma estranha para os costumes e tradições em Angola. Um exemplo disso foram as religiões africanas, que com a sua pluralidade de deuses, ritos, sacerdotes e liturgias, assustaram e incomodaram os portugueses católicos.

Com isso, a PIDE também servia para vigiar seitas e religiões que no entender deles, ou melhor, no suspeitar dos cultos religiosos, poderia haver influência comunista nas suas ações cotidianas, voltando assim ao argumento da influência externa na política nacional portuguesa. As missões da PIDE consistiam em estudar os povos das regiões de Angola, tanto das mais remotas, como também das mais conhecidas. Essa espécie de mapeamento que a polícia tentava fazer tinha como objetivo fazer um estudo antropológico

¹⁹⁷ Relatórios da PIDE do ano 1960. Cf. **“Missão de estudo das minorias étnicas do ultramar português”**. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3896986> (Acesso em 16/01/2018)

do comportamento dos africanos, suas culturas e possíveis atos de “subversivos” que poderiam ter contaminado os costumes desses povos.¹⁹⁸

Um caso conhecido da vigilância da PIDE sobre as etnias angolanas é o caso do Tocoísmo¹⁹⁹. A Igreja Tocoista²⁰⁰ foi criada pelo profeta Simão Toco e seu nome deriva diretamente de seu fundador, sendo considerada pela historiografia portuguesa e africana como um dos marcos da resistência do período neocolonial português. Isso se deve pela pregação anticolonial e libertária que o movimento religioso tinha e que a PIDE, em relatórios a Portugal, considerava como espaço de possível “subversão”. Dessa forma, a polícia interrogou muitos membros da Igreja e, inclusive, o próprio Simão Toco. Nos primeiros relatórios feitos pela polícia política, o principal motivo dos interrogatórios era confirmar as influências comunistas em seu pensamento religioso. A PIDE procurou elementos subversivos para conseguir prender não só o líder, mas também seus seguidores. Apesar disso, a polícia não esperava encontrar o óbvio. A religião não tinha nenhuma ajuda ou influência externa. Os preceitos religiosos existentes no Tocoísmo, não tinham nenhuma relação com questões políticas ou militares.²⁰¹ Segundo Ruy Llera, ela se pautava numa noção de liberdade comungada entre as seitas e vertentes católicas na segunda metade do Século XX, principalmente após o Concílio Vaticano II, desaguando na corrente de pensamento religioso iniciada na Colômbia, conhecida como Teologia da Libertação.

A PIDE representou, durante seu período de existência, um aparato do estado de exceção, reflexo do período histórico e político que o mundo vivia. Afinal de contas, a Guerra Fria esteve pairando no imaginário coletivo como uma “futura” Terceira Guerra Mundial, acirrando as disputas e polarizando o globo terrestre. Foi fruto de um regime de influência totalitária, mas com grande cunho paternalista que também serviu de exemplo para outros países no mundo. A PIDE foi uma polícia secreta e instrumento indispensável para que se

¹⁹⁸ Idem

¹⁹⁹ BLANES, Ruy Llera. **Op. Cit.** 2013, p.34

²⁰⁰ Atualmente, estão constituídos eclesiasticamente sob a denominação “Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo”, tratando-se de um dos maiores movimentos cristãos em Angola.

²⁰¹ BLANES, Ruy Llera. **Op. Cit.** 2013. p.50

instituísse um regime de exceção em Portugal. Segundo Hannah Arendt, a utilização da polícia servia para a repressão de qualquer ato que significasse uma mudança no *status quo* do regime autoritário, assim como teria sido na Alemanha Nazista e na União Soviética bolchevista.²⁰² No caso específico de Portugal, a definição dada por Blanes da PIDE é de que ela

[...] surge na acumulação de um processo de constituição legal dos aparatos de combate à “dissidência” e instauração e manutenção da ordem pública em Portugal, e remete para uma época particular na história portuguesa que acabaria por terminar através de um marcante processo revolucionário.²⁰³

O neocolonialismo manteve-se de forma intensa na África e como apresentado no capítulo anterior, ainda era visto pelos Europeus como região bárbara e de “civilização atrasada”. Mesmo com os problemas internacionais, Salazar usou desse modelo para continuar com suas terras até meados da década de 70 e alimentar o pensamento de grande império português. A PIDE surge e age como um aparato para continuar mantendo a condição de África subjugada. Tanto que, na documentação pesquisada para esta dissertação, referente às décadas de 1950 a 1970, quando se referem aos africanos, eles utilizam o termo “indígena”. No campo semântico e discursivo, o uso da expressão “indígena” faz referência a uma dita condição “incivilizada” dos africanos (em seus hábitos, costumes, sociedade e língua) e a bestialização dos nativos, especialmente, no caso dessa pesquisa, aos angolanos.

Por fim, após o início da luta armada dos movimentos de libertação em Angola, a PIDE começou a se preocupar em tentar evitar que os movimentos nacionalistas retirassem as colônias do domínio português. Nos primeiros anos da Guerra de Libertação, como dito anteriormente, os movimentos passaram mais tempo brigando entre si do que lutando juntos contra o colonizador. E a polícia salazarista percebeu isso. Em um documento enviado pela PIDE em 1963 para o conselho de ministros, a polícia reportava a rivalidade existente entre eles. No mesmo documento, a polícia nomeava todos os dirigentes do MPLA e da UPA/FNLA e as áreas de atuação dos grupos. Também reportaram

²⁰² Ver: ARENDT, Hannah. **Op.Cit.** 2012. p.559.

²⁰³ BLANES, Ruy Llera. **Op. Cit.** 2013, p.31.

que os movimentos se autoacusavam de traidores e que o movimento do outro não representava o “verdadeiro” nacionalismo angolano. No fim do documento, a PIDE informa que por meio dos países vizinhos a Angola, os dois movimentos rivais obtinham armamento de guerra e que havia treinamento dos membros dos movimentos.

A primeira, encabeçada pelo M.P.L.A., tem desenvolvido em larga actividade, no sentido de congregar, à sua volta, os diferentes partidos, tarefa que está a ser desenvolvida pelos principais dirigentes daquela organização, destacando-se entre eles os seguintes: AGOSTINHO NETO, MARIO COELHO PINTO DE ANDRADE, JOSÉ EDUARDO SANTOS (delegado do partido, na Argélia), MANUEL GUEDES DOS SANTOS LIMA (comandante das tropas de assalto), AMÉRICO BOAVIDA, MARIO MOUTINHO DE PÁDUA e mais uns seis ou oito mulatos, tidos como intelectuais. [...]

A segunda facção, talvez mais poderosa e activa, é dominada pela “F.N.L.A.” (FRENTE NACIONAL PARA A LIBERTAÇÃO DE ANGOLA) e teria conseguido aliança com a “U.P.A.”, “P.D.A.” e outros partidos. Neste, pontificam, entre outros, os seguintes elementos: HOLDEN ROBERTO, ALEXANDRE TATI, KALUNDO (chefe do estado-maior), EMMANUEL KOUNZINKA, ROSÁRIO NETO, ANDRÉ MASSAKI, EDUARDO PINOCK, CHISSERA CRUZ e FERNANDO GOURGEL.²⁰⁴

Em resumo, a polícia tinha conhecimento dos problemas e rivalidades dos movimentos por meio das redes de informação nas fronteiras de Angola, fazendo com que eles se distanciassem do objetivo comum: retirar das mãos portuguesas a nação angolana. Mesmo com os problemas, a polícia tinha certa eficiência, mesmo que ao longo da guerra ela diminua. No que tange aos revolucionários, as bandeiras buscavam se reafirmar como verdadeiros patriotas. Mas que modelos de Nação seriam esses?

²⁰⁴ Relatório enviado pela PIDE sobre a relação dos movimentos entre si. 1960. Cf. **“Divergências Assinaladas entre os chamados “Partidos Nacionalistas Angolanos” em Leopoldville”**. Disponível em: <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3896214> (Acesso em 16/01/2018)

TERCEIRO CAPÍTULO

3. NACIONALISMOS NA ÁFRICA: Movimentos de Libertação, Ideologia e Identidade (1954-1964).

A nação é construída no pensamento de todos os angolanos que antecederam às revoltas, à resistência e à revolução. Os guerrilheiros regaram a unidade com sangue, suor e lágrimas de todos angolanos e angolanistas. Nunca venceríamos sem a ajuda da comunidade internacional e sem a união na casa dos estudantes seria um suicídio pensar na independência.²⁰⁵

3.1 – *As identidades nacionais no século XIX e XX: debates teóricos.*

No mundo “desenvolvido” do século XIX, o desenvolvimento de um número de “nações” que combinavam o Estado Nação e a economia nacional era, evidentemente, um fato central da transformação histórica, e como tal era visto. No mundo “dependente” da primeira metade do século XX, e por razões óbvias, os movimentos por libertação e independência nacional, especialmente na sua parte colonizada, foram agentes principais para a emancipação política da maior parte do planeta.²⁰⁶

Os movimentos de luta pela libertação foram obrigados a operar na clandestinidade, recebendo orientações de fora da colônia, particularmente daqueles angolanos que estudavam ou trabalhavam na Metrópole e em outras nações europeias, como a França. Dentro de Angola, os revolucionários criaram escolas de alfabetização clandestina e orientações contra o colonizador, retornaram a tradição oral e despertaram, de um lado, o sentimento nacionalista nos colonos e do outro, a repressão do colonizador. Entretanto, cada movimento tinha uma pulsão diferente para pensar sua

²⁰⁵ SABONETE, Fernando Wilson. **Construção do Estado–Nação Angolana: Relações inter-étnicas, Nhaneka-humbe na Guerra Civil.** Dissertação (Mestrado em Antropologia): Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. p.63

²⁰⁶ HOBBSAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade.** 7º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. p.228

“comunidade” nacional. Além do mais, o regime colonizador também pensava um modelo de nação. No contexto da África, surgiu no início do século XX uma busca incessante pelas raízes que fundariam uma nação. Contudo, a história do nacionalismo e da identidade nacional se iniciou bem antes.²⁰⁷

O historiador Joseph Ki-zerbo diz que essa direção sindical e revolucionária é anterior ao leninismo, embora tenha sido na Rússia que o modelo de mobilização da classe trabalhadora tenha surgido no século XIX.

No século XIX, os partidos operários procuraram organizar-se com base nos interesses dos operários e do marxismo. O pensamento marxista insistiu na ideia que cada classe social pode e devia estar representada, na luta política, por partidos diferentes.²⁰⁸

Para o sociólogo português Manuel da Braga Cruz, a primeira onda do nacionalismo político moderno surgiu com a transição do absolutismo para o liberalismo no final do século XVIII, do governo autocrático para o governo popular, com a substituição do direito divino dos reis pela soberania popular. A ideia do Estado-nação ganhou força, porém, no desabar do absolutismo europeu, com o surgimento dos modernos Estados soberanos e da teoria da soberania. O Estado-nação surgiu da emancipação do poder real do poder papal. A nacionalização do Estado constitui objetivamente um processo de secularização da autoridade política, de autonomia do Estado da tutela moral da Igreja, da concentração do poder nas mãos dos reis. Os reis absolutos passaram a ter o controle efetivo religioso e moral da Igreja, subjugados ao interesse maior da nação.²⁰⁹

A formulação do princípio liberal das nacionalidades veio substituir o princípio da legitimidade dinástica a partir do início do século XIX, originando a aceleração da formação de novos e múltiplos Estados, decorrentes da

²⁰⁷ Ver, WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **Op. Cit.** 2016.

²⁰⁸ KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África.** Rio de Janeiro: Pallas, 2006. p.121

²⁰⁹ CRUZ, Manuel da Braga. Europeísmo, Nacionalismo e Regionalismo. **Revista Análise Social**, v. 27, 1992. p.829-830

desagregação dos grandes impérios, ao longo do século XIX até meados do século XX.²¹⁰

O nacionalismo moderno surgiu, assim, como fenômeno revolucionário contra a centralização absolutista, portador dos valores das liberdades individuais do autogoverno e da desconcentração do poder. Ele assinala, desse modo, a emergência das massas na política. É de fenômeno europeu (ou melhor, do uso jacobino de um nacionalismo francês), que começou por ser, cedo se tornou mundial, alastrando a toda a Europa e à América Latina ainda no século XIX, e ao Médio Oriente, à Ásia e à África no século XX, respectivamente depois da Primeira e Segunda Guerra Mundial. O nacionalismo que emergiu um pouco por todo o mundo europeu, da afirmação de novas nações, foi um nacionalismo libertador e revolucionário, mas que com o tempo viria a tornar-se conservador e reacionário não já sobre o individualismo liberal, mas sobre a comunidade e a tradição histórica nacional. O caso dos fascismos que ascenderam com a bandeira protecionista e soberana da nação representa essa modificação de tom do nacionalismo. No processo de descolonização do pós-guerra o nacionalismo voltou a revestir-se do aspecto libertador e revolucionário dos primórdios.²¹¹

No entanto, o que porventura mais teria contribuído recentemente para esta “desidentificação” entre o Estado e a nação teria sido o surto de independências coloniais ocorridas no pós-guerra, que erigiu em Estados modernos com antigas colônias desprovidas de qualquer unidade nacional, ou que desmembrou grandes nações — numa multiplicidade de Estados apenas com base na geografia territorial colonial.²¹²

Ainda segundo Manuel Braga, o nacionalismo inspirou movimentos, vindo inclusive a moldar ideologias e converteu-se, com o tempo, num estado de espírito, numa representação social que os indivíduos fazem da coletividade, ou até num mito, tirando a sua força não apenas do passado, mas também, e até, sobretudo, do futuro.

²¹⁰ Idem, p. 831

²¹¹ Idem, p. 832

²¹² Idem, p. 835

A nação passou a ser não apenas uma imagem do passado que se herda, mas uma concepção de destino que se projeta como uma “comunidade imaginada”, segundo a expressão de Benedict Anderson. A nação apoiava-se num sentido comum da história, na memória coletiva de uma experiência comum, mas o seu elemento essencial era o desejo de viver e atuar conjuntamente um projeto de futuro. O nacionalismo exprimia-se territorialmente num patriotismo. A pátria era o solo da nação.²¹³

Para o sociólogo jamaicano Stuart Hall em seu livro *Identidade cultural na pós-modernidade*, as identidades nacionais são criadas, logo, nós não nascemos com elas. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. Para Hall, a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernácula como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional.²¹⁴

Assim, as culturas nacionais seriam compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso e, ao produzir sentidos sobre “a nação”, eles são com os quais podemos nos identificar, construindo identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.²¹⁵

Para Benedict Anderson, já citado pelo Manuel Braga Cruz, entende a nação como uma “*comunidade imaginada*”. Logo,

Dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.

²¹³ Idem, p.833

²¹⁴ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11º ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006. p. 49.

²¹⁵ Idem, p. 50.

Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.²¹⁶

No estudo que Anderson fez, ele procurou apresentar as raízes nacionais desde os tempos mais remotos, colocando três pontos como definidores da nação: o vernáculo (língua), o relevo (território) e o censo (demografia). Desde a separação da igreja como princípio de comunidade até as rebeliões na África como modelo de nação imaginada, Benedict apresenta um estudo galgado nestes modelos de nação e em protomodelos que existiram na história da humanidade, recorrendo à Idade Média e ao papel da Igreja Católica.

Em contraposição aos conceitos de Estado-nação, encontramos o conceito de etnia. Segundo o historiador Jean-Loup Amselle, o termo etnia significa em grego (*ethnos*) povo, nação. Logo, ter uma etnia é fazer parte de um povo com culturas em comum e fazer parte de uma “comunidade imaginada”, ou seja, uma “nação” na acepção clássica. Porém, a utilização do termo “etnia” tem uma carga pejorativa que em sua utilização pode acabar inferiorizando os povos não ocidentais para criar uma dicotomia entre sociedade (europeia) e comunidade (africana). Isso não se deu pela diferença dos modos culturais de autoidentificação, mas pela forma hierárquica de categorização dos povos europeus e africanos, nomeados principalmente pelo colonizador. Amselle afirma que,

Se esses termos adquiriram um uso maciço, em detrimento de outras palavras como a de “nação”, certamente é porque se tratava de classificar à parte certas sociedades negando-lhes uma qualidade específica. Convinha definir as sociedades ameríndias, africanas e asiáticas como outras e diferentes das nossas retirando-lhes aquilo pelo qual podiam participar de uma humanidade comum. Essa qualidade que as tornava dessemelhantes e inferiores às nossas próprias sociedades é evidentemente a historicidade, e nesse sentido as noções de “etnia” e de “tribo” estão ligadas às outras distinções pelas

²¹⁶ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. 2^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.32

quais se opera a grande divisão entre antropologia e sociologia: sociedade sem história/ sociedade com história, sociedade pré-industrial/ sociedade industrial, comunidade/sociedade.²¹⁷

Amselle ainda afirma que muitas vezes o uso do termo etnia foi feito pelos antropólogos e, sem perceber, acabaram reforçando a imagem de “sociedade segregada” para com os povos não europeus. Dessa forma, a ideia de que diferentes nações africanas não eram iguais às nações europeias em suas raízes se perpetua por meio da utilização, às vezes, despreocupada por parte de acadêmicos, especialmente por antropólogos. Contudo, o autor estende essa preocupação também para os historiadores que estudam tais povos, pois também se pode cometer o mesmo erro.²¹⁸ Se na Europa o colonizador tinha sua nação imaginada, a metrópole, dentro das colônias africanas lusófonas e os movimentos de libertação lutaram para alcançar as suas comunidades imaginadas.

No caso específico de Angola, as etnias foram mais o produto das elaborações antropológicas do colonialismo português do que a correspondência a uma identidade demográfica, histórica e política pré-colonial.²¹⁹ A questão do pluralismo no nacionalismo africano e, em especial, a existência de três movimentos armados antagônicos não pode ser explicada mediante o recurso a argumentos de caráter étnico. Mesmo depois da independência, a guerra civil angolana jamais assumiu feições de conflito étnico. Naquele momento, os movimentos já haviam se tornado partidos políticos.²²⁰

Depois do cataclismo da Segunda Guerra Mundial, a maré do Estado nacional atingiu o seu auge. Em meados dos anos 1970, o Império Português

²¹⁷ AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs). **No Centro da Etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p.33

²¹⁸ Idem, p.43

²¹⁹ PIMENTA, Fernando Tavares. Os Nacionalismos no Império. In: JERÔNIMO, Miguel (org.). **O Império Colonial em Questão**. Lisboa: Edições 70, 2012 p. 69

²²⁰ Idem, p. 72

havia se tornado coisa do passado e os novos estados do segundo pós-guerra tinham suas características.²²¹ Para Anderson,

A “última onda” dos nacionalismos, a maioria deles nos territórios coloniais da Ásia e da África, foi, na sua origem, uma reação ao novo tipo de imperialismo mundial, possibilitando pelas realizações do capitalismo industrial. Como disse Marx de maneira inimitável: “A necessidade de um mercado em constante expansão para os seus produtos força a burguesia a se espalhar por toda a face do globo”.²²²

Completando o pensamento de Anderson, Hobsbawn diz que na década de 1960, esses movimentos alcançaram um nível de luta armada que visava a concretização de suas comunidades imaginadas. No curso de formação das nações:

O nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequentemente pela experiência da luta anti-imperialista nos países coloniais. Pois as lutas coloniais estavam vinculadas às esquerdas internacionais de várias maneiras. Seus aliados políticos em países metropolitanos encontravam-se, quase invariavelmente, nessas áreas. As teorias do imperialismo (ou melhor, do anti-imperialismo) há muito tempo eram uma parte orgânica do corpo de pensamentos socialistas.²²³

A porta de entrada dessas correntes consistia na Juventude que foi estudar na Metrópole e se encontrou com tais princípios nacionais. Enquanto que na metrópole, juventude significava ter recebido uma educação europeia, distanciando-a linguística e culturalmente da geração dos seus pais e da grande maioria de seus coetâneos colonizados. Nas colônias, juventude significava “juventude escolarizada”, pelo menos a princípio, imerso em sua própria cultura. Isso, por sua vez, nos faz lembrar novamente o papel único que os sistemas educacionais coloniais desempenharam na promoção dos nacionalismos coloniais. Eles ou serviam para aprisionar, ou serviam para

²²¹ ANDERSON, Benedict. **Op. Cit.** 2008. p.163

²²² Idem, p.197

²²³ HOBBSAWN, Eric. **Op. Cit.** 2016. p.203-204

libertar.²²⁴ No caso dos revolucionários, a educação representou uma arma durante e depois do colonizador.

Na realidade, o branco angolano, e no geral o branco colonial, era considerado inferior ao branco metropolitano pelo simples fato de ter nascido numa colônia. Esse fato não constituía, aliás, uma especificidade do caso português, pois era assim nas colônias espanholas da América nos séculos XVIII e XIX, onde os crioulos eram discriminados a favor dos reinóis.²²⁵

Dentro da história contemporânea, o período de descolonização e nacionalismo africano fez parte dos grandes eventos internacionais que movimentaram ambientes politicamente globais. O historiador José Rivair Macedo nos sintetiza essas modificações dos eventos na África dizendo que,

Ao longo dos séculos XIX-XX, durante os períodos da colonização europeia, descolonização e reorganização das sociedades africanas, os intelectuais nascidos na África apropriaram-se de um vasto conjunto de referências teóricas, conceituais e metodológicas, empregando-os para expressar a posição de seus coetâneos em relação ao mundo. Paralelamente aos saberes orais, tradicionais, e a experiência vivida que orientavam as formas de organização sociocultural dos povos anteriores ao período de predomínio europeu, ganhou corpo um novo tipo de saberes, eruditos, fundados em pressupostos acadêmicos, científicos, e que deu sustentação ao que se tem denominado de pensamento africano.²²⁶

O nacionalismo prolonga-se, porém, no quadro do Estado-Nação já constituído com a deslocação do eixo prioritário para a defesa da independência e da afirmação da sua grandeza. O fundo ideológico comum organiza-se em torno de quatro temas principais: a soberania, a unidade, o passado histórico e a pretensão à universalidade.²²⁷

²²⁴ ANDERSON, Benedict. **Op. Cit.** 2008. p.171

²²⁵ PIMENTA, Fernando Tavares. Os Nacionalismos no Império. In: JERÔNIMO, Miguel. **O Império Colonial em Questão**. Lisboa: Edições 70, 2012 p.73-74

²²⁶ MACEDO, José Rivair (Org.). **O Pensamento Africano no Século XX**. 1º reimp. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p.11

²²⁷ ANDRADE, Mario Pinto de. **Op. Cit.** 1998. p.14

Nesse contexto, entendemos, então, que os movimentos de libertação surgem como uma classe que busca a emancipação das explorações do trabalho, das mentes e do homem pelo homem, assim como teria surgido na Inglaterra do Século XIX uma classe operária. Estudada por Edward Palmer Thompson, a classe operária, por sua história, não teria assim sido formada por ninguém, mas fez-se. Historicamente, ela é fruto das experiências das rebeliões e insurgências desde a época da escravização. Thompson diz:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.²²⁸

Dessa forma, pretendemos mais adiante estudar o “fazer-se” dos movimentos de libertação em Angola, tanto frutos do cenário internacional, como das suas experiências.

3.2 – Os movimentos de libertação em Angola.

Após os eventos que encerraram a Segunda Guerra Mundial, começaram a surgir na África vários movimentos, e em consequência disso, lideranças políticas, que se mostraram claramente contra os colonialistas, formando uma resistência à ditadura nas colônias africanas, tendo uma eclosão de maior visibilidade nos anos 1950, principalmente as colônias que representavam o império português como reação ao tipo de colonialismo que

²²⁸ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária**. Vol. 1: A Árvore da Liberdade. 6º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p.9-10

estavam submetidos pela exploração do trabalho forçado e a violência quando reagem.²²⁹

No caso de Angola, também houve uma insatisfação por parte dos indivíduos brancos nascidos no território (chamados de crioulos), frente ao crescimento da imigração promovido pelo governo de Portugal. Esses brancos, pertencentes a uma burguesia decadente, somaram-se aos movimentos nacionalistas africanos que surgiram no início da década de 1950, ampliando e melhorando a difusão da ideia de liberdade pelo território angolano, o que fez com que, a partir de 1958, se começasse a falar em revolução armada, principalmente na capital, Luanda. Os movimentos e as lutas anticoloniais foram crescendo paulatinamente, até desembocar na guerra de libertação em 1961 e em seguida, na independência. Durante o período pós-segunda guerra mundial, até a Revolução Angolana, em 1975, vários movimentos políticos secundários surgiram. Inicialmente, apresentavam pouca expressão no cenário africano, o que fez com que alguns destes se unissem e formassem grandes movimentos a fim de se unir contra o colonizador.²³⁰ Estes grupos se aglutinaram progressivamente em três grandes movimentos com tendências políticas diferentes, tendo como meta encabeçar a luta pela independência contra o Império Português e alcançar a soberania nacional.²³¹

A primeira frente foi fundada em 1956 com o nome de Movimento Popular de libertação de Angola (MPLA), surgido da união entre o Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA), o Movimento Pela Independência de Angola (MIA) no Norte do país e o Partido Comunista Angolano (PCA) criado

²²⁹ VIEIRA, Patrícia L. **Op. Cit.** 2010. p. 126

²³⁰ Uma lista de movimentos políticos secundários em Angola: CBOA (Comitê dês Bons Offices Angolais), CPA (Conselho do Povo Angolano), CUNA (Comitê da Unidade Nacional Angolana), FDLA (Frente Democrática de Libertação de Angola), FNA (Frente Nacional Angolana), FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência), MABLA (Movimento Afro-Brasileiro pró-Libertação de Angola), MDIA (Movimento para a Defesa dos Interesses Angolanos) MDIN (Movimento de Defesa dos Interesses Nacionais), MODERA (Movimento da Defesa do Realismo Africano), MPIA (Movimento para a Independência de Angola) PNPU (Partido Nacional Popular Ultramarino), SAIA (Solidariedade Africana para a Independência Imediata de Angola), UCLA (União Congoleza para a Libertação de Angola), UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos) e UTONA (União dos Trabalhadores e Operários Negros de Angola). Mais detalhes, ver: FONSECA, Bruno Leal Correia da. **Op. Cit.** 2013.

²³¹ VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevics. **Op. Cit.** 2014. p.131.

em 1955. A História desse movimento tem estreita ligação com a do seu principal líder, o poeta e médico Antônio Agostinho Neto, que tinha, assim como Mario Pinto de Andrade, outro líder do movimento, orientação anti-colonial pela luta marxista-leninista. Enquanto estudante de Medicina em Portugal, Agostinho Neto esteve preso em 1951, depois entre 1955 e 1957 e em 1959 foi levado para Cabo Verde. Em 1962, conseguiu fugir de Portugal e reapareceu no Congo-Leopoldville, se tornando em dezembro do mesmo ano presidente do MPLA. Entre seus membros havia tanto mestiços quanto assimilados, brancos e membros da etnia *ovimbundo*, a mais populosa de Angola.²³²

O MPLA era o mais bem estruturado e organizado dos movimentos, contando, inclusive, com uma escola de formação para seus membros com contatos internacionais importantes, especialmente com a União Soviética e posteriormente com Cuba. Além disso, articulava-se com líderes e movimentos das outras colônias de Portugal, a exemplo de Eduardo Mondlane (Moçambique) e Amílcar Cabral (Guiné-Bissau)²³³, e após a morte dos outros líderes africanos em 1969 e 1973, respectivamente, gozava de distinção de ser o último dos países fundadores dos movimentos de libertação na África portuguesa. Todos eles tinham medo que em seus países uma revolução política que não distinguisse povo português do governo ditatorial pudesse causar uma dependência econômica neocolonial.²³⁴

Em seu estatuto, o MPLA se definia como um movimento popular que lutava pela independência de Angola independentemente de origem e classe

²³² MAXWELL, Kenneth. Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa. In: RODRIGUEZ, Luiz Nuno. **Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2006. p.204.

²³³ Nas demais colônias portuguesas que estavam sob a jurisdição do Ato colonial também surgiram movimentos de emancipação. Em Moçambique, diversos movimentos fundiram-se na Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), liderada por Eduardo Mondlane e, após seu assassinato, por Samora Machel, também iniciando a luta no norte, com a sua retaguarda apoiada pela Tanzânia. Amílcar Cabral, ideólogo da luta política e armada de tendência marxista, lançou a guerrilha na Guiné-Bissau, enquanto nas colônias portuguesas insulares de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, face às dificuldades geográficas, a luta era política. Ver: CABAÇO, José Luís. Os anos de Libertação. In: **Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

²³⁴ MAXWELL, Kenneth. **Op. Cit.** 2006. p.205.

social, desde que se identificasse com o modelo de nação proposto e idealizado pelo movimento, conforme se lê no art. 3º do seu estatuto:

Art. 3.º **Definição:** O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (M.P.L.A) é uma organização política formada por africanos naturais de Angola, sem discriminação de sexo, de idade, de origem étnica, de crença religiosa e de lugar de domicílio.²³⁵

Também no Estatuto do MPLA, em seu artigo 19º, o movimento reforça a importância do patriotismo e da defesa dos direitos do povo angolano explorado por Portugal, mostrando que o projeto de luta não era apenas revolucionário e sim nacional.

Art. 19.º Em todas as fases do desenvolvimento da história de Angola, M.P.L.A propõe desenvolver uma acção patriótica e positiva, da qual deverá resultar sempre o progresso de Angola, a defesa dos direitos e do trabalho pacífico dos camponeses e dos trabalhadores angolanos e o bem-estar e a felicidade do povo angolano.²³⁶

Dentre os objetivos do MPLA destaca-se a união:

Art. 4.º O M.P.L.A tem como objectivos:

Lutar juntamente com outras organizações patrióticas angolanas, na mais larga união popular, pela liquidação, em Angola, do domínio colonial português e de todas as relações colonialistas e imperialistas, e pela conquista da independência imediata e completa de Angola;

Defender e realizar as reivindicações das camadas sociais angolanas mais oprimidas e mais exploradas pelo regime colonial, nomeadamente as reivindicações das massas camponesas e trabalhadoras, que constituem a quase totalidade da população de Angola.²³⁷

A segunda frente que se formou nos distritos do Nordeste e Leste do país, onde a população era formada por angolanos e congolezes (antigo Zaire),

²³⁵ Documento confiscado pela PIDE. ANTT. 1961. Cf. "**MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ESTATUTOS**". Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3895991> (Acesso em 16/01/2018)

²³⁶ Idem

²³⁷ Idem

foi a Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA), que surgiu em 1964 da fusão entre União das Populações de Angola (UPA) e o Partido Democrático Angolano (PDA). A UPA foi um movimento cultural de defesa e de ajuda mútua para os exilados congolese em Angola. Fundada e instalada no Congo-Leopoldville (Kinshasa), organizou-se politicamente no exílio com a ajuda da população da região do Norte da Colónia. A UPA foi liderada por Álvaro Holden Roberto, exilado no território do então Zaire (atual República democrática do Congo). O PDA tinha como maior liderança Emanuel Kunzika.²³⁸

Dessa união surge a FNLA, que a partir daí, organiza-se em duas etapas: a primeira, com a formação do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), presidido também por Álvaro Holden Roberto, tendo Jonas Malheiro Savimbi como ministro das relações estrangeiras; e a segunda com a formação do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), apoiada pelo governo da então República do Congo. A FNLA tinha uma bandeira racial, declarando-se contra os brancos, portugueses e comunistas. Diferente da MPLA, eles tinham pouco treinamento militar e sua estrutura não era tão organizada como a do primeiro movimento. Alguns consideravam sua bandeira mais próxima de uma militância no movimento intelectual “Pan-Africanismo”, apesar de não ser considerado pelos comandos superiores fruto desse movimento internacional nas Américas e na Europa.

A secção da UPA/FNLA em Luanda se dedicava a recrutar militantes, fazer propaganda e recolher fundos destinados à compra de um aparelho emissor que permitisse a comunicação com o exterior.²³⁹ Apesar dos seus revolucionários, a UPA/FNLA era mais um partido de exilados. Enquanto uma pequena parte dos exilados *bacongo* continuava a lutar, a maioria dos angolanos no Zaire não tomava partes lutas. Tal como visto, em Angola, os aspectos “étnicos” da luta tinham afastado a maioria dos grupos étnicos. Grupos que historicamente eram rivais dentro da política africana evitavam se

²³⁸ VISENTINI, Paulo Fagundes. **Op. Cit.** 2012. p.50

²³⁹ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015. p. 99

misturar, atrasando com a luta armada voltada para a união de toda a África contra os brancos.²⁴⁰

No ano de 1964, Jonas Savimbi se demitiu do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros durante uma conferência da OUA (Organização da Unidade Africana) no Cairo, criticando a ineficiência do GRAE, a falta de unidade existente no movimento nacionalista e a falta de apoio às forças que se encontravam dentro de Angola. Antes de ir para o FNLA, Savimbi já tinha rapidamente passado pelo MPLA e após sua saída do movimento de Holden Roberto, ele tentou retornar ao MPLA, mas não foi aceito pelo movimento.²⁴¹ A partir da dissidência de Savimbi surgiu a terceira e última grande frente de resistência significativa do nacionalismo angolano: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Embora tenha sido fundada em 1964, sua luta armada apenas iniciou no final da década. Essa força revolucionária teve seus líderes treinados pelo exército da República Popular da China, que apoiou as iniciativas militares desse grupo até a independência de Angola, em 1975. Ela operava nas regiões do planalto e do sul, junto a etnias também *Chokwe, Ngangela e a Ovimbunda*.

As origens da UNITA estão ligadas a Savimbi: fundador e primeiro presidente do partido e de uma parte dissidente da GRAE. A UNITA visava conseguir o apoio popular e a mobilização das massas. No entanto, ela foi militarmente ainda mais fraca que o FNLA e bem distante do MPLA. O movimento se declarava maoísta, mas variou dependendo do apoio internacional e também do período de atuação.²⁴²

Embora a UNITA tenha surgido no meio da Guerra de Libertação (também conhecida como Guerra Colonial na historiografia portuguesa), após a saída de Portugal e ascensão de Agostinho Neto como primeiro presidente de Angola (1975-1979). Na guerra civil, os embates aumentaram contra o MPLA

²⁴⁰ WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **Op. Cit.** 2016. p.294

²⁴¹ Idem, p.295

²⁴² VISENTINI, Paulo Fagundes. **Op. Cit.** 2012. p.51-52

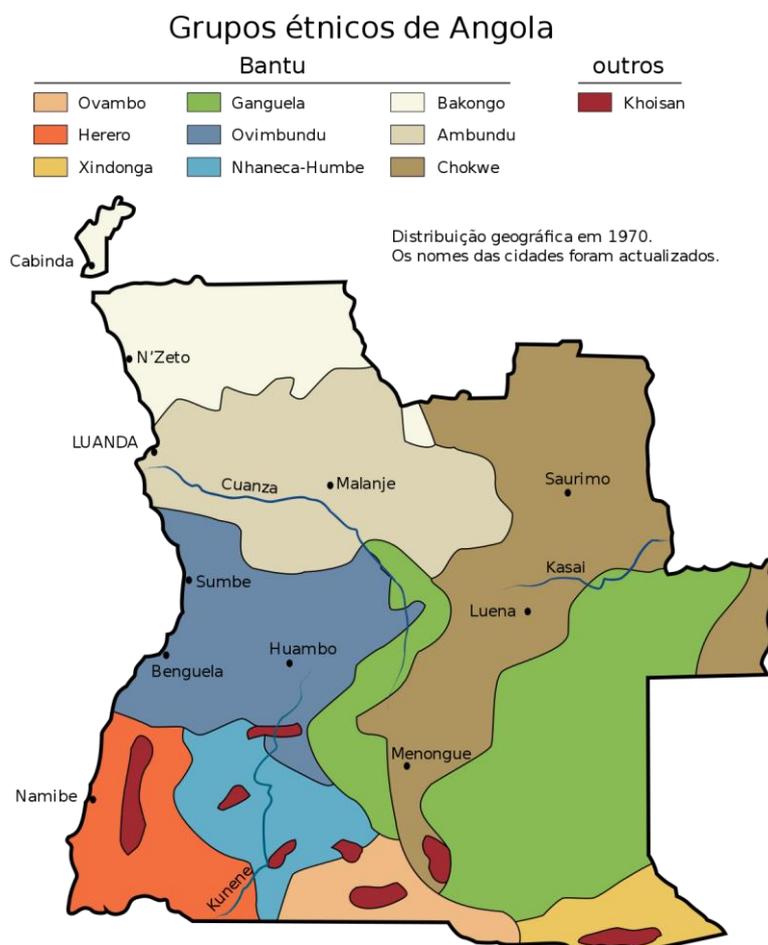
que venceu no governo de transição depois que Portugal perdeu as possessões.²⁴³

O apoio vinha essencialmente da África, da Ásia, assim como dos movimentos negros dos EUA, países comunistas do Leste da Europa e da China. Os principais movimentos nativos obtinham os seus apoios quer através das relações étnicas, quer de relações de classes. No caso do MPLA, o seu apoio provinha da região de Luanda-Mbundu, “com uma elite predominante urbana”. A UPA/ FNLA contava com Bakongos que normalmente habitavam as regiões rurais de Angola. A UPA/FNLA e o MPLA tinham uma base diversificada.²⁴⁴ No mapa a seguir, apresentamos uma divisão geográfica dos principais grupos étnicos em Angola.

Para que a ação dos movimentos de libertação fosse efetiva, essa era feita nos países estrangeiros através de um contradiscurso para denunciar a política ultramarina portuguesa, propagando, de um lado, a repressão policial e do outro, e não menos importante, os sucessos da luta de libertação. Os movimentos de libertação esperavam divulgar o descontentamento das populações quer no território onde o dito movimento lutava, quer nos restantes territórios sob o domínio português.

²⁴³ Idem

²⁴⁴ VISENTINI, Paulo Fagundes. **Op. Cit.** 2012. p.51-52



Fonte: “Demografia de Angola” Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_de_Angola (Acesso em 15/01/2018)

Os conflitos entre o MPLA e os demais grupos aumentaram ao longo do tempo. As disputas entre esses movimentos se intensificaram durante a década de 1960. Os movimentos de libertação das províncias portuguesas exerciam a sua ação sobre as populações, prometendo-lhes a independência. Para o MPLA, a UPA/FNLA fomentava o “ódio racial aos brancos”, enquanto que o movimento leninista buscava a adesão do povo angolano por meio de ações guerrilheiras, procurando atrair os brancos para a luta contra o regime. Em discursos, o MPLA acenava a promessa que após a independência, a vida dos desertores seria melhor. Procurava-se desestabilizar a ação das forças armadas nas colônias, dizendo-lhes que eles não tinham hipótese de ganhar a guerra e que essa era injusta, procurando que os militares desertassem.²⁴⁵

²⁴⁵ FONSECA, Bruno Leal Correia da. **Op. Cit.** 2013. p.79

Na tentativa de criar e se afirmar como partido político, o MPLA passou a entrar em contato com o Partido Comunista Português já previamente apresentado no capítulo anterior. Fruto de muitas aspirações marxistas e alinhado com o partido Bolchevique, o PCP dava suporte em solo europeu e ajudava na rede de informações dos movimentos de libertação alinhados a Moscou. Mesmo que na década de 1960 houvesse uma certa desilusão quanto ao marxismo-leninista, muitas das estratégias de Moscou se reforçaram em solo africano. Assim, ele servia como ponte entre os interesses internacionais bolcheviques e locais de Angola.²⁴⁶

As diretrizes defendidas pelos PCP, e que estavam em aplicação em Portugal, passaram a ser pauta constante dentro das colônias também. O trabalho forçado se tornou a razão central das insurgências dentro das colônias na África. Nas colônias, as ações eram planejadas e, quando possível, executadas no campo de trabalho, tendo em vista a difícil situação das comunidades rurais dos territórios ocupados. Com exceção de Luanda, boa parte da economia de Angola ainda advinha das plantações de café e algodão, onde predominava o trabalho forçado.

Nos primórdios de sua criação, a UPA foi apoiada pelo PCP. Depois da criação do Partido Comunista Angolano (PCA) em 1955, o PCP passou a se relacionar mais com o MPLA do que com outros movimentos. Isso causou uma desestabilização dentro da União que passou a hostilizar o MPLA e consequentemente acirrou mais ainda o embate pelo posto de movimento “oficial”.²⁴⁷ No final de 1963, o PCP e alguns apoiadores de Humberto Delgado tomaram a iniciativa de promover um jornal subordinado ao MPLA com a função de levar aos povos africanos instrumentos contra o colonialismo português com o título *O Anti-Colonialista*²⁴⁸, assinalando o lema “pela paz e

²⁴⁶ WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **Op. Cit.** 2016. p.301

²⁴⁷ FONSECA, Bruno Leal Correia da. **Op. Cit.** 2013. p.82

²⁴⁸ O período de maior difusão do Jornal foi entre 1970 à 1974. No acervo *online* da fundação Mario Soares, encontramos a maioria das edições do Jornal. Se observarmos um ponto em comum nas edições, percebemos informes sobre a guerra de libertação. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=JOrnal+Anti-colonial>. (Acesso em 15/07/2018)

autodeterminação dos povos coloniais”, bandeira essa já encabeçada pelos nativos aos órgãos internacionais.²⁴⁹

Além dos comunistas, havia uma outra ala de diretivas nos sindicatos, contrários ao salazarismo: os ativistas católicos, provenientes de concepções ideológicas da doutrina social da Igreja (também conhecida como *O catolicismo social*), além dos grupos mais politizados em uma linha oposicionista ao salazarismo, cujo número, com o tempo, cresceu até a Revolução dos Cravos, em 1974.²⁵⁰

Dentro do continente africano, a Organização da Unidade Africana (OUA) mudou o seu comportamento ao longo da década de 1950 e 1960. Inicialmente apoiou a UPA, depois reconheceu o MPLA e voltou a ajudar o GRAE. Isso gerou disputas entre esses grupos por apoio internacional visto que, na África, Portugal não deixava que eles se desenvolvessem. A ajuda da OUA ao GRAE, porém, não se materializou. Alguns dos seus combatentes desanimaram e rederam-se aos portugueses. A luta contra o MPLA aprofundou-se. Cerca de vinte e cinco homens do MPLA foram alegadamente mortos numa emboscada.²⁵¹

Em reação às prisões de grupo de 50 nacionalistas no conhecido processo dos 50²⁵², ocorreram revoltas que demonstraram o descontentamento dos angolanos face à colonização em 1961. O episódio da greve dos trabalhadores na plantação de algodão na Baixa da Cassange²⁵³ contra uma

²⁴⁹ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015a. p.212

²⁵⁰ Idem

²⁵¹ WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **Op. Cit.** 2016. p.295

²⁵² Foi designado “Processo dos 50” a um conjunto de três processos políticos que se iniciaram a 29 de Março de 1959 com as prisões de vários nacionalistas Angolanos, terminando em 24 de Agosto do mesmo ano com a última prisão. Esse nome se deve ao fato de Joaquim Pinto de Andrade ter enviado para o seu irmão, Mário Pinto de Andrade, que vivia no exterior um folheto denunciando a prisão de 50 nacionalistas. A denúncia internacional destas prisões deu ao mundo conhecimento do que se passava em Angola, desmascarando as verdadeiras intenções da PIDE, que eram abafar e impedir que as prisões fossem de conhecimento internacional, evitando explicações do regime de Salazar sobre tais atos. O conhecimento das prisões dos 50 nacionalistas alertou varias pessoas ligadas ao movimento pela independência para a necessidade de agir, evitando a sua captura e iniciando as bases para o início da Luta Armada no dia 4 de Fevereiro de 1961, quando um conjunto de patriotas angolanos tomou de assalto as cadeias onde estavam os presos políticos. Ver, CUNHA, Anabela. **Op. Cit.** 2011.

²⁵³ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015a. p.75

companhia belga, e a dura reação do exército português, que bombardeou a região com Napalm, matando milhares de pessoas no dia 4 de janeiro de 1961, serviu como estopim para o início da luta armada pela independência contra a metrópole. A luta iniciou em duas frentes, ainda em 1961: uma pela FNLA (na época UPA) e outra por ações de guerrilha do MPLA. Duas versões existem para quem teria planejado os eventos da Cassange: a primeira é que, na versão do Cônego Manuel das Neves, a revolta de 4 de fevereiro seria obra da UPA, mesmo sendo um movimento de brancos, união que a UPA dizia não aceitar, ocorreu um momento de união para impedir que se levassem angolanos para a prisão de Tarrafal, dando início a guerra colonial. A segunda versão é que o MPLA teria iniciado a guerra. Nessa versão, em sua mobilização nas regiões agrícolas, o MPLA teria incentivado as sublevações, mostrando que haveria uma “consciência de classe” dos trabalhadores rurais. De acordo com a Dalila e Álvaro Mateus, depois do evento de Cassange, o colonialismo português se desestabilizou.²⁵⁴ Anabela Cunha também identifica o evento de Cassange com o início da luta de libertação, que estava apenas começando:

Depois dos acontecimentos de 1961, passou a estar fora de questão discutir com Portugal uma via pacífica para conquista da independência de Angola. Isso significa que os angolanos terão percebido que não era possível alcançar a independência sem acção militar. A luta pela independência passou então a significar clandestinidade, fuga, acção militar, exílio, manobras políticas e procura de apoios diplomáticos. Os ventos da liberdade ainda sopravam longe de Angola, de modo que a luta pela independência seria árdua e longa. Foi a acção dos nacionalistas do final da década de 1950 (entre os quais se incluem os do chamado “Processo dos 50”) que lançou a semente da luta armada de libertação de Angola, que culminaria com a independência em Novembro de 1975.²⁵⁵

Também tem início uma repressão mais forte da PIDE, que já vinha perseguindo o PCP e espionando suas relações com os movimentos anti-coloniais, estendendo suas ações repressivas a estes. A relação entre o PCP e os movimentos anti-coloniais começa com a participação de estudantes

²⁵⁴ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015a. p.76

²⁵⁵ CUNHA, Anabela. **Op. Cit.** 2011. p.94

angolanos e outros na Casa dos Estudantes do Império. Criada em 1944 pelo regime salazarista para fortalecer a mentalidade imperial e do sentimento de “pertencimento a Portugal” entre os estudantes das colônias, a Casa dos Estudantes do Império (CEI) respondia igualmente a uma necessidade de congregar num espaço de convivência os estudantes das até então colônias portuguesas na África que não possuíam instituições de ensino superior. E por isso mesmo, era um espaço sob suspeição e vigilância do regime português.²⁵⁶

Devido a isso, a partir da década de 1950, o tema da libertação passou a circular com mais força entre os colonizadores, despertando a atuação mais forte da repressão do Estado Novo Português e a constante situação de dependência econômica sobre as colônias.²⁵⁷

Antes de seu fechamento pela PIDE, em setembro de 1965, os estudantes que iam para a Europa passaram a ser considerados suspeitos. No limiar do pós-guerra e com a queda dos fascismos, qualquer contato exterior que não estivesse sob o controle do Estado Novo poderia significar um perigo iminente. Quando os estudantes não conseguiam se reunir, eles marcavam encontro fora do controle de Portugal. Contudo, o regime português fazia parte de uma rede de informações pela Europa e América e, dessa forma, recebia informações das reuniões entre estudantes de Portugal e das colônias africanas. Vinham desses estudantes e do PCP as orientações anti-coloniais.²⁵⁸

Nas colônias, entretanto, os movimentos de libertação eram bastante divididos, ao ponto de combaterem entre si, ao invés de combaterem Portugal. A maioria dos Estados africanos estava dividida quanto às formas de luta

²⁵⁶ Oficialmente, a CEI (1944-1965) tinha como função acolher os estudantes vindos das diferentes colônias portuguesas, facilitando a estadia na capital enquanto completassem a formação acadêmica. Era um local de convivência, encontros sociais, ambiente de debates e transmissão de ideias libertadoras.

²⁵⁷ WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **Op. Cit.** 2016. p.294

²⁵⁸ Relatório da PIDE sobre estudantes na Europa. 1960. ANTT: Cf. “**Reunião em Zurique dos estudantes ultramarinos portugueses que se encontram no estrangeiros**” Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4491653> (Acesso em 25/01/2018)

contra o colonialismo e não dispunham de formas eficazes de luta e intervenção.²⁵⁹

Essa divisão se dava pela grande extensão e história dos estados africanos. Cada um com sua história e trajeto, o modelo de Estado-nação europeia não podia ser aplicado na África. Grupos sociais, líderes revolucionários, movimentos de libertação, todos eles lutaram em Angola contra os ditames salazaristas. Mas a dificuldade de pensar um plano único serviu para que Portugal mantivesse por mais tempo seu controle.

Na medida em que crescia a consciência nacionalista nas colônias e a pressão internacional, Portugal tomou uma série de medidas para a manutenção do *status quo* sob a repressão das polícias e dos militares.²⁶⁰

O colonialismo português, embora tenha atuado de forma diferente nos territórios africanos, era uniformemente acusado de ser o sistema colonial mais atrasado, em razão do quadro crítico de miséria social e material decorrente da exploração sistemática de séculos de colonialismo. Na medida em que esses partidos começam, de modo paulatino, a empregar ações concretas de resistência – que inicialmente assumiam formas pacíficas de protesto e tentativas de negociação -, o governo português respondia com um progressivo exasperar da brutalidade do exército colonial e da polícia do Estado Novo.²⁶¹

De todo modo, algumas correntes nacionalistas em Angola que fizeram parte do enorme espectro de ideologias africanas atuaram, a seu modo, nas lutas por uma nação independente, formando o “nacionalismo africano”.

3.3 O nacionalismo africano em Angola: ideologia e programa.

No ano de 1960, dezesseis nações africanas obtiveram sua independência política. Entre elas estavam as colônias inglesas, francesas,

²⁵⁹ SILVA, A. E. Duarte. **Op. Cit.** 1995. p. 39

²⁶⁰ Idem, p.89

²⁶¹ VILLEN, Patrícia. **Op. Cit.** 2013. p.42

belgas e alemãs. As possessões portuguesas, contudo mantiveram seus domínios imperialistas. Esse tipo de colonialismo, pós-1945, ficou conhecido como “colonialismo tardio” do século XX, envolvendo oito colônias que não tinham conseguido sua independência, mas passaram a lutar desde o pós-segunda guerra mundial.

Devido ao número de colônias independentes, muitas delas vizinhas a Angola, o nacionalismo africano surge como luta armada, frente à repressão e doutrina colonial portuguesa que se negava em todos os aspectos à autodeterminar seus territórios.²⁶² Em cada possessão, grupos se organizaram a fim de destruir o aparato do colonizador. O inimigo principal dos movimentos eram os colonialistas portugueses. O combate se dava na luta contra os aparatos administrativos, militares e policiais portugueses:

As forças armadas coloniais, a polícia de segurança e a PIDE, as autoridades coloniais e os agentes do colonialismo, são os nossos inimigos concretos. É contra eles que nós lutamos e temos de combater até a vitória final, até à libertação total dos nossos países.²⁶³

Resistir contra os agentes repressivos fazia parte da luta diária de todos os movimentos na África portuguesa. Pensar a nação na África era, primeiramente, expulsar o colonizador. Do ponto de vista político, era necessário retirar do solo africano qualquer influência europeia que subjugasse em qualquer esfera os africanos, que viviam na miséria graças às políticas coloniais.

Há mais de cinco séculos que as Ilhas de Cabo Verde, a Guiné, as Ilhas de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, ocupados pelos colonialistas portugueses, vivem num regime de opressão, de miséria, de obscurantismo e de atraso dos mais lamentáveis.²⁶⁴

²⁶² Documento confiscado pela PIDE. 1961. ANTT: Cf. “**Unidade e Luta**”. Disponível em: <https://goo.gl/cXBR1U> (Acesso em 16/06/2018)

²⁶³ Idem

²⁶⁴ Idem

Em Angola, os pensamentos nacionalistas tomavam como base os movimentos de Libertação: o moderno, representado pelo MPLA; o tradicionalista, representado pela UPA/FNLA e UNITA e o etnonacionalismo, representado pela Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).²⁶⁵ Os nacionalistas modernistas caracterizavam-se por uma visão política universalista, fortemente influenciada por modelos ideológicos europeus e em sintonia com as correntes de oposição de esquerda da ditadura portuguesa. Os tradicionalistas estavam mais profundamente ligados a uma realidade sociopolítica mais africana, insistindo, por isso, na necessidade de recuperação das tradições da África pré-colonial.²⁶⁶ Vejamos cada um deles em suas ideologias.

Por ser um movimento de cunho marxista, o formato de nação do MPLA era baseado em um alinhamento ao que os bolcheviques entendiam como projeto de nação “anti-imperialista”. O Leninismo entendia que as colônias tinham um papel importante na “revolução global”. Baseado em afirmações de Marx, e posteriormente de Lênin, as colônias seriam assim o espaço encontrado pelos revolucionários para poder emancipar seus territórios de nações imperialistas. Nas palavras de Hobsbawn:

A fórmula mais importante para Marx para revolucionar a situação inglesa foi através da Irlanda, isto é, através dos meios indiretos de apoio à revolução colonial. [...] A partir dos anos 1860, ele assumiu o ponto de vista contrário, isto é, que as revoluções em países coloniais e atrasados aconteceriam primeiro e elas mesmas revolucionariam as metrópoles.²⁶⁷

²⁶⁵ Esse movimento regionalista pode ser pensado como movimento separatista visto por Hobsbawn como a próxima, e talvez a última, fase do nacionalismo no mundo. Ver: HOBBSAWN, Eric. O nacionalismo no final do século XX. In: **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. 7º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. Alguns pontos importantes figuram na parte comum do programa mínimo deste protonacionalismo, entendido por alguns como *regionalismo africano*. Entre eles podemos destacar a promoção do progresso físico, mental e econômico da raça africana nas colônias; revogação das leis e regulamentos de exceção contra todos os africanos na legislação colonial portuguesa e permissão do livre acesso à indivíduos da raça africana a cargos públicos, nas mesmas condições exigidas aos indivíduos de raça branca. ANDRADE, Mario Pinto de. **Op. Cit.** 1998. p.121

²⁶⁶ PIMENTA, Fernando Tavares. **Op. Cit.** 2012 p. 62-63

²⁶⁷ HOBBSAWN, Eric. **Op. Cit.** 2015. p.134

Logo, seria importante começar a revolução não pelos países europeus, mas sim pelas suas coloniais, sublevando internamente e destruindo as bases do imperialismo. Assim sendo, a libertação nacional se tornou uma palavra de ordem das esquerdas. Paradoxalmente, na Europa, os movimentos separatistas começaram a adotar a terminologia de social-revolucionário e marxista-leninista. Os movimentos para a independência e a descolonização, especialmente no pós-segunda guerra, estavam identificados com o anti-imperialismo socialista/comunista, o que explica, sem dúvidas, por que tantos Estados descolonizados tenham se declarado de alguma forma socialista.²⁶⁸

Os líderes e ideólogos dos movimentos de liberação colonial e semicolonial falavam, com sinceridade, a linguagem do nacionalismo europeu, o qual eles tanto tinham aprendido (ou do) Ocidente, mesmo quando não se encaixasse nas suas situações. E, à medida que o radicalismo da Revolução Russa ultrapassou o da Revolução Francesa como a principal ideologia da emancipação global, o direito a autodeterminação [...]. A libertação no que ainda se conhecia como Terceiro Mundo era agora vista em toda parte como “libertação nacional” ou, para os marxistas, como “libertação nacional e social”.²⁶⁹

Agente importante da consciência nacional, as camadas intelectuais de dentro e fora da África foram fundamentais para o surgimento do nacionalismo nos territórios coloniais, mesmo porque o colonialismo não permitia o desenvolvimento de latifundiários, grandes comerciantes, empresários industriais, nem sequer uma ampla classe de profissionais liberais nativos, os quais, portanto, eram relativamente raros.²⁷⁰

Mário Pinto de Andrade, considerado um dos “pilares da independência de Angola”, segundo o antropólogo Fernando Wilson Sabonete, foi coerente com as suas afirmações sobre cultura, contribuindo com o seu saber e persistência na luta contra o colonialismo. Ele chegou a denunciar toda a prática do regime colonial contra a cultura angolana. Segundo Sabonete, Mário

²⁶⁸ HOBBSBAWN, Eric. **Op. Cit.** 2016. p.205

²⁶⁹ Idem, p.189

²⁷⁰ ANDERSON, Benedict. **Op. Cit.** p.167

queria igualdade social, liberdade para todos os angolanos e poder para quem tem capacidade de liberar o grupo.²⁷¹

Reforçando o entendimento de Eric Hobsbawn, Mário Pinto, em sua obra *Origens do Nacionalismo Africano*, diz que para a III Internacional comunista, a luta internacional da raça negra é uma luta contra o capitalismo e o imperialismo. “O movimento negro deve estar organizado na América, como centro de cultura negra e de cristalização do protesto dos negros; em África, como reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento do capitalismo”.²⁷²

Além de Mario Pinto de Andrade, na Casa dos Estudantes do Império, encontramos outro líder do MPLA, o Agostinho Neto. Ele se tornou rapidamente uma figura proeminente do movimento cultural nacionalista que, durante os anos 1940, conheceu uma fase de vigorosa expansão, onde se destacava a preocupação com os países colonizados. Na CEI, os jovens se preocupavam com o futuro de suas nações, mas também em resgatar a cultura nacional, inferiorizada pelo colonialismo português que proclamava a suposta superioridade da sua cultura, como de resto o faziam todos os países colonizadores.²⁷³

A meta, nesse primeiro momento, era a construção de um projeto nacional angolano que teria de se defrontar com a questão do racismo, fator desintegrador da coesão social em torno de objetivos nacionais básicos negados pelo colonizador. Uma das lutas era contra a própria política de assimilação, que negava o racismo ao afirmar que a cultura portuguesa encontrava-se potencialmente aberta a todo africano, mas reafirmava-o cotidianamente, apontando todo branco como civilizado e os “indígenas” como não civilizados, utilizando critérios de raça para isso.²⁷⁴ Tais pensamentos e lutas iniciais construíram a base da revolução. Sabonete diz que:

A nação é construída no pensamento de todos os angolanos que antecederam às revoltas, à resistência e à revolução. Os guerrilheiros regaram a unidade com sangue, suor e lágrimas de todos angolanos e angolanistas. Nunca venceríamos sem a

²⁷¹ SABONETE, Fernando Wilson. **Op. Cit.** 2010. p.60.

²⁷² ANDRADE, Mario Pinto de. **Op. Cit.** 1998. p.178

²⁷³ SABONETE, Fernando Wilson. **Op. Cit.** 2010. p.63.

²⁷⁴ Idem, p.58.

ajuda da comunidade internacional e sem a união na casa dos estudantes seria um suicídio pensar na independência.²⁷⁵

Com a pauta da luta contra o racismo, a FNLA, diferentemente da MPLA, tinha como modelo de nação imaginada, a reconstrução da identidade cultural como forma de luta armada. Graças ao crescimento das redes intelectuais e políticas de suporte ao *Pan-Africanismo*, a partir de 1945 esse “nacionalismo africano (como estratégia de luta contra o colonialismo) antecipava reivindicações liberais: sufrágio universal, democracia e pluripartidarismo, liberdade de imprensa e o fim das detenções arbitrárias”.²⁷⁶ Contudo, ao longo do século XX, essa base formativa da corrente de pensamento que influenciara a Frente sofreu algumas modificações na sua aplicação na África, pois, após a Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo africano não podia nem devia ser igual ao do período anterior ao conflito, haja vista que por ser um movimento cultural supranacional, esbarraria na visão ontológica da história africana. Por isso, é difícil afirmar a completa aderência do Pan-africanismo ao movimento, embora possamos atribuir ao movimento algumas semelhanças.²⁷⁷

Um dos expoentes desse ideário protonacionalismo, em comunhão com aspirações nativistas, foi elaborado a partir do lançamento do Jornal *O Negro*, em 1911, e falece no início dos anos 30, submerso pelas contradições inerentes ao Movimento Nacionalista Africano, criado antes da Segunda Guerra Mundial. Com a bandeira, “A África para os africanos”, esse protonacionalismo bradava que queria a “África propriedade social dos africanos e não retalhada em proveito das nações que a conquistaram e dos indivíduos que a colonizam, roubando e escravizando os seus indígenas”. Buscavam a realização da *máxima de Monroe* aplicada à África para conquistar o direito à vida integral, livre e solidariedade uns com os outros.²⁷⁸

²⁷⁵ Idem, p.63.

²⁷⁶ PARADA, Maurício; MEIHY, Murilo Sebe Bom; MATTOS, Pablo de Oliveira de. **Op. Cit.** 2013. p.81

²⁷⁷ Idem

²⁷⁸ A Doutrina Monroe foi uma doutrina anunciada pelo presidente norte-americano James Monroe em 1823, que pode ser resumida pela frase “A América para os americanos”. Partindo

Mário Pinto de Andrade diz que a radicalização da consciência negra iniciada com o processo de resposta a essa onda de discriminação violenta e temperada no cadinho da primeira guerra mundial, viria a provocar alterações de base nas relações entre “classe media” e os trabalhadores da comunidade negra. A hora exigia a aliança estreita entre os irmãos da mesma “raça”, vítimas de um inimigo comum: o racismo europeu.²⁷⁹

Antes do V Congresso de Manchester (1945), o Pan-africanismo era prioritariamente um movimento de intelectuais afro-americanos de classe média, que residiam fora e possuíam poucos interesses em comum com os nativos do continente africano ou do Caribe. Inicialmente o Pan-Africanismo trabalhava com uma missão supranacional de identidade. No entanto, na África, houve uma ressignificação, fazendo com que a sua bandeira passasse a servir de norte para alguns movimentos em diferentes países. Apostando na criação de uma ideologia de mobilização para os africanos e afrodescendentes em favor da libertação do continente e de sua unidade, o Pan-Africanismo passou a orientar todos os movimentos nacionalistas, que nos estatutos e ações procuraram seguir seus princípios ideológicos.²⁸⁰ Ou seja, para fins políticos, a presença africana poderia representar uma apropriação por parte dos europeus e americanos que assim justificariam suas nações também pela história da África.

O Caso da FNLA é complicado dentro das posições que o movimento tomou ao longo de sua existência. Embora o Pan-Africanismo na sua essência fosse apenas intelectual, ele foi mudando no dia a dia do grupo. Por sua característica de “guerra racial”, a FNLA poderia ser enquadrada dentro do lema “a África para africanos”, mas com algumas ressalvas. Embora houvesse muita crítica a sua perspectiva de confronto “raça contra raça” (seja ela contra os portugueses ou entre outras etnias), a ideia de unir a África contra o colonizador vingou no seio da organização, aproximando-o ao movimento afro-

desta máxima, o movimento negro entendia a necessidade de dizer que os africanos deviam pensar da mesma forma dentro da África. ANDRADE, Mario Pinto de. **Op. Cit.** 1998. p.80-81

²⁷⁹ ANDRADE, Mario Pinto de. **Op. Cit.** 1998. p.144

²⁸⁰ PARADA, Maurício; MEIHY, Murilo Sebe Bom; MATTOS, Pablo de Oliveira de. **Op. Cit.** 2013. p.81

americano, porém nas condições estratégicas e militares da África nas décadas de 1950 e 1960.

Na perspectiva da UPA/FNLA, pelo menos num primeiro momento, a luta de independência teria necessariamente de passar pela eliminação de elementos demográficos, entendidos por eles como a presença branca na África, considerados estranhos à matriz original africana do país, cujo arquétipo se deveria encontrar em alguma parte nos míticos tempos pré-coloniais. Daí os massacres dos brancos, mestiços e até negros assimilados executados pela UPA em 1961. Daí também a aversão política da UPA/FNLA ao MPLA, considerado o partido dos mestiços, filhos de colonos de Luanda.²⁸¹

Ambos os movimentos tentavam buscar auxílio externo para respaldar suas independências. O MPLA no Leste Europeu e o FNLA na própria África. Do ponto de vista geopolítico, não bastava apenas se emancipar. Seria necessário o reconhecimento por parte das outras nações a soberania angolana. Fossem elas dentro da África recém-liberta ou da Ásia, fossem da América revolucionária ou Europa reformista.²⁸²

Quando são transferidas para o plano da etnia, corre-se o risco de falar de etnias onde elas não existem, como entre os tutsis e hutus. E uma vez que se fala de “etnia”, fala-se mesmo de “sangue” e de “raça”. Neste caso, entra-se num mau caminho. Penso que não temos interesse em falar de etnias na África. Deveríamos, não negá-la, porque fazem parte da nossa riqueza cultural, mas transcendê-las.²⁸³

Um dos intelectuais que contribuiu para a consolidação dessa vertente de nacionalismo africano foi Frantz Fanon, já citado no primeiro capítulo. Baseando-se em pensadores franceses da primeira metade do século XX, Fanon entendia que a luta pela libertação deveria vir não na expulsão das estruturas coloniais, mas sim pelo fim de qualquer traço branco/europeu em solo africano. A África deveria se voltar para a África, pois independente da nação imperialista, o racismo estava presente no inconsciente europeu. Assim,

²⁸¹ PIMENTA, Fernando Tavares. **Op. Cit.** 2012 p. 76-77

²⁸² Documento do MPLA. Cf. “**Unidade e Luta**”. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07177.001>

²⁸³ KI-ZERBO, Joseph. **Op. Cit.** 2006. p.56

a luta de classes, nesse caso, estava na “luta de raças”: a africana, com sua ontologia, e a branca, com seu colonialismo. Sobre o colonialismo e o racismo, o autor fala da imagem construída em torno dos africanos na Europa.

O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme, o preto treme porque sente frio, o menino treme porque tem medo do preto, o preto treme de frio, um frio que morde de ossos, o menino bonito treme porque pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe, o preto vai me comer!²⁸⁴

Fanon exemplifica a relação e a estratificação social do colonialismo português com o caso das Antilhas. Nas Antilhas, a forma de assimilação teria chegado ao ponto de o negro viver em função de se “civilizar”, o que consequentemente faria se autoinferiorizar. Dentre as colônias portuguesas, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde tiveram um regime similar ao antilhano descrito por Fanon, diferente dos aplicados em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Essa relação onde se punha uma “mentalidade” nos africanos é fruto de uma constante afirmação de inferioridade do negro e reforço de que a única solução seria a assimilação, construindo, destarte, um inconsciente coletivo.²⁸⁵

O pensamento de Fanon estava muito arraigado no marxismo e na psicanálise freudiana, além do pensamento europeu que propunha pensar a história dos povos dentro da lógica filosófica da ontologia, logo, essencialista. Para ele, a África não poderia deixar de ser colônia se não lutasse com as próprias mãos, em algumas vezes, negando qualquer forma de apoio externo. Isso fez com que ele apoiasse, em Angola, a UPA/FNLA por discordar das alianças internacionais que o MPLA tinha feito para se consolidar enquanto movimento de libertação.²⁸⁶

Para Ki-zerbo, membro de uma “segunda geração” de pensadores do Pan-africanismo, para resolver os conflitos na África é necessário colocar numa

²⁸⁴ FANON, Frantz. **Op. Cit.** 2008. p.107

²⁸⁵ Para entender melhor essas abordagens interdisciplinares de Fanon, Ver, LIPPOLD, Walter Gunther Rodrigues. A África de Fanon. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **O Pensamento Africano no Século XX**. 1º reimp. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

²⁸⁶ FANON, Frantz. **Op. Cit.** 2008. p.133

base interafricana, já que há relações “transétnicas” que, como parentesco por afinidade, não se limitam ao padrão europeu de classificação. A unidade africana seria um dos antídotos, ainda segundo Ki-Zerbo, pois, geralmente, as micronações são levadas a confronto porque, em si mesmas, são estruturalmente “instáveis”.²⁸⁷ Assim, o Estado Nacional de estilo europeu não significaria nada para os africanos. Para o autor, o Estado africano é uma metamorfose entre as sequelas do sistema colonial e as utopias anticoloniais.

Em matéria de língua, Ki-zerbo afirma que a identidade profunda da África reside nas etnias. Em sua visão, não se poderia estabelecer um Estado federal como base numa língua estrangeira, o que remonta as tentativas dos Estados imperialistas em ensinar o idioma do colonizador.

O problema das línguas é fundamental, porque diz respeito a identidade dos povos. E a identidade é necessária, tanto para o desenvolvimento quanto a democracia. As línguas também dizem respeito a cultura, aos problemas da nação, a capacidade de imaginar, à criatividade.²⁸⁸

Para ele, uma história da África deveria superar as duas maiores vertentes do trabalho intelectual de análise sobre a África: A Difusionista e a Antropológica. A primeira seria a ideia de associar qualquer progresso ou dinamismo na África como resultante de influências externas ao continente, sendo elas de mão-única. A segunda estaria relacionada às interpretações derivadas da etnologia, centradas na especificidade cultural dos povos africanos, reforçando uma falsa diferenciação étnica e racial de sua população.

289

Em Moçambique, por exemplo, houve apenas um grande movimento que lutou e formou a nação moçambicana. Já em Guiné-bissau, o PAIGC conseguiu confluir os vários movimentos pequenos. Em Angola, teve-se uma peculiaridade se comparado com estes territórios lusófonos. Como

²⁸⁷ KI-ZERBO, Joseph. **Op. Cit.** 2006. p.58-59

²⁸⁸ Idem, p.73

²⁸⁹ BOTELHO, Guilherme Machado et al. A perspectiva africana em Joseph Ki-Zerbo. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **O Pensamento Africano no Século XX**. 1º reimp. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p.115

anteriormente dito, lá houve três grandes frentes, cada uma com uma proposta diferente de nação. Duas formadas antes da Guerra Colonial e uma formada durante os confrontos armados. As duas primeiras foram opositores desde suas raízes até motivos políticos territoriais.

Em termos comparativos, podemos encontrar alguns pontos em comum entre as ideias defendidas pelo Comitê Revolucionário de *Moçambique* (COREMO) e pela FNLA, sobretudo no que diz respeito à questão racial. Em ambos os casos, a nação era concebida segundo linhas raciais, enquanto nação negra, livre da intromissão de elementos considerados estrangeiros à matriz africana, ou seja, os brancos, os indianos, asiáticos e até mestiços.²⁹⁰

Já no caso do MPLA e da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), a relação entre esses dois movimentos em seus respectivos territórios, no campo das ideias, pela discussão sobre a participação “multiracial”. Diferente da FRELIMO, o MPLA não fez uma discussão ampla sobre a participação de “não-angolano”. Embora acreditasse numa luta antirracial, nos congressos o movimento de Agostinho Neto não aceitou a entrada de brancos e mestiços nos quadros. A FRELIMO, em Moçambique, sempre se mostrou contrária a qualquer ideia de racialização dos conflitos e do seu projeto de nação, afastando-o assim de algumas relações com o MPLA por entender amplamente os preceitos marxistas. Contudo, com o agravamento dos conflitos da Guerra de Libertação, as relações entre os movimentos (e também a PAIGC da Guiné portuguesa) voltaram a se estreitar.²⁹¹

Além dos nacionalismos “revolucionários” dos africanos, encontramos uma terceira vertente formada por um nacionalismo que visava à integração das colônias e o aumento dos “direitos” para os africanos. No início do século XX, o “nacionalismo branco” entendia como pauta de formação nacional a autonomia das colônias, sem a emancipação com Portugal. Além disso, essa corrente protonacional reivindicava a participação política dos africanos nas decisões da metrópole de maneira distrital e proporcional. Eles buscavam uma igualdade de direitos, colocando Portugal como gestor, mas não colonizador,

²⁹⁰ PIMENTA, Fernando Tavares. **Op. Cit.** 2012 p. 80

²⁹¹ Idem, p. 81

pedindo também a mudança dos regimes de trabalho dos indígenas. No final das contas, queriam a inserção dos africanos no quadro institucional, mantendo a soberania portuguesa.²⁹²

Na segunda metade do século XX, o nacionalismo branco pensava a independência como um meio para transformar Angola num novo Brasil, ou seja, Angola seria a terceira parte de uma grande comunidade luso-afro-brasileira. Essa concepção se afastava do projeto político dos nacionalistas negros e mestiços, os quais entendiam Angola independente como parte integrante de uma África de matriz negra.

A Luanda-Mbundu, com uma elite predominantemente urbana, representada pelo MPLA; a Bakongo, representada pela UPA/FNLA; e a Ovimbundu mais Quioco, materializada na UNITA. As duas últimas teriam uma orientação rural e camponesa, pelo que estavam mais próximas entre si, o que de certa forma explicaria a profunda oposição ao MPLA. Nesta grelha altamente etnicizada não havia lugar para o nacionalismo dos brancos em Angola.²⁹³

Em *Para quando a África*, Ki-zerbo conclui dizendo que a geração dele foi marcada por pessoas como Kwame Nkrumah, Aime Cesaire, Amílcar Cabral, Patrice Lumumba e Léopold Senghor. Todos eles tinham algo em comum: a ideologia da independência da unidade e do socialismo. De acordo com o que se lê abaixo:

Não sou por um socialismo de Estado, um socialismo comunista ou stalinista, onde tudo é regulado pelo Estado, onde tudo pertence ao Estado, onde o Estado se apodera dos bens e espolia as outras instâncias dos outros níveis, ao ponto de pôr tudo no seu próprio saco. Primeiro, isso não é eficaz economicamente; depois, isso não é democrático. Sou por um socialismo democrático.²⁹⁴

Em matéria de democracia, o olhar que devemos dar à África é diferente da nossa atribuída ao Ocidente. Segundo João Cravinho, embaixador da União

²⁹² ANDRADE, Mario Pinto de. **Op. Cit.** 1998. p.94-95

²⁹³ PIMENTA, Fernando Tavares. **Op. Cit.** 2012 p.61

²⁹⁴ KI-ZERBO, Joseph. **Op. Cit.** 2006. p.117

Europeia, o que isto sugere é que uma democracia na África (ou qualquer outro regime no continente) tem de ser capaz de fornecer melhorias na qualidade de vida das pessoas para que possa ganhar adesão da população. A qualidade de uma democracia, ou, por extensão, de qualquer outro regime, tem que ser, sobretudo, com a qualidade de vida que esse regime consegue oferecer.²⁹⁵

Tais qualidades de vida não serão por aqui debatidas, mas pelo curso da história recente da África, essa nação veio, mas na esteira de Guerras.

²⁹⁵ CRAVINHO, João Gomes. Legitimidade política em África. In: ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coord.). **As Ditaduras Contemporâneas**. Lisboa: Edições Colibri, 2006. p.158

QUARTO CAPÍTULO:

4. ENTRE A GUERRA E A LIBERTAÇÃO: História, memória e literatura (1961-1977).

A unidade nacional é forjada a partir de uma memória ou de histórias imaginadas e, ao mesmo tempo, a partir de muitas omissões. Torna-se mesmo necessário que sejam apagados da memória coletiva acontecimentos ligados à violência das conquistas e das guerras expansionistas, à arbitrariedade ou à arrogância dos vencedores e ao artificialismo do traçado das fronteiras, dando lugar aos esquecimentos das condições de produção dessa unidade.²⁹⁶

4.1 – Guerra de Libertação: A memória dos combatentes

Durante a década de 1960 até meados da década seguinte, Angola passou por uma Guerra de Libertação sangrenta, comparável com outros confrontos bélicos daquela época em outros territórios na África e no Oriente Médio como a Guerra do Vietnã ou a Guerra da Coreia.²⁹⁷

Com a ascensão dos movimentos de libertação e seus respectivos projetos de nação, o governo português tratou de enviar seu braço armado e repressivo: a PIDE, que a partir de 1962 passou a ampliar sua rede de informações nas cidades e sobre os grupos e indivíduos dos movimentos anti-coloniais. Depois dos eventos no dia 4 de fevereiro, na Baixa da Cassange²⁹⁸, considerado como estopim da Guerra de Libertação, suas ações se tornaram mais visíveis. Para isso, a PIDE contava com informantes dentro do território africano. Com a eclosão da Guerra, o eixo de ação política do Estado Novo

²⁹⁶ SABONETE, Fernando Wilson. **Op. Cit.** 2010. p.75

²⁹⁷ Um exemplo disso foi o uso de *Napalm*, arma química de grande destruição em massa, nos confrontos armados. Parte da historiografia da História Contemporânea Ocidental costuma apenas dizer que o uso de tais armas iniciou no Oriente Médio durante a guerra do Vietnã (1959-1975). Contudo, na África, esse arsenal já tinha sido utilizado na década de 1950 e permaneceu como arma anti-revolucionária até o fim dos confrontos de descolonização (1975)

²⁹⁸ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. Angola: A Greve da Baixa de Cassange. In: **Histórias Coloniais**. Lisboa: Texto Editores, Lda. 2015c. p.141-157.

voltou-se para as massas populares dos subúrbios e isso não se deu apenas no que se refere às forças repressivas, mas também às ações cujo objetivo seria o de conquistar a lealdade desses homens e mulheres:

A polícia e as autoridades militares claramente não tinham qualquer intenção de permitir que se repetissem os sangrentos confrontos de 1961 e tomaram todas as precauções possíveis para manter a situação sob controlo e evitar provocações. [...] Em Luanda, uma proporção muito grande da população africana e europeia estava a serviço da polícia; alguns africanos dependiam completamente dos subsídios para sobreviver.²⁹⁹

Neste capítulo trabalharemos o período da Guerra de Libertação até a consolidação do MPLA no poder em Angola. Começamos pela memória do antropólogo Fernando Wilson Sabonete, autor citado anteriormente em seus estudos sobre o nacionalismo, angolano residente no Brasil e ex-combatente do MPLA durante a Guerra Civil, que nos concedeu uma entrevista e, pelos seus relatos, nos conta aspectos do cotidiano de batalha, dos combatentes e da atuação de informantes durante a Guerra de Libertação. Nesta parte, nos utilizaremos algumas de suas memórias que independem de seus estudos acerca da sociedade angolana a fim de separar o pesquisador da pesquisa, o antropólogo do militante.

Destacamos de suas memórias um aspecto bastante encontrado nas demais documentações: A circulação clandestina de panfletos. Os nacionalistas distribuía panfletos para mobilizar a população face à necessidade de luta pela independência. Essa distribuição era feita à noite, para os seus autores não serem apanhados pela PIDE. A falta de precisão sobre algumas informações sobre os grupos armados se deve ao fato de que o material que era divulgado poderia ser confiscado pela PIDE/DGS, logo, os movimentos sabiam que não poderiam entregar informações estratégicas dos seus planos de ataque.³⁰⁰

²⁹⁹ WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **Op.Cit.** 2016. p. 322

³⁰⁰ CUNHA, Anabela. **Op. Cit.** 2011. p.91

Os membros destes movimentos tinham contatos com representantes de outros países, que levavam cartas e documentos para os Estados Unidos da América, espalhando a situação de dominação existente em Angola. Eles se reportavam às instâncias internacionais sobre os acontecidos com ajuda de alguns missionários e meios de comunicação. De forma inversa, o regime português passou a rebater e justificar práticas entendidas como “normais”.

Entretanto, o comportamento dos missionários religiosos apenas passou a ser em apoio dos nacionalistas durante os anos que antecederam a formação revolucionária. Antes disso, os missionários faziam parte do braço armado do Estado Novo português junto com a PIDE, desde a época que era PVDE. Segundo a historiadora Giselda Brito Silva:

Até 1940, os missionários nativos, que se iam formando no processo civilizatório colonial (nacionalizador ou evangelizador), tendiam a se identificar muito mais com as questões do cristianismo do que com as do nacionalismo português. Mas quando afloram as ideias de um nacionalismo africano, questionando-se o processo civilizatório assimilacionista do colonialismo português, resultando em alguns casos de enfrentamentos e perseguição de missionários nativos pela PIDE, por acusação de incitação às lutas de independência.³⁰¹

Reforçando essa ideia, em entrevista, Sabonete lembra que,

A PIDE instruía os comerciantes. Os maiores colaboradores eram os comerciantes. Os pastores também. Pastor mesmo, pastor também. Não é preciso abrir o olho para dizer, pastores brancos eram da PIDE. Padres também eram da PIDE. Você confessa um crime, para igreja é considerado pecado. Quando você sair da sacristia, o carro da PIDE já estava aqui esperando por você. O padre tinha uma ligação com a PIDE.³⁰²

Ainda segundo Silva, os missionários protestantes também vivenciaram perseguições ao longo do regime, inclusive da PIDE nos anos 1950 e 1960. Salazar teria dado uma “liberdade condicionada” aos missionários protestantes,

³⁰¹ SILVA, Giselda Brito. Nacionalizar ou Evangelizar? *Revista Lusitana Sacra*. Lisboa, n. 35, 2017. p.169.

³⁰² SABONETE, Fernando Wilson. **Fernando Wilson Sabonete** (Depoimento, 2018). Recife, 25p.

para suas práticas de evangelização no espaço colonial, que em geral eram denunciadas pela administração colonial e por representantes da Igreja Católica portuguesa que não eram coniventes com os ideais nacionalistas.³⁰³

Outro exemplo, e caso sintomático de combatente foi o de Adolfo Maria. Nacionalista desde os anos 50, foi preso pela PIDE em 1959. Membro do MPLA, Adolfo passou pelo exílio em Argel e no Congo-Brazzaville. Ele dirigiu a rádio Angola Combatente, o Departamento de Informação e Propaganda e fez parte do Centro de Estudos Angolanos, tendo sido próximo de Agostinho Neto. Antes de deixar a província para aderir à luta de libertação em 1962, trabalhou para o periódico *Diário de Angola*, tido enquanto jornal de oposição liberal ao regime e por isso mesmo visto com certa hostilidade pela polícia política.

Já com a chegada do Rádio, em especial a emissora de rádio a *Voz de Angola*, o governo português buscava aproximar-se das populações negras por meio do uso de línguas nativas e da emissão de músicas africanas. No entanto, os movimentos de libertação, em especial o MPLA, também aproveitaram da popularidade da rádio para veicular, no interior de Angola, os seus programas emitidos através de emissoras estrangeiras. Os programas radiofônicos do MPLA, difundidos do estrangeiro, mantiveram nos ativistas em solo angolano a fé e a “mística revolucionária”. O afastamento alimentava os sonhos.³⁰⁴

No que se refere aos meios de comunicação, a PIDE/DGS procurou retardar a saída do jornal para os pontos de venda de modo a impedir a sua aquisição pelos trabalhadores dos subúrbios e submeteu estações de rádio em solo angolano a censura prévia.³⁰⁵

Assim, para a maioria das nações ocidentais, o que ficou na memória coletiva foi que os embates acontecidos na África e em especial na Guerra de Libertação eram decorrentes de influência externa. As etnias eram tratadas como inferiores e não capazes de perceber por conta própria a exploração e expropriação portuguesa. Essa imagem memorialística das disputas políticas no seio angolano entra na dicotomia interna e externa, quando na verdade

³⁰³ SILVA, Giselda Brito. **Op. Cit.** 2017. p.172.

³⁰⁴ BOSSLET, Juliana. Lazer em Luanda. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 52, n. 225, 2017. p.843-844

³⁰⁵ Idem, p.842

ambos os fatores estavam presentes na realidade do confronto armado feito entre colonizadores e colonizados.

Pensando a estruturação dos lugares de memória, segundo o sociólogo Maurice Halbwachs a memória pode ser dividida em dois tipos: a memória individual e a memória coletiva. Halbwachs apresenta e explica que a memória individual é a memória de vivência de cada um diante dos eventos, e a memória coletiva é a memória ancorada nos sentimentos, desejos e costumes em comum. Assim, a memória coletiva está presente não só nas pessoas que vivenciaram um acontecimento, mas também nas pessoas que não vivenciaram, mas descreveram em situações do passado, sentindo como se estivesse vivenciado. De certo modo, a memória coletiva se ampara também como parte da imaginação, assim como o Benedict Anderson identifica a nação como construção coletiva e imaginada por todos.³⁰⁶ Nas palavras de Halbwachs:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros homens estejam presentes, materialmente distinto de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.³⁰⁷ [...] Todavia, quando dizemos que o depoimento de alguém que esteve presente ou participou de certo evento não nos fará recordar nada se não restou em nosso espírito nenhum vestígio do evento passado que tentamos evocar, não pretendemos dizer que a lembrança ou parte dela devesse subsistir em nós da mesma forma, mas somente que, como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum com relação a certos aspectos, permanecemos em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o dele.³⁰⁸

Para entendermos a fonte oral, se faz necessário um estudo metodológico que vise tratar a fonte com seu devido cuidado. Segundo as

³⁰⁶ Aqui, devemos entender a comunidade e a memória como imaginada e não imaginária. Se fosse imaginária, a memória não teria nenhum vínculo com a realidade, mas sim com aquilo que estaria no devir coletivo.

³⁰⁷ HALBWACHS, Maurice. **Op. Cit.** 2008. p.30

³⁰⁸ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015b. p.33

historiadoras Marieta de Moraes e Janaina Amado, a história oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado a constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, segundo as mesmas, produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer relato ordenado da vida e da experiência dos “outros”.

O historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a consequente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais).³⁰⁹

Traçando um elo entre a história oral e a memória, o historiador Antônio Torres Montenegro diz que a memória é um objeto de estudo acessível ao historiador desde que ele compreende e opere a memória não como representação fidedigna no passado. A memória é, em sua construção, formada por lembranças do passado selecionadas e organizadas pelo presente, cuja utilização se dá por meio de intenção tanto pelo emissor da memória quanto pelo receptor que pode ressignificar de sua maneira. O processo de formação de memória se dá pela significação e ressignificação no presente sobre um passado. A ressignificação existe, pois é sempre a partir de um presente que se pensa e se constrói memórias, principalmente quando nos referimos à história com fonte oral.³¹⁰

Retornando ao depoimento de Sabonete, encontramos nele um relato sobre alguns “famigerados” patriotas angolanos. Entre eles destaca-se o Comandante *Monstro Imortal*, membro sobrevivente de uma emboscada da PIDE e hoje sujeito importante da história angolana. Numa operação no Norte de Angola,

³⁰⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Orgs.). Apresentação. In: **Usos e Abusos da História Oral**. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.17

³¹⁰ MONTENEGRO, Antônio Torres. **Op. Cit.** 2016. p.40

[...] fica um grupo na operação, ficou um grupo com ela e outro grupo avança. Nessa operação, quase resta só que veio até a independência, resta quase uma pessoa que é o chamado comandante imortal, ou chamado Monstro. O nome de monstro veio dessa operação “Monstro Imortal”. É Monstro Imortal porque ela sofreu, o batalhão sofreu uma emboscada da PIDE e da tropa que fez o pente fino nessa região, mas não conseguiu apanhar o comandante.³¹¹

O nome original de Monstro Imortal era conhecido de João Jacob e sua história é um exemplo da trama de relações étnico-políticas de Angola. Seu recrutamento se deu às vésperas do dia 15 de Março de 1961. Antes disso, mensageiros da UPA/FNLA entregaram a João Jacob uma catana, para que matasse os seus amigos brancos e mestiços, com quem brincara na escola. A recusa em cumprir esta “missão” significou o seu afastamento da ideologia da UPA/FNLA e mais tarde, conseqüentemente, ele entrou no MPLA.³¹²

Com passagens nas prisões da PIDE, outros membros do MPLA também passaram pelo cerco da polícia. Em outubro de 1969, o militante Juca Valentim, tido como orgulhoso e irreverente em seu comportamento, era um “ativista subversivo de grande envergadura e capacidade realizadora”. Sua prisão representou uma prática comum da PIDE. Nela não foi exibido mandado de prisão, nem informação sobre sua culpabilidade. Ele não foi nem julgado. Porém, o ministro do Ultramar Joaquim Moreira da Silva Cunha, a pedido da PIDE, aplicou a pena de 10 anos de prisão no campo de concentração de Tarrafal, em Cabo Verde, para onde foi enviado e onde foi castigado, por mais de uma vez, com a proibição de recreio, da prática de desporto ou da frequência da biblioteca.³¹³

Fruto da memória coletiva e histórica, nós encontramos outra líder combatente revolucionária que acabou se tornando uma das heroínas nacionais: Deolinda Rodrigues. Ela fazia parte de um batalhão de mulheres que no início dos conflitos lutaram contra Portugal, tendo como bússola o MPLA e sua luta marxista, apesar de inicialmente ter sofrido racismo de dentro da

³¹¹ SABONETE, Fernando Wilson. **Fernando Wilson Sabonete** (Depoimento, 2018). Recife, 25p.

³¹² MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015. p.15

³¹³ Idem, p.34-35

própria igreja ao qual fazia parte. Além disso, sua história é marcada pelo treinamento cubano, pela luta contra a PIDE e pelo FNLA e contra o preconceito por ser mulher.

Segundo Sabonete,

É apanhado a Deolinda Rodrigues [com] mais quatro ou cinco mulheres são apanhadas, os outros mataram parece, são apanhadas e levada para cativo. Não por colonizadores, mas pelo grupo da FNLA. E morrem nas cadeias da FNLA. A Deolinda Rodrigues morreu na mão dos próprios combatentes.³¹⁴

Em uma carta intitulada pela mesma de Testemunho de um militante, Deolinda descreve a PIDE como agente “onisciente e onipresente” do Estado e que os nacionalistas deveriam ser “prudentes”. Endereçado a juventude, o testemunho trazia algumas experiências da polícia nas práticas de espionagem, dentre elas as visitas surpresas as casas dos ditos suspeitos. Essa carta, de 1959, tinha instruções de como agir em caso de abordagem policial, tanto no que se refere a ocultação documental, quanto a comportamento que não denunciasse os planos nacionalistas.³¹⁵

Na memória coletiva nacional, todas essas combatentes fazem parte do grupo de patriotas angolanos marcados pelo tempo pelos seus feitos no passado. Assim, entendemos que:

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Portanto não admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo a de acontecimentos relativamente próximos com as revoluções, as guerras mundiais ou as guerras coloniais, acontecimentos que deixam sequelas e marcas duradouras, tem ressonância em suas preocupações científicas.³¹⁶

³¹⁴ SABONETE, Fernando Wilson. **Fernando Wilson Sabonete** (Depoimento, 2018). Recife, 25p.

³¹⁵ Fundação Mario Soares. Acervo Casa Comum. Cf. “**Testemunho de uma militante**”. 1959. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.006.004> (Acesso em 15/08/2018)

³¹⁶ ROUSSO, Henry. A Memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.17

Esses combatentes e suas formas de resistência surgiram no início da Guerra Colonial como defensores de uma nação que ainda não tinha se formado. Para conseguir a libertação, precisaram entrar numa luta armada com ajuda internacional. O mundo da Guerra Fria chegou à África com a descolonização. Em Angola não foi diferente.

4.2 – Guerra de Libertação: Angola nas organizações internacionais.

Até 1963, o regime salazarista conseguiu manter e reprimir todos os movimentos de libertação. O ano de 1964, contudo, marcou o início de uma virada na Guerra de Libertação com o enfraquecimento de Portugal e o fortalecimento de Angola em várias instâncias. Devido a essa crise do sistema, movimentos nacionalistas de ideologia leninista surgiram em várias partes do mundo e, na África, a profusão desses grupos pôde facilmente ser visualizada. O MPLA foi o representante da III Terceira Internacional Comunista e, seguindo suas diretrizes, tentou emancipar o país e alinhá-lo a Comintern. Como primeiro passo, o MPLA começou a recorrer em solo africano aos outros partidos/movimentos nas outras colônias africanas sob o controle português também de ideologia marxista. A partir de 1964, os grupos revolucionários passaram a solidificar as redes de apoio enquanto Portugal passou a perder seus aliados históricos.³¹⁷

A insurreição nacionalista permanecia largamente confinada a zonas mais remotas e fronteiriças e o apoio soviético à causa do MPLA tinha sido reduzido. Não havia qualquer atividade rebelde em zonas urbanas. Angola tinha uma vasta população pobre lutando pela sobrevivência e que se debatia com grandes adversidades, apesar de seu potencial econômico no setor de produção de petróleo, café e diamantes.³¹⁸ No campo de Batalha, além do estopim em 1961, houve outros conflitos armados e controle político dentro do

³¹⁷ VISENTINI, Paulo Fagundes. **Op. Cit.** 2012. p.37

³¹⁸ WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **Op Cit.** 2016. p.355-356.

território angolano. Um exemplo disso foram os confrontos do enclave de Cabinda, em 1963, e três anos depois, no Leste do país, o MPLA englobava o Moxico e o Cuando Cubango. Dentro de algumas dessas disputas, os simpatizantes e guerrilheiros liderados por Agostinho Neto acabavam tendo que lutar por territórios contra os outros movimentos. Na Guerra de Libertação, em especial, as disputas se davam entre o MPLA e o UPA/FNLA que tinham origens étnicas diferentes, geograficamente falando. A UNITA, por sua vez, entrou nesse conflito de forma mais enfática apenas durante o período de transição na Guerra Civil angolana.³¹⁹

Durante os anos de confronto, os movimentos tiveram ajuda de alguns setores políticos em Portugal. O Partido Comunista Português (PCP) e alguns apoiadores do general Humberto Delgado começaram a pedir que as forças armadas não entrassem em combate. O próprio PCP editou um jornal clandestino panfletário onde pediu pela autodeterminação das colônias e pela paz.³²⁰ Desde os primórdios do salazarismo, o partido comunista tentava ajudar aos insurgentes, mas apenas na crise da década de 1960 eles encontraram espaço para isso. Ao longo da Guerra, a Igreja Católica mudou sua posição. Base de apoio do Estado Novo português na década de 1930, a Igreja usou sua doutrina social para consolidar e expandir a ideologia portuguesa para os territórios africanos. Contudo, houve uma mudança de pensamento com ideias vindas do Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela crítica política humanista ao regime colonialista. No fim da década 1960:

Comunistas, radicais de esquerda e socialistas, independentes e católicos (incluindo sacerdotes), vão aparecer envolvidos na denúncia da Guerra Colonial e na defesa do direito à autodeterminação. E o que era obra de pequenos grupos, acaba por se transformar num grande e poderoso movimento de massas.³²¹

A maioria das técnicas de clandestinidade foi ensinada por organizações portuguesas, principalmente o PCP. Mário Pinto de Andrade era antigo

³¹⁹ MATEUS, Dalila Cabral; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015a. p.200

³²⁰ Idem p.212

³²¹ Idem p.213

membro do Partido Comunista, assim como Agostinho Neto. Eles tinham propensão para adotar o princípio orgânico defendido nos PCs pelo mundo: O centralismo democrático que pregava um movimento de caráter frentista, agrupando pessoas das mais diversas ideias políticas. Com isso, a democracia, o centralismo e a disciplina são pilares do método de trabalho aprovado e que previa a eleição dos organismos dirigentes da base do topo; a submissão da minoria à maioria; a subordinação dos órgãos inferiores aos superiores; a disciplina rigorosa; a direção coletiva; a crítica e autocrítica como métodos de aperfeiçoamento do trabalho e das correções de erros.³²²

Do lado oposto, a maioria da imprensa estava a favor do colonialismo português. Controlados pelo Regime, jornais reproduziam os combates e conflitos nas cidades angolanas como subversivas e oriundas do “*terrorismo internacional*”. Quando um meio de comunicação se insurgia contra o regime e conseqüentemente ao colonialismo português, ele era censurado, podendo chegar a ser fechado em Angola. Portugal, então, tentou evitar que o mundo conhecesse o que se passava na Guerra.

A máquina de repressão nazi-colonialista está já em plena acção com a prisão e morte de centenas de patriotas angolanos e com a deportação de outros. [...] Por outro lado, tentam os colonialistas levantar uma cortina de silêncio e de mentiras sobre o que se passa nas nossas pátrias, pretendendo iludir as cruéis realidades a que estão submetidos os nossos povos.³²³

No plano interno, o MPLA fez chamadas para que angolanos, portugueses e assimilados que fossem contra o “colonialismo tardio”, dando como solução para esse impasse “diplomático” a luta armada. Ela denunciou também as repressões da PIDE enviadas para evitar a organização armada desses movimentos. E isso se deu logo após a data simbólica da revolta armada de Fevereiro de 1961, mostrando que o regime, mesmo com as

³²² MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015b. p.35

³²³ Documento confiscado pela PIDE em 1964. ANTT: Cf. “**Patriotas Angolanos**”. Fevereiro de 1961. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3895991> (Acesso em 16/012018)

pressões internacionais, não estava disposto a ceder a nenhuma recomendação da ONU.³²⁴

No plano externo, em uma carta aberta intitulada “*pedido de independência*”, destinada ao conselho da ONU, o MPLA reivindicou os direitos de Independência negados há décadas por Portugal. Nesse documento, o Movimento informava as condições e a realidade de Angola em relação ao trabalho, realizava um histórico de 500 anos de exploração portuguesa em solo africano e esperava ajuda da ONU para conquistar a independência. Desde o início da Guerra de Libertação nos países africanos, a ONU vem tomando atitudes a favor dos movimentos. Embora como explicado no primeiro capítulo, a ONU desde sua criação esteve sempre sob a grande influência dos EUA.

Hoje em dia quase a África inteira esta independente. As resoluções do Concelhos de segurança dos Estados Unidos a ONU de 14 de Dezembro de 1960 artigo 1514, fas provas dos nossos direitos. Queira o Senhor Presidente não pensar, que não há africano de Raça que possa resolver os problemas da sua terra. Isto é um enganos Senhor Presidente. Se informa na ONU, e nas conférencias Afro-aziática e Pan-Africana dos nossos DELEGADOS e REPRESENTANTES para poder rezolver os assuntos do nosso interesse.³²⁵

Ainda em relatórios ao exterior, o MPLA enviava informações sobre as condições durante a Guerra, em vários aspectos. Em um documento enviado no mês de Março de 1961, o MPLA expunha para o exterior as condições militares, econômicas e políticas de Angola. No aspecto militar, o movimento informava que a PIDE estava atacando com cada vez mais repressão no combate aos revolucionários, armando, muitas vezes, colonos para o combate contra os movimentos de independência, incluindo o UPA/FNLA. Ademais, expunha a necessidade de Portugal nas colônias por serem os sustentáculos econômicos do Império. E no âmbito político, destacam a diminuição do

³²⁴ Documento do MPLA reproduzido pela PIDE em um Memorando para o Estado Maior do Exército. Cf. ANTT: “**Memorando**” Disponível em: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3895991> (Acesso em 09/07/2018)

³²⁵ Documento confiscado pela PIDE em 1964. ANTT: Cf. “**Pedido de Independência**” Disponível em: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3895991> (Acesso em 16/012018)

“prestígio” português quanto às justificativas para manter sob seu domínio as possessões africanas.

No campo internacional o prestígio dos salazaristas desceu à justa dimensão, multiplicando-se os ataques até dos próprios governos os colonialistas e imperialistas. Portugal é acossado em toda a parte. [...] É a subversão total do Inimigo!³²⁶

No entanto, mesmo com as repressões e aparatos de vigilância, um grande problema encontrado pela luta armada era a luta entre os movimentos. Como já apresentado, a PIDE tinha conhecimento dos problemas ideológicos das frentes armadas e, muitas vezes, usou disso para fadigar os revolucionários. Em um comunicado aos angolanos, confiscado pela PIDE, o MPLA informava sobre “falsos patriotas” que estariam tentando enganar a população angolana. O movimento fazia referência a UPA que, segundo o grupo leninista, traria a segregação entre os angolanos e portugueses. Ainda segundo o MPLA, o governo da UPA/FNLA seria um governo racista, criticando também os dirigentes deste segundo movimento.

Mau político manobrando cegamente a arma do racismo, Holden teve a ousadia de, durante o XVI sessão da Assembléia Geral da ONU, defender, perante e grupo afro-asiático, a sua política de genocídio em relação à comunidade mestiça de Angola. É evidente que, não só o grupo afro-asiático não apoiou essa sua política de genocídio, mas ainda a condenou.³²⁷

Ainda no mesmo documento eles reiteram que a luta deveria ser contra o colonialismo, logo, as práticas imperiais de Portugal, que a partir daquele momento passava a menosprezar as sanções e relatórios assinados na ONU, mostrando que no desenrolar dos eventos da Guerra, Portugal insistia em desobedecer às decisões do órgão.

O menosprezo que Portugal vem votando às resoluções na ONU prova que o governo deste país não entende a linguagem

³²⁶ Documento confiscado pela PIDE em 1964. ANTT: Cf. “**Patriotas Angolanos**”. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3895991> (Acesso em 16/012018)

³²⁷ Documento confiscado pela PIDE em 1963. ANTT: Cf. “**COMUNICADO**” Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3895991> (Acesso em 16/012018)

do bom senso nem respeita o Direito. Porém, o Povo Angolano, há muito, se convencer por dura experiência própria, que Portugal não entendia outra linguagem diferente da força.³²⁸

No mesmo comunicado, o MPLA entendia que a luta armada independia de questões raciais ou étnicas. Quem quisesse participar do movimento poderia, mesmo se fosse europeu. Tal acusação se deu pelo fato de a UPA/FNLA entender que a luta armada deveria ser africana e não apoiada por agentes internacionais, entre eles o socialismo soviético.³²⁹ Tal discurso foi característica do MPLA para tentar se sobrepôr e se consolidar como o único e melhor movimento.

Numa edição do boletim do militante do MPLA de 1964, jornal militante do movimento, eles voltaram a denunciar as táticas do regime português no período da Guerra de Libertação frente à opinião pública. O plano salazarista era perpetuar a dominação e não entregar a independência às suas colônias. Nas palavras do boletim, a estratégia de Portugal era “no plano externo o cinismo e no plano interno a Brutalidade”. Portugal corrompia a informação para iludir a opinião pública. Dessa inconsistência de ações, Portugal ignorava as resoluções e tratados internacionais. No entanto, Portugal tinha algo mais em mente com o prolongamento das Guerras.³³⁰ O objetivo de Portugal era ganhar tempo para desestimular os angolanos na luta anti-imperialista.

Desta maneira o objectivo de Portugal de se manter indefinidamente como senhor dos escravos em África passa também a interessar os seus aliados por causa do rendimento das suas minas ou das suas fazendas... E sempre que podem, ajudam Portugal a ganhar tempo.

Atrás de certas decisões de governos africanos como o reconhecimento do “grae”, estão países da OTAN...³³¹

³²⁸ Idem

³²⁹ Idem

³³⁰ Quando se fala de Guerras de Libertação, referimos às Guerras em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Neste documento, ele faz referência a todos os confrontos armados nas possessões armadas na década de 1960.

³³¹ Jornal clandestino de 27 de Junho de 1964, confiscado pela PIDE. ANTT: Cf. “**Boletim do Militante MPLA:** Portugal quer ganhar tempo”. Disponível em: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3895991> (Acesso em 16/012018)

Estes boletins serviam, de um lado, para denunciar as práticas repressivas da ditadura portuguesa na África e do outro, como forma de conscientizar os africanos contra os colonizadores. Panfletos clandestinos como esse foram produzidos em vários idiomas para que as demais nações africanas, recém-independentes dos impérios francês e inglês, pudessem ajudar os revolucionários angolanos como refugio ou base militar.

Além da ONU já apresentada, durante a Guerra Colonial, os movimentos recorreram a OUA (Organização da Unidade Africana) para aumentar o apoio à luta anticolonialista. No início, a UPA/FNLA era o representante de Angola nessa organização “interafricana”. Com a ascensão do marxismo-leninista na África, o MPLA, entretanto, passou a criticar a escolha de um único movimento para ser apoiado pela OUA. Com ajuda da PAIGC (Guiné-Bissau) e consequentemente de Amílcar Cabral, um dos fundadores do movimento guineense e do MPLA nos primórdios do regime, o movimento entrou e passou a ter maior representatividade na organização, assim como a Frelimo (Moçambique) e da PAIGC já tinham em suas nações. Dentro da OUA, o MPLA reivindicou o governo legítimo de Angola após uma possível saída do colonizador, dizendo que não poderia haver um governo dividido entre o MPLA e FNLA. Durante a existência da OUA, os movimentos vigiavam os caminhos traçados pela organização para que ela servisse como instrumento internacional de ajuda contra o colonialismo português, chegando muitas vezes a criticar a burocracia de alguns comitês que mais “sabotavam” a liberdade de ação do que incentivavam atividades emancipadoras.³³²

No boletim, o MPLA também informou sobre outros grupos nas demais possessões lusófonas na África. Nessa relação, durante os anos da Guerra de Libertação, tanto Angola, quanto Moçambique e Guiné-Bissau tinham problemas econômicos. Da mesma forma que esses problemas ajudavam a desestabilizar a balança comercial portuguesa e mostrar a necessidade econômica, eles também atrapalhavam os projetos de nação dos movimentos, pois, saindo o colonizador português, o que teria sobrado do pós-guerra seria a nação africana devastada pelos anos de confronto. Além das lideranças

³³² Idem

revolucionárias nas colônias portuguesas, o MPLA também destacou no boletim a prisão de Nelson Mandela e o papel dele na luta africana contra o imperialismo europeu, considerando todas as prisões na África insurgente como “cínicas”.

Ainda dentro das mudanças do cenário político africano e que estiveram sempre nas variáveis dos confrontos em Angola, houve a independência do Congo-Brazzaville (1960) e formação de um governo provisório no Congo-Leopoldville (1960-1965) que no início foi saudado pelos movimentos revolucionários angolanos, mas no decorrer do tempo, e principalmente após a ascensão de Joseph-Désiré Mobutu,³³³ foi visto com desconfiança e incerteza. Além da OUA e da ONU, na conferência do Cairo em 1964, o MPLA pediu mais uma vez auxílio internacional para que os movimentos nacionalistas de cunho marxista tivessem êxito na luta armada e no embate diplomático.

No Cairo acaba de terminar a II conferência dos Chefes de Estado da OUA. Os trabalhos deste II encontro no mais alto nível dos Países Africanos registraram um ataque aberto contra o neocolonialismo, marcando assim uma nova fase da política do nosso continente.

A conferência ocupou-se entre outras questões importantes dos conflitos de fronteira e do auxílio aos movimentos nacionalistas.³³⁴

Durante a Guerra, de um lado, o destino de muitos angolanos insurgentes e lusitanos foi morrer em combate. Em alguns casos, colonos matavam colonos com justificativas raciais e étnicas. A resistência, no entanto, acontecia também em lugares onde os aparatos repressivos não tinham muito controle: nas matas. Guerrilhas armadas foram formadas nas regiões longe da capital angolana com a finalidade de receber equipamento pelas fronteiras e treinamento militar revolucionário. Em um combate na região da Cabinda, em julho de 1964, os Guerrilheiros angolanos fizeram uma emboscada contra o exercito português. Nesse ataque, soldados portugueses morreram e os

³³³ Joseph-Désiré Mobutu foi um tenente-general que tomou o controle do Congo-Leopoldville em 1965 após rebeliões, mantendo-se presidente até 1997.

³³⁴ Jornal clandestino de 27 de Junho de 1964, confiscado pela PIDE. ANTT: Cf. **“Boletim do Militante do MPLA: A África em Luta”** Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3895991> (Acesso em 16/012018)

membros do movimento de independência conseguiram apreender materiais de Guerra.³³⁵

Mas, também do outro lado, o destino de muitos angolanos, portugueses e residentes insurgentes que apoiavam a descolonização foi o exílio ou a fuga por conta própria para outros países, evitando uma prisão e possível tortura por parte do regime. Isso também se deu de forma inversa com os refugiados do Brasil em Angola e Moçambique. Após o golpe civil-militar em 1964, Portugal solicitou que os membros dos movimentos e opositores do regime fossem enviados de volta ao país. Isso se manteve nas relações brasileiras até a Revolução dos Cravos em 1974, quando o governo brasileiro passou a ver Portugal como possível inimigo devido à influência socialista que havia no movimento das formas armadas, o MFA.³³⁶

Da mesma forma que havia o exílio de “desafetos políticos” de Portugal em outros países no mundo, haviam exilados de regimes ditatoriais dentro das colônias portuguesas. A relação pós-escravidão que existe entre a América e a África portuguesa não é inédita, mas se acentuou mais no final da década de 1960. Pelo alinhamento geopolítico com a URSS, Cuba passou a ser um dos grandes apoiadores dos partidos nacionalistas “lusoafricanos”. Muitos cubanos que já treinavam outras guerrilhas na América Latina passaram a treinar também os movimentos de libertação próximos à sua ideologia. Esse treinamento consistia em táticas e estratégias de combate em áreas afastadas das cidades. Na década de 1970, alguns cubanos foram para Angola continuar o treinamento, no entanto, é difícil dizer ao certo em que ano teriam chegado. Sabemos, portanto, que no período de transição da colônia para nação independente (1974-1977) os cubanos atracaram em Angola para ajudar no processo de descolonização.³³⁷

O MPLA também prestava condolências, em seus jornais e panfletos, às famílias dos membros do movimento. Em alguns casos, após sua prisão, esses membros não voltavam para a sociedade. Morriam pela tortura dentro das

³³⁵ Idem

³³⁶ Durante o regime militar, todos os presidentes foram contra ao colonialismo português, mas não contra o regime salazarista. Ver, DÁVILA, Jerry. **Op. Cit.** 2011.

³³⁷ MAXWELL, Kenneth. **Op. Cit.** 2006. p.214.

prisões que mais pareciam campos de concentração, principalmente após eclodir a guerra colonial na década de 1960. Nunca é o bastante lembrar que o salazarismo teve aspirações fascistas e práticas repressivas nazistas, a repressão sempre foi constante.³³⁸

O ex-ministro de Angola e escritor Pepetela nos apresenta um romance memorialístico de momentos vividos pelo autor. O livro *Mayombe* é também um documento, pois é fruto de um trabalho de organização da memória seletiva e representação do passado aos olhos do presente. Iniciemos com uma passagem do livro sobre os trabalhadores de algodão.

— Camarada Comandante, o camarada Verdade acha que devíamos apanhar os trabalhadores da exploração e fuzilá-los, porque trabalham para os colonialistas. Diz que é isso o que se decidiu fazer.

O Comandante sentou-se e meteu a colher na tampa da gamela, sem responder. O Comissário encostou-se a uma árvore, comendo, observando o grupo.

— Deixa lá, pá! – disse Muatiânvua. – Esses trabalhadores são cabindas, é por isso que te chateias. Mas são mesmo traidores, nem que fossem lundas ou kimbundos...

— Como é? – disse Lutamos, nervoso. – E os trabalhadores da Diamang? E os da Cotonang? São traidores? Têm de trabalhar para o colonialista...

— São, sim, pá – disse Muatiânvua. – Depois de tanto tempo de guerra, quem não está do nosso lado é contra nós. Estes aqui estão mesmo perto do Congo. Talvez mesmo que ouvem a nossa rádio. Veem que há exploração. Então porque não se juntam a nós? Deixa! É só varrer, pá!³³⁹

Na passagem supracitada, o romance histórico destaca a revolta dos dirigentes locais a respeito da passividade dos trabalhadores. Essa passividade seria decorrente de uma falta de consciência de classe por parte dos camponeses que não reclamavam das condições extenuantes do setor agrícola angolano. Um exemplo disso é a presença da mesma companhia que explorava os africanos desde o início da Guerra de Libertação. O início da revolta se deu justamente por trabalhadores dessa companhia, que não

³³⁸ Jornal clandestino de 27 de Junho de 1964, confiscado pela PIDE. “**Boletim do Militante do MPLA: Noticiário**” Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3895991> (Acesso em 16/012018)

³³⁹ PEPETELA. **Mayombe**. São Paulo: LeYa, 2013. p.59

aguentavam o excesso de trabalho e percebiam que tais práticas continuavam a se repetir na década seguinte.

Na região de Cabinda, a situação não era boa para o MPLA, em 1970, devido a três fatores: a hostilidade das populações, a presença de voluntários da região nas tropas coloniais e o reduzido moral dos guerrilheiros. Houve, também, a morte de vários comandantes do movimento, como a do chefe militar José Mendes de Carvalho, morte tida como estranha pela PIDE pelo fato de o tiro ter sido dado nas costas do dirigente, suspeitando-se assim de traição.³⁴⁰

Na imagem a seguir, encontramos uma tropa do interior de Angola, marchando em direção ao comando, em 1964. Esta imagem se encontra no acervo online do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Fonte: 2014. ANTT: Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3896214> (Acesso em 16/01/2018)

Na imagem acima, vemos uma foto tirada pelos guerrilheiros durante um recrutamento. Esta imagem encontra no arquivo da PIDE e nela não consta a

³⁴⁰ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015b. p.41

data. Entretanto, muitos angolanos não se deram e muitos não quiseram se dar conta dos problemas da nação. Embora falemos da conscientização de pensadores, não podemos esquecer-nos dos dirigentes dos movimentos que tiveram educação e contato com literatura revolucionária.

Para os militantes e simpatizantes do MPLA, sempre que fosse necessário, a população deveria pegar em armas contra o colonizador ou contra seus adversários. Todo treinamento do MPLA deveria ser no combate de guerra. Em momentos de guerra, o estudo apenas deveria ser secundário, existente apenas para os dirigentes, lembrando que foram eles os formadores dos grandes movimentos ao ir estudar na metrópole e se imbuir das ideologias libertárias. Só após a libertação deveria haver uma educação em massa.

— E quem vai ser oficial, então? Esses que se formam no exército tuga, sem formação política, que um dia tentarão dar um golpe de Estado? É isso que queres? Que depois da independência haja golpes de Estado todos os anos, como nos outros países africanos? Precisamos de ter um exército bem politizado, com quadros saídos da luta de libertação. Como vamos fazer, se os guerrilheiros não querem estudar para serem quadros?

— Camarada Mundo Novo, há muitos que estudam. Não é um que não quer estudar que vai estragar tudo. Eu nasci na mata, gosto é de caçar, de andar de um lado para o outro, fazer a guerra. Mas não gosto nada [de] estudar. Já aguentei, aprendi a ler e a escrever. Sei mesmo fazer contas de multiplicar! Para mim já chega. O Comissário mobilizou-me, o ano passado estudei mesmo. Mas agora já chega, o Comissário já não consegue mobilizar-me mais. E o que disse é verdade, tem razão. Mas as milícias populares vão impedir os golpes de Estado, o povo em armas...³⁴¹

Durante os anos de combate nas trevas,³⁴² o MPLA reforçou dentro de sua ideologia a influência leninista presente desde a formação da frente de libertação. Os preceitos foram corroborados pelos dirigentes, membros mais antigos e leitores da literatura marxista. O ideário revolucionário havia se tornado a porta para a libertação. O culto pela igualdade entre as elites e o povo abasteceram o movimento durante muitos anos.

³⁴¹ PEPETELA. **Op. Cit.** 2013. p.59

³⁴² Referência ao título do livro de Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, onde o autor conta a história dos movimentos revolucionários durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Ao utilizarmos a literatura como fonte, devemos entendê-la não apenas como reprodução do real, mas pela representação trazida por ela de um real. Assim como documentos policiais carregados de sentido, a literatura também usa de instrumentos típicos do seu gênero textual. Por essa razão, as discussões sobre o real e sua representação trazidas pelo filósofo Michel Foucault são importantes para não compreendermos as nossas fontes, entre elas a fonte literária, como a história real. Segundo Foucault, a descrição do real não é o real e sim sua representação pelos mecanismos encontrados pelo autor.³⁴³ Dessa forma, a literatura nos ajudará a entender um real, mas não nos fará chegar nunca a ele.

Confrontando com os relatos das vivências de Sabonete apresentado anteriormente neste capítulo, nos deparamos em sua descrição com a forma pela qual se recrutava nas guerras. As rusgas eram batidas policiais que procuravam nos jovens mais aptos, futuros soldados de guerra. Assim, se o movimento entendesse que seria necessário um maior efetivo, seriam recrutados estudantes que estivessem saindo das escolas.

O processo de recrutamento não era como está escrito, depois de 18 anos você se apresenta. Eles tinham um processo de recrutamento muito ruim, de capturar jovens que tinha corpo, não é que tinha idade, que tinha corpo físico para segurar arma. Eu considero hoje como sequestro. Sequestravam os meninos e ficavam na escola, nos portões das escolas, quem saísse, verificava mais ou menos o corpo “esse dá para levar a arma”. Colocava já no caminho militar. Sem despedir, sem dar o recado para as mães, os pais ou para as famílias. Muita gente foi assim e morreu lá. Então eu não queria passar essa vergonha, para mim era vergonha. Não queria ser levado a força. Eu queria ir como meu irmão foi e se apresentou. Só que meu irmão se apresentou com a idade de vinte. Eu não. O comandante, o chefe do recrutamento, como me conhecia e conhecia meu irmão, normalmente, se encontrar um chefe bom e que te conhece bem, não vai porque você já tem um irmão na tropa. Eles podem até passar o documento. Mas nesse momento, nesse período, poderia ir. Ai eu cheguei lá e disse “vim me apresentar”. Ele disse que não, não podia porque meu

³⁴³ Talvez a melhor que Foucault trabalha essas premissas seja a obra *Isto não é o cachimbo*. No estudo feito por ele, o quadro de Magritte se tornou o objeto de análise onde o Cachimbo representado no quadro nada mais é do que uma representação pictórica e sua imagem e legenda nada tem a ver com um real cachimbo. Ver, FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. 7^o ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

irmão já estava lá. Não, mas eu disse que não me deram documento, na rua podem me apanhar. Chama-se rusga.³⁴⁴

Tal comportamento, descrito pelo entrevistado como sequestro, também é retratado, contudo, de forma mais suave, por Pepetela. Para o escritor, o comportamento era sinônimo de patriotismo, para o entrevistado, de rapto violento, não dando escolha às pessoas envolvidas. Voltemos nossa análise para a obra de Pepetela.

Como se fosse possível fazer-se uma Revolução só com homens interesseiros, egoístas! Eu não sou egoísta, o marxismo-leninismo mostrou-me que o homem como indivíduo não é nada, só as massas constroem a História. Se fosse egoísta, agora estaria na Europa, como tantos outros, trabalhando e ganhando bem. Porque vim lutar? Porque sou desinteressado. Os operários e os camponeses são desinteressados, são a vanguarda do povo, vanguarda para, que não transporta com ela o pecado original da burguesia de que os intelectuais só muito dificilmente se podem libertar. Eu libertei-me, graças ao marxismo.³⁴⁵

No entanto, mesmo com as aspirações marxistas nos altos cargos da organização, muitos divergiam quanto ao momento de instauração de um governo sob o emblema do MPLA. Os membros recém-chegados e de baixa patente na hierarquia militar do movimento questionavam até que ponto a hegemonia poderia vir pela bandeira leninista. Isso demonstra como o movimento, entendido pela PIDE e pelo regime como homogêneo, também tinha divergências internas no que se refere aos planos do pós-guerra de libertação.

[...] Um só homem excepcional poderá mudar tudo? Então tudo repousará nele e cair-se-á no culto da personalidade, no endeusamento, que entra dentro da tradição dos povos subdesenvolvidos, religiosos tradicionalmente. O problema é esse. É que, nos nossos países, tudo repousa num núcleo restrito, porque há falta de quadros, por vezes num só homem. Como contestar no interior dum grupo restrito? Porque é demagogia dizer que o proletariado tomará o poder. Quem

³⁴⁴ SABONETE, Fernando Wilson. **Fernando Wilson Sabonete** (Depoimento, 2018). Recife, 25p.

³⁴⁵ PEPETELA. **Op. Cit.** 2013. p.59

toma o poder é um pequeno grupo de homens, na melhor das hipóteses, representando o proletariado ou querendo representá-lo. A mentira começa quando se diz que o proletariado tomou o poder. Para fazer parte da equipa dirigente, é preciso ter uma razoável formação política e cultural. O operário que a isso acede passou muitos anos ou na organização ou estudando. Deixa de ser proletário, é um intelectual. Mas nós todos temos medo de chamar as coisas pelos seus nomes e, sobretudo, esse nome de intelectual. Tu, Comissário, és um camponês? Porque o teu pai foi camponês, tu és camponês? Estudaste um pouco, leste muito, há anos que fazes um trabalho político, és um camponês? Não, és um intelectual. Negá-lo é demagogia, é populismo.³⁴⁶

Dentro dos quadros do movimento leninista proliferavam os grupos das mais variadas tendências: soviéticos, maoístas, terceiro-mundistas, socialdemocratas e nacionalistas. Isto porque o MPLA era um movimento e não uma frente. A distinção elencada pelo MPLA era de que não se poderia chamar de frente pelo motivo de haver justamente posições dissonantes dentro de um mesmo grupo. Se de um lado isso cria ambientes de debate, do outro também se cria espaços de discordância.³⁴⁷

Com isso, o MPLA passou por uma crise de comando e orientação ideológica. As dissidências, que teriam suas longínquas causas em contradições étnico-políticas, agravaram-se pelo fracasso da sua manobra de expansão para Leste e pela incapacidade de reabastecer e reativar algumas regiões militares em Angola. Essa crise caracterizou-se pela existência de duas “facções”: uma apoiada pelas etnias do Leste e Centro, os bundus, apoiadores de Daniel Chipenda; e a outra, apoiada pelos elementos do Norte, os cabindas, que se filiam ao pensamento euro-africano do movimento, apoiadores de Agostinho Neto. Devido à debandada militar e da debilidade do MPLA no início da década de 1970, essa fragmentação fez com que o movimento recorresse ao apoio chinês na tentativa de construir um Movimento de Reajustamento, que no final das contas foi marcado por práticas antidemocráticas.³⁴⁸

³⁴⁶ Idem, p.112

³⁴⁷ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015b. p.66

³⁴⁸ Idem, p.34

Além dos problemas de ordem interna e da repressão cada vez mais presente, mesmo com o declínio do regime após a morte de Salazar, temos os conflitos político das etnias. A divisão territorial da África contemporânea e em especial de Angola foi feita nas conferências de Berlim e Bruxelas no século XIX. Na maioria dos casos, as fronteiras geopolíticas não representavam as divisões culturais da África. O MPLA e UPA/FNLA não ficaram de fora, como representa na literatura.

— Vocês julgam que vêm aqui fazer como na UPA? – disse Milagre. – O vosso partido é a UPA, o partido dos kikongos. Vieram aqui sabotar, estão a trabalhar para o imperialismo. [...]
 — Camarada professor, quando se entra em discussão tribal, o melhor é deixar, não se meter no meio. [...]
 — E eu sou da UPA, lá porque sou kikongo? Que culpa tenho eu que a UPA faça isso? [...]
 — Nós também temos armas! Estão só para aí a ameaçar... O MPLA é vosso? O MPLA não é só dos kimbundos, é de todos.³⁴⁹

Ser de uma etnia representava poder ou não, ser de um movimento. Embora em seus tratados constassem que qualquer um que se identificasse na causa da luta socialista, o movimento tinha uma maioria étnica. Da mesma forma era o UPA/FNLA e a UNITA. Eles tinham a suspeita de que o UPA/FNLA, seu principal rival, fazia denúncias aos policiais da PIDE no que tange aos planos revolucionários e esconderijos militares, a fim de destruir o MPLA e permanecer como principal frente emancipadora. A colaboração era feita de forma indireta e ajudou durante uma década o regime na repressão às insurgências.

Lá em Quibaxe, eu já era homem e casado, quando começou a guerra. Camponês sem terra, trabalhava na roça dum colono. Entrei na guerra, sabendo que tudo o que fizesse para acabar com a exploração era correto. E tudo fiz. Mas não foi tão rápido como se imaginava. Os traidores impediram a luta de crescer. Traidores de todos os lados. É mentira dizer que são os kikongos ou os kimbundos ou os umbandos ou os mulatos que são os traidores. Eu vi-os de todas as línguas e cores. Eu vi os nossos próprios patrícios que tinham roças quererem

³⁴⁹ Idem, p.98-99

aproveitar para aumentar as raças. E alguns colaboraram com a Pide.³⁵⁰

Assim, a obra de Pepetela nos ajuda a pensar aspectos da Guerra pela representação literária. Podemos afirmar que o livro “*Mayombe*” apresenta um momento histórico revolucionário de Angola ao narrar as entranhas da violenta luta de libertação e ao mesmo tempo o cotidiano que foge do campo de batalha. Esse viés é respaldado não só pelo esforço de Pepetela em apresentar uma dada realidade que testemunhou, como também na estruturação da voz narrativa que se utiliza de uma espécie de discurso testemunhal, presente nos narradores em primeira pessoa, salientando a importância do testemunho na elaboração do romance. Contado pelo prisma dos homens que lutavam por uma Angola independente, o romance nos mostra um dia-a-dia não generalizante e linear. A formação da nação angolana se deu a ferro e fogo.

4.3 – Guerra de Libertação: Entre a Guerra Fria e a África livre

O Século XX, conhecido como a Era dos Extremos, teve vários altos e baixos: política, social e economicamente. O pós-segunda Guerra Mundial foi marcado por 30 anos de glória com aumento do mercado capitalista e um ciclo virtuoso de bem-estar social na Europa proveniente do modelo Keynesiano, em que os ventos “progressistas” passaram a influenciar regiões mais pobres do mundo, incluindo a África. No entanto, esse ciclo se encerrou com o início da década de 1970, fazendo a África sentir as mudanças no clima global. Não foi por determinismo econômico que se deram as revoluções em Portugal e na África, mas no contexto internacional, é importante salientar que tais fatores

³⁵⁰ Idem, p.185

também tiveram um grau de importância no cenário africano, em especial em Angola.³⁵¹

Apesar de a conjuntura internacional dar mais condições para isso, no início da década, Portugal, em matéria de descolonização, manteve-se irredutível. Após a morte de Salazar, Marcelo Caetano, braço direito do ditador, assumiu o posto de chefe do conselho e tentou preservar aquilo que Salazar tinha começado na década de 1930. Caetano fez algumas concessões a fim de diminuir os problemas nas colônias e na própria Metrópole, o que não surtiu muito efeito. Devido aos problemas das guerras na colônia, ano após ano, Portugal passou a perder seu império ultramarino.

No âmbito europeu, a Revolução dos Cravos desestabilizou qualquer tentativa de administração portuguesa. Esse fato não apenas provocou uma mudança completa do regime salazarista, também ofereceu a oportunidade dos movimentos nacionalistas de reivindicar a independência de seus territórios. E foi o que aconteceu. Ainda em 1974, o MFA (Movimento das Forças Armadas), responsável pela revolução portuguesa, chamou representantes dos movimentos que estavam em conflito para, juntamente a Portugal, formar um governo de transição. Contudo, por terem orientações diferentes, tentaram embargar qualquer negociação ou presença dos outros movimentos nesse governo provisório.³⁵²

No cenário interafricano, a Organização de Unidade Africana (OUA), que já havia reconhecido tanto a FNLA como o MPLA como os porta-vozes nacionalistas legítimos de Angola, estendia agora o seu reconhecimento à UNITA. No início de Janeiro de 75, os três dirigentes nacionalistas, Roberto, Neto e Savimbi se encontraram em Mombaça. Concordaram num reconhecimento mútuo e na célere abertura de negociações sobre a independência de Angola com o Governo português. Durante o período transitório, o país seria administrado por um governo de coligação composto pelos três grupos nacionalistas e os portugueses. A administração transitória seria presidida por um colégio de três presidentes, cada um representando um

³⁵¹ Ver, HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: o Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

³⁵² VISENTINI, Paulo Fagundes. **Op Cit**. 2012. p.55

movimento. Um alto-comissário de Lisboa deveria controlar a defesa e a segurança e “arbitrar as diferenças”.³⁵³

No entanto, devido a divergências de transição, os três principais movimentos entraram numa briga para decidir como seria o novo governo após a saída dos europeus. O FNLA, com ajuda da CIA, começou um combate no Norte. Tropas do Zaire, mercenários brancos e apoio militar chinês ajudaram na marcha até Luanda, onde o MPLA controlava. Com instrutores cubanos, o MPLA conseguiu destruir o movimento de Holden Roberto e as pretensões do antigo Zaire de ter influência em Angola.³⁵⁴

Enquanto a FNLA era derrotada no norte, no sul, a UNITA e o exército sul-africano desencadearam uma ofensiva relâmpago contra o MPLA, que solicitou ajuda cubana. Iniciou-se então uma ponte aérea entre Havana e Luanda, com o envio de armas e vinte mil soldados. No centro do país as tropas cubanas (a maioria descendente de ex-escravos) e do MPLA derrotaram o exército sul-africano, um dos melhores do mundo. Assim, o movimento liderado por Agostinho Neto governaria sozinho o país, declarando uma República Popular de inspiração marxista-leninista. Contudo, enfrentava a guerrilha étnica da UNITA no sul, liderada por Jonas Savimbi, com apoio de Pretória e Washington. A África do Sul ocupou uma faixa do sul de Angola para defender seus aliados, desestabilizar o governo do MPLA e impedir a infiltração dos guerrilheiros da Organização Popular do Sudoeste Africano (Swapo) – apoiados por Luanda – na Namíbia. Os cubanos permaneciam um pouco ao norte dos sul-africanos, para defender o centro do país das constantes ofensivas da UNITA e da África do Sul.³⁵⁵

No Diário de Luanda, no dia 25 de Junho de 1974, encontramos um registro de um confronto onde estão envolvidos o MPLA e a PIDE/DGS em um incidente na região de Cabinda. Numa emboscada, os guerrilheiros enfrentaram a polícia política no mesmo momento em que a FNLA fortificava a aliança com a China. Ainda nesta edição do Diário de Luanda, o jornal relata

³⁵³ MAXWELL, Kenneth. **Op. Cit.** 2006. p.214.

³⁵⁴ VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevics. **Op Cit.** 2014. p.136.

³⁵⁵ Idem

que houve um crescimento da UNITA do final de 1973 e que seria necessária a união com os demais movimentos para construir a nação angolana após a Saída de Portugal, embora houvesse lutas armadas às vésperas da independência.

Como se observa em muitos círculos políticos de Luanda, é ainda particularmente difícil conhecer exactamente qual dos movimentos mobiliza maiores influências junto das grandes massas populacionais angolanos.

No norte, A FNLA procura dominar, pertecendo-lhe as ofensivas... o MPLA está ali apenas activo na zona de Cabinda, sendo, no entanto, a maior força ideológica, com influência incontestável junto dos meios mais evoluídos, principalmente na capital do Estado.³⁵⁶

Por causa da presença norte-americana nas negociações, os países ocidentais, que não concordavam com o “colonialismo tardio” passaram a reconhecer a soberania das nações africanas, mas creditando aos países ocidentais a tutela da transição.

Durante os últimos anos da Guerra de Libertação e no início da Guerra Civil Angolana, os movimentos sofreram maior interferência dos Estados Unidos da América. Se até a década de 1960, as interferências diretas tinham sido dirigidas a Portugal, em meados da década 1970 os países dos blocos capitalista e socialista passaram a atuar na África, agora em processo de descolonização.

A posição de hostilidade dos EUA se iniciou com o presidente Kennedy que por recusas feitas, no início, por Portugal, para ceder as ilhas de açores para uso americano, passou a ver Portugal não mais como aliado. Contudo, por causa da luta contra o comunismo, Portugal mudou sua estratégia internacional, aceitando a relação com os Estados Unidos. A OTAN alinhou Portugal ao sistema ocidental, sendo considerado o mais importante momento da introdução de novas tecnologias no pós-grande guerra. Pode-se dizer que a OTAN alterou a prioridade das vertentes da política de defesa portuguesa.

³⁵⁶ Fundação Mario Soares, Acervo Casa Comum. Cf. “**Jornal Diário de Notícias de Angola**”. 27/06/1974. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04337.002.029> (Acesso em 10/07/2018)

Antes dela, a prioridade ia para a defesa do regime e do espaço continental; depois dela, a prioridade passou a ser a defesa do espaço atlântico e a participação, dentro de uma lógica multilateral naval, na defesa da Europa. Sob a presidência de Richard Nixon (1969-1974), o historiador Hobsbawn, em seu livro *Era dos Extremos*, demonstra um exemplo dessa aceitabilidade portuguesa à política americana.

[...] Quando Israel, duramente pressionado com poucos aviões e munição, apelou aos EUA para mandar suprimentos depressa, os aliados europeus, com a única exceção do último bastião do fascismo pré-guerra, Portugal, se recusaram até mesmo a permitir o uso das bases aéreas americanas em seu território para esse fim. (Os suprimentos chegaram a Israel via Açores)³⁵⁷

Essa geração, chamada de “geração OTAN”, acabou se apresentando como internacionalista, acima da política, inspirada meramente por razões de eficácia e competência. A sua ideologia é o desenvolvimento material e o progresso técnico, mostrando-se cautelosamente crítica ao Estado Novo Português. Quase todos da OTAN aceitavam a ideia de que uma democracia pode ser eficaz e que ela não era sinônimo de anarquia, assim como a propaganda do Estado Novo defendia.³⁵⁸

Portugal, país econômica e politicamente subdesenvolvido, agarrou-se desesperadamente a um velho sonho do passado: conservar um império colonial solidamente amarrado à metrópole, preconizando uma política dita como “bem-intencionada” de assimilação e integração social. A retórica de igualdade mascarava uma condescendência paternalista perante os africanos. Inicialmente, todos deveriam se converter ao catolicismo assim numa cruzada moderna, mas pelas pressões internacionais, as culturas dos africanos foram “toleradas”, sem negar uma necessidade de uma autoridade forte que administrasse todo o território e que guiasse os colonizados, conduzindo-os, na medida do possível, à civilização.³⁵⁹

³⁵⁷ HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**: o Breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p.242

³⁵⁸ TELO, António José. **Op. Cit.** p. 960

³⁵⁹ VIEIRA, Patrícia L. **Op. Cit.** 2010. **p.138**

Apesar da escalada no tom das deliberações da Comissão de Descolonização, da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, o governo português continuava inabalável. Em 1965, Portugal reagiu às medidas dos órgãos internacionais, endurecendo a sua posição e entendendo que os quatro anos de luta na África demonstravam que “a defesa militar” seria o único meio de chegar à solução política que no fundo seria a ordem nos territórios e o progresso pacífico das populações antes do início da guerra. Após a substituição de Salazar por Marcello Caetano, em Setembro de 1968, a Assembleia Geral moderou logo a sua ação na perspectiva de facilitar e encorajar uma mudança na política colonial portuguesa. No entanto, a sua permanente recusa em reconhecer o direito fundamental dessas populações à autodeterminação e independência, conforme os princípios da Carta das Nações Unidas continuavam a ser o obstáculo mais sério à paz na África portuguesa e envenenavam a grave situação existente nessa região. Em Outubro de 1969, foram realizadas as eleições para a Assembleia Nacional portuguesa, que, em Dezembro, por unanimidade, permitiu que Marcello Caetano prosseguisse a política nacional de manutenção e defesa da unidade e integridade de todos os territórios portugueses. Diante das negativas e falta de apoio, podemos resumir os últimos anos do Estado Novo dizendo que:

Os discursos de Salazar passarão a versar predominantemente os problemas ultramarinos e afirmará a célebre posição já referida de “orgulhosamente sós”, que constituiu o chavão da última fase do seu consulado.³⁶⁰

Na década de 1970, Alguns países europeus contestavam a participação de Portugal na OTAN, pois as forças armadas portuguesas utilizavam armamento da Aliança Atlântica. Em numerosos organismos internacionais, os representantes do governo foram expulsos e substituídos por representantes dos movimentos de libertação nacional. Países africanos e asiáticos cortaram relações com Portugal. Países do chamado “terceiro mundo”, países governados por comunistas e mesmo países europeus ajudavam materialmente os movimentos de libertação e condenavam firmemente o

³⁶⁰ TORGAL, Luís Reis. **Op. Cit.** 2001. p.402.

governo de Lisboa. Até o Papa Paulo VI recebeu em uma audiência, no Vaticano, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, dirigentes do MPLA, do PAIGC e da FRELIMO, respectivamente.³⁶¹ Segundo o historiador e cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira,

A CIA, que desde 1963-1964 sustentara com armas e dinheiro, juntamente com a China, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), dirigida por Holden Roberto, passou a apoiar a União pela Independência Total de Angola (UNITA), chefiada por Jonas Savimbi, fomentando a guerra civil, com o objetivo de impedir que o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), de forte tendência nacionalista, liderado por Antônio Agostinho Neto, se consolidasse no poder. “Em Angola, eles estiveram insuflando a guerra”, disse o general Ernesto Geisel, então presidente do Brasil (1974-1979), referindo-se aos Estados Unidos. E acrescentou: “Falam tanto em paz mas insuflam a guerra. O que é UNITA? É uma tribo de Angola que faz a guerra contra o governo angolano, apoiada com armas, com dinheiro, com técnicas, com tudo, pelos americanos”.³⁶²

Ainda segundo Moniz Bandeira, a URSS chegou a desconfiar do MPLA nesse período de transição da colônia para nação independente, sobretudo a reconhecimento do governo de Agostinho Neto pelo Brasil em plena ditadura civil-militar. O presidente norte-americano Gerard Ford também viu com estranheza o reconhecimento rápido do Brasil pela soberania angolana. Para ele e seu *Staff*, o MPLA era um instrumento de expansão geopolítica da União Soviética.³⁶³

Em 1976, o secretário de Estado Henry Kissinger chamou o país angolano de uma das “frentes decisivas” do expansionismo soviético no Terceiro Mundo. Segundo o historiador Kenneth Maxwell, a percepção do fracasso americano em Angola alimentou o rearmamento dos anos de Reagan, encorajou os Estados Unidos a dar apoio clandestino aos rebeldes muçulmanos anti-soviéticos no Afeganistão e, finalmente, criou a pressão

³⁶¹ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2014. p.198

³⁶² BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **Formação do Império Americano:** da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.363

³⁶³ Idem, p.364

suficiente sobre a URSS para que, em menos de duas décadas, a própria União Soviética acabasse por implodir.³⁶⁴

Após as revoluções em Lisboa e em Luanda, Angola se tornou independente e, com isso, adquiriu o direito de se autodeterminar como nação. No entanto, a transição não foi tão calma como se planejava que seria. Por causa das discordâncias entre os movimentos às vésperas da revolução, o país estava ainda em Guerra. No início da Guerra Colonial em Angola, encontramos a China com contato direto com o MPLA, antes de ser criada a UNITA. Em uma visita de Agostinho Neto, a China declarou apoio à causa e o parabenizou pela vanguarda do movimento.³⁶⁵ Contudo, essa relação veio a esfriar no início da década de 1970 pelo surgimento da UNITA e depois pela Guerra Civil que foi travada entre esses dois movimentos. Além disso, do lado oriental, podemos considerar que a China também mudou seu comportamento geopolítico com as reformas pós-Mao Tsé Tung, o que explicaria os seus parceiros na África. Isso permaneceu até o início século XXI. Saindo de uma Guerra de Libertação, Angola entrou numa Guerra Civil, disputada especialmente pelo MPLA, grupo vencedor no governo de transição e a UNITA, apoiado principalmente pela África do Sul.

No congresso dos Partidos Comunistas, em 1976, o MPLA denunciava a agressão armada da África do Sul ao seu país, base da UNITA; lamenta que um país comunista tenha se aliado ao imperialismo contra o seu povo, fazendo uma alusão ao apoio da China ao FNLA; e afirma que o principal objetivo diplomático do seu país é a cooperação com todos os povos do mundo, no respeito pela soberania nacional, pela integridade territorial e pelas vantagens.³⁶⁶

Imersa na Guerra Fria (1945-1991), Angola teve que enfrentar diretamente as inspirações políticas dos movimentos de libertação. Diferentemente do que se pensava, a paz não reinou. Mesmo com a morte de

³⁶⁴ MAXWELL, Kenneth. **Op. Cit.** p.229

³⁶⁵ Jornal clandestino do MPLA confiscado pela PIDE/DGS. ANTT: Cf. "**Boletim do Militante do MPLA: O MPLA na China Popular**" Disponível em: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3895991> (Acesso em 16/012018)

³⁶⁶ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Op. Cit.** 2015. p.62

Agostinho Neto, em 1979, o MPLA continuou sendo apoiado pelos cubanos e também por peritos soviéticos. Mais uma vez, a África se tornou palco dos conflitos internacionais.

O século XX teve como característica não só as guerras, mas também revoluções e desmembramentos de impérios. As revoluções ou as lutas de libertações dos Estados tinham implicações para a situação internacional, particularmente durante a Guerra Fria.³⁶⁷

Partindo de um mundo destruído, Angola saiu de uma tragédia para entrar em outra. De uma guerra contra os colonizadores seculares, entrou numa “segunda guerra pela libertação”. O fim da Guerra não veio de forma imediata. Apenas em 2002 (41 anos após o início da Guerra contra Portugal) foi que Angola pôde independentemente ter um momento de paz. Com problemas estruturais, econômicos e sociais, sem a preocupação do controle português, mas com um regime não muito aberto, as disputas étnicas poderão um dia retornar. Angola entrou numa nova fase histórica. Esse processo histórico não será para a eternidade. Contudo, não se pode negar que a luta pela libertação representou muito mais do que a luta étnica. Ela representou a liberdade de um povo frente a colonialismo tardio europeu.

³⁶⁷ Ver HOBBSAWN, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho e é importante fazermos algumas considerações que foram construídas ao longo da pesquisa, somadas a algumas considerações que já existem na historiografia da África e de Portugal. Esta dissertação teve como objetivo estudar como se deu a formação dos movimentos de libertação, sua relação com a polícia política salazarista e suas relações entre si.

Para tentar apresentar um quadro dos conflitos e do contexto em que estes grupos estavam inseridos, utilizamo-nos de informações de autores brasileiros, angolanos, moçambicanos e portugueses que indicavam aspectos e acontecimentos auxiliares da história da África no século XX. Para mostrar os patriotas angolanos, focamos na documentação da Polícia internacional de defesa do Estado encontrada no acervo online da Torre do Tombo em Lisboa, capital de Portugal.

Nossos estudos nos mostraram que os confrontos existentes entre os movimentos foram motivados por ideologias e mentalidades que buscavam em seus ideais emancipar Angola e transformá-la em uma nação. O MPLA entendia a via do leninismo como saída menos danosa para os 500 anos de colonização portuguesa, enquanto o FNLA e UNITA achavam que a melhor forma seria pela integração da África e que qualquer traço europeu nesse processo significaria ainda uma subserviência aos modelos estrangeiros. Esse foi o grande debate do ponto de vista intelectual e bélico.

Esta pesquisa visa contribuir para os estudos da África no século, em especial aqui, para o período que vai de 1933 a 1977, sem descartar as ondas internacionais traçadas pela Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, como o debate ocidente *versus* oriente. Porém, é preciso ir além. A memória dos nacionalistas e dos simpatizantes, assim como a memória dos traumas da guerra e da polícia, não pode terminar com esta dissertação.

Um exemplo disso é o acervo da Fundação Mario Soares, acervo este também consultado para essa dissertação, mas sem o foco devido como o

dado no material consultado na Torre do Tombo. Neste arquivo online, encontra-se uma farta documentação acerca dos patriotas angolanos, da polícia política portuguesa, do Estado Novo, de jornais e periódicos, e também de arquivos pessoais que dia após dia são atualizados. Também temos que fazer menção a outro acervo online chamada de Memórias da África e do Oriente, onde nessa pesquisa foi vista a utilização de alguns cadernos coloniais. Além disso, neste último arquivo, podemos encontrar outros documentos produzidos por Portugal como os Boletins Gerais da Colônia, cuja finalidade era similar aos cadernos coloniais, embora tenham sido produzidos para espaços diferentes. Todos esses arquivos nos dão um acervo inestimável e infindável de possibilidades, ao mesmo tempo em que nos permite estudar uma história tida como internacional por se basear em documentos de outros continentes.

Um dos objetivos desta pesquisa é mostrar a África, aqui representada por Angola, como região não isolada de aspectos internacionais, pois costumava-se, na história do continente pensar suas visões de mundo baseados em questões de cunho estritamente local, quando, desde o século XIX, a África passou a ganhar destaque no mundo. Não pretendemos aqui, sobrepor os assuntos externos aos internos. Da mesma forma que não pretendemos ignorar o processo de mundialização da África. A Guerra de Libertação é um exemplo disso. Todos os envolvidos neles sejam revolucionários, portugueses e forças políticas tinham contato com agentes internacionais na busca de alcançar suas metas. No caso desta dissertação, procuramos mostrar que a onda nacionalista também chegou à África portuguesa e ela foi fator decisivo na história de Angola e de Portugal, além de podermos encontrar relações destes países com o Brasil no período da referida pesquisa. O alcance internacional dos eventos em Angola cruzou o oceano atlântico e sem a ajuda de alguns países das Américas (Brasil, EUA e Cuba, por exemplo) as independências seriam impossíveis no período histórico que aconteceram. Isso não significa que nunca aconteceriam, mas certamente demoraria para que os eventos estudados aqui se realizassem no prazo que historicamente aconteceram.

Ainda no âmbito da história contemporânea, destacamos também nesta pesquisa que os confrontos dos movimentos entre si foram baseados em ideologias do exterior. A base do pensamento do MPLA eram os teóricos da União Soviética que se chocava com as premissas de teóricos da FNLA que eram franceses. Ambos buscavam refletir sob a condição de inferioridade empregada pelo colonialismo português desde a segunda metade do século XIX e que permanece na mentalidade de alguns lusitanos até hoje. Essa subserviência foi questionada pelos movimentos que queriam ser reconhecidos como povos independentes da tutela de qualquer Estado europeu. Mas embora o final fosse o mesmo, os movimentos traçaram caminhos diferentes. Em muitas vezes eles se preocuparam mais em brigar entre si do que se juntarem e lutar contra o imperialismo que já vinha sendo questionado por órgãos internacionais no período da Guerra de Libertação.

Na ONU, esse colonialismo, entendido aqui como tardio, era questionado desde o fim da segunda guerra mundial por entender que a partilha da África pelas conferências de Berlim e Bruxelas no século XIX não poderiam continuar a existir. Os povos subjugados estavam se rebelando contra isso e a ONU, contralada pelo EUA desde sua criação, dentro de suas atribuições, forçava que as nações integrantes da organização deixassem de lado o imperialismo e incentivassem as autodeterminações das nações africanas com um motivo claro: Aumento de mercado para os produtos norte-americanos depois de a Europa estar devastada com a segunda grande guerra.

O império colonial português brigou até o fim de seus dias, com táticas como a mudança cosmética das suas leis a fim de apresentar modificações que não aconteciam na prática. Nisto, vimos aqui uma das principais leis, o Ato Colonial, que sofreu modificações regimentais, mas manteve as práticas racistas nas colônias portuguesas. Reforçando a ideia de que Portugal era maior do que apenas seu território na Europa, o Ato vinha para dar ordem aos problemas do liberalismo, via criticada por Salazar desde os primórdios da sua ascensão ao poder no final da década de 1920.

Nesse contexto, os movimentos de libertação tiveram que lutar arduamente contra todos esses impasses para se tornar uma nação. Como representação dessa mentalidade colonial, pesquisamos como as polícias políticas portuguesas, a partir da PIDE, usaram de seus recursos para fazer valer as vontades portuguesas na África como braço armado do regime. Ela se utilizou dos conflitos entre os movimentos para causar ainda mais descentralização do movimento revolucionário e para prender, torturar e matar qualquer um que se insurgisse contra o Estado Novo. De aspiração fascista a PIDE/DGS cometia crimes em nome da ordem, de forma muito similar ao que acontecia no Brasil quando nos referimos ao DOPS nas nossas ditaduras.

Assim, como muitas outras pesquisas, essa não pode ter fim. A história, enquanto processo, também é significação e ressignificação.³⁶⁸ Não temos aqui a pretensão de dar por encerrada as discussões sobre o nacionalismo em Angola ou na África. Esperamos contribuir para adicionar, às análises já feitas no Brasil, na África e em Portugal, mais um olhar sobre a vasta história da continente africano. O campo da história cresce e se pluraliza.³⁶⁹ Concluimos esta dissertação com a certeza de que novas questões continuarão a surgir. Esse é o nosso desejo.

³⁶⁸ Segundo os filósofos Gilles Deleuze e Felix Guattari, a formação conceitual nas ciências se dá justamente por esse processo onde o cientista cria um conceito e outro cientista, em cima do que já foi trabalhado, constrói um novo conceito, fazendo assim um processo ininterrupto de construção de sentidos. Ver, DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia**. 2^o reimp. 3^o ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

³⁶⁹ Da mesma forma que podemos refletir sobre a expansão da história, podemos pensar que ela deixou de ser só compartimentada em escolas. Escritores independentes surgem todo dia ampliando as possibilidades de pesquisa e teoria. A história enquanto ciência também cruza seus autores mesmo que eles inicialmente pareçam ser antagônicos. Ver, BARROS, José D'Assumpção. **Teoria da História V. 1: Princípios e conceitos fundamentais**. 4^o ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FONTES

- *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (APIDE – Arquivo da Polícia Internacional de defesa do Estado)*

ATIVIDADE DA UPA NA ÁFRICA

ATIVIDADE DO MPLA EM ANGOLA

CONTRA A REPRESSAO

DECRETOS DE CRIAÇÃO DA PIDE

DECRETOS DE CRIAÇÃO DE TARRAFAL

DESERSAO DE SOLDADOS EM ANGOLA SEC. XX

MISSAO E AS MINORIAS ETNICAS SEC. XX

SUBLEVAÇÃO INDIGENA SEC. XX

VENCIMENTOS SERVIÇO MILITAR NAS COLONIAS

- *Cadernos Coloniais*

ARCHER, Maria. Cadernos Coloniais, nº 19. **Angola Filme**. Lisboa: Cosmos, 1936.

COSTA, Ferreira da. Cadernos Coloniais, nº 69. **A Punição do “Sobavermelho”**: Caxamilo. Lisboa: Cosmos, 1950.

- *Fundação Mario Soares (Acervo Casa Comum)*

Jornal Anti-Colonial

Diário de Noticias - 1974

Carta de Deolinda Rodrigues: “Testemunha de uma militante” – 1959

- *Entrevista*

SABONETE, Fernando Wilson. **Fernando Wilson Sabonete** (Depoimento, 2018). Recife, 25p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- *Artigos e capítulos de Livros*

ALEXANDRE, Valentim. Ideologia, economia e política. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 28, p. 1117-1136, 1993.

BANDEIRA, Miguel; PINTO, Antônio Costa. As dimensões internacionais e o fim de Império colonial português. In: **Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões internacionais**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2014.

BARRETO, José. Comunistas, Católicos e os Sindicatos sob Salazar. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 39, p. 287-317, 1994.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: **Obras Escolhidas Vol. 1**. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLANES, Ruy Llera. “Da confusão à ironia. Expectativas e legados da PIDE em Angola”. **Revista Análise Social**, v. 48, p. 30-55, 2013.

BOSSLET, Juliana. Lazer em Luanda. **Revista Análise Social**, v. 52, p. 830-847, 2017.

CASTELO, Claudia. “Novos Brasis” em África. **Revista VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 507-532, 2015.

CRUZ, Manuel Braga da. As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 32, p. 815-845, 1997.

_____. Europeísmo, Nacionalismo e Regionalismo. **Revista Análise Social**, v. 37, p. 827-853, 1992.

_____. Notas para uma caracterização política do salazarismo. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 18, p. 773-779, 1982.

CUNHA, Anabela. “Processo dos 50”: memórias da luta clandestina pela independência de Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, v. 8, p. 87-96, 2011.

DIREITO, Bárbara. Terra e africanos no pensamento colonial. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 49, p. 768-793. 2014.

JERÔNIMO, Miguel Bandeira. Colonialismo Moderno e Missão Civilizadora: in RIBEIRO, Margarida Calafate; ROSSA, Walter (orgs.). **Patrimônios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar**: Lisboa, Universidade de Coimbra, 2015.

KARSBURG, Alexandre. Movimentos sociorreligiosos rurais e violência de Estado. In: VENDRAME; Maíra Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA; Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Crime e Justiça**. São Leopoldo: Oikos; editora Unisinos, 2018.

LAINS, Pedro. Causas do colonialismo português em África (1822-1975). **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 33, p. 463-496, 1998.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. Angola: A Greve da Baixa de Cassange. In: **Histórias Coloniais**. Lisboa: Texto Editores Lda, 2015c.

MAXWELL, Kenneth. Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa. In: RODRIGUEZ, Luiz Nuno. **Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2006.

MOURA, Carlos André Silva de. A missão cultural dos portugueses e a visita do patriarca Dom Maniel Gonçalves Cerejeira ao Brasil em 1934. **Revista Lusitania Sacra**, Lisboa, n. 35, p. 145-164, 2017.

OLIVEIRA MARQUES, A.H.; SERRÃO, Joel. **Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano (1890-1930)**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. p. 30-90

PIMENTA, Fernando Tavares. Os Nacionalismos no Império. In: JERÔNIMO, Miguel. **O Império Colonial em Questão**. Lisboa: Edições 70, 2012.

PIMENTEL, Irene Flunser. A Polícia Política do Estado Novo – PIDE/DGS: História, justiça e memória. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v, 24, n.1, p. 139-156, 2011.

PINTO, Antônio Costa. As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 28, p. 575-613, 1992.

QUEIROGA, Fernando. O Terror como Sistema de Governo. In: **Portugal Oprimido**. Lisboa: Editorial o Século, 1974.

RATO, Maria Helena da Cunha. O colonialismo português, fator de subdesenvolvimento nacional. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 19, p. 1121-1129, 1983.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 35, p. 1031-1054, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, A. E. Duarte. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 30, p. 5-50, 1995.

SILVA, Giselda Brito. A Educação Colonial do Império Português em África (1850-1950). **Revista Cadernos do Tempo Presente**, São Cristovão, n. 21, p. 67-83, 2015.

_____. Nacionalizar ou Evangelizar? **Revista Lusitana Sacra**, Lisboa, n. 35, p.165-181, 2017.

TELO, António José. Portugal e a NATO: dos Pirenéus a Angola. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 30, p. 947-973, 1995.

THOMAZ, Fernanda Nascimento. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 313-330, 2012.

TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo: Salazarismo, Fascismo e Europa. In: TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. 2º Ed. São Paulo: Unesp, 2001.

VALENTIM, Alexandre. Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins. In: **Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)**. Lisboa: Edições Afrontamentos, 2000.

VIEIRA, Patrícia I. O império como fetiche no Estado Novo: Feitiço do império e o sortilégio colonial. **Revista Portuguese cultural studies**, Georgetown Spring, p. 126-144, 2010.

- *Livros, teses e dissertações*

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). **No Centro da Etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANDRADE, Mario Pinto de. **Origens do Nacionalismo Africano**. 2º ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote LTD, 1998.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARROS, José D'Assumpção. **Teoria da História V. 1: Princípios e conceitos fundamentais**. 4º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, Luiz Henrique Assis de. **Gilberto Freyre e o lusotropicalismo no contexto do mundo atlântico (1933-1961)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CABAÇO, José Luis de Oliveira. **Moçambique**: Identidades, Colonialismo e Libertação. São Paulo: Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. **Moçambique**: Identidade, Colonialismo e Libertação. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Ideias Malditas**: O Deops e as Minorias Silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.

COSTA PINTO, Antônio. MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). **A onda corporativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

CRUZ, Manuel Braga da. **Transições históricas e reformas políticas em Portugal**. Lisboa: Bizâncio, 1999.

DARNTON, Robert. **Poesia e Polícia**: Redes de comunicação na Paris do Século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico**: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia**. 2º reimp. 3º ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERRO, Marc. **A Colonização Explicada a Todos**. São Paulo: Editora UNEPS, 2017.

FONSECA, Bruno Leal Correia da. **O Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, o Congo-Léopoldville e Angola (1960-1965)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Minho, Lisboa, 2013.

FONTANA, Josep. **A Europa diante do espelho**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. 7^o ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2^o ed. São Paulo: Centauro, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11^o ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Racismo em Português: O Lado esquecido do colonialismo**. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2017.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. 7^o ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. **Revolucionários: Ensaio Contemporâneo**. 5^o ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. **A Diplomacia do Império: Política e Religião na partilha de África (1820-1890)**. Lisboa: Edições 70, 2012.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. 2^o ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSELLECK, Reinhart et al. **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAINS, Pedro. **A economia portuguesa no Século XIX**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do purgatório**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017.

MACEDO, José Rivair (Org.). **O Pensamento Africano no Século XX**. 1º reimp. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MARQUES, A.H. de Oliveira. **Brevíssima História de Portugal**. Rio de Janeiro: Tinta da China Brasil, 2018.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **A Bem da Nação**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Guerra colonial**: causas e consequências. 4º ed. Lisboa: Texto Editores, Lda. 2015a.

_____. **Purga em Angola**. 10º ed. Lisboa: Texto Editores, 2015b.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MERCIER, Pascal. **Trem Noturno para Lisboa**. 3º ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. 1º reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

PARADA, Maurício; MEIHY, Murilo Sebe Bom; MATTOS, Pablo de Oliveira de. **História da África Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. PUC RIO: Pallas, 2013.

PEPETELA. **Mayombe**. São Paulo: LeYa, 2013.

PIMENTEL, Irene Flunser. **Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial**. 4^o ed. Lisboa: ed. a esfera dos livros, 2015.

RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. **A polícia política no Estado Novo: 1926-1945**. Lisboa: Estampa, 2000.

ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coords.). **As Ditaduras Contemporâneas**. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

SABONETE, Fernando Wilson. **Construção do Estado–Nação Angolana: Relações interétnicas, Nhaneka-humbe na Guerra Civil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia): Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. 2^o ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

SILVA, Giselda Brito. **Integralismo e Estado Novo: Diálogos e Confrontos**. Recife: EDUFRPE, 2017.

SILVA, José Bento da. **Insurgências em Angola**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2012.

_____. **“Voluntários Forçados”**. Recife: Editora UFPE, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do Colonialismo**. 3^o ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1984.

SOUSA, Ngangula Miguel de. **Ensino superior em Angola: uma perspectiva histórica**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária V. 1: A Árvore da Liberdade**. 6^o ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

_____; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevics.
História da África e dos Africanos. 3º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **História de Angola.** 6º ed. Lisboa:
Tinta de China, 2016.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro:** colonialismo e racismo em
Moçambique. 2º ed. Salvador: Edufba, 2012.